

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Meneses, Pedro Daniel de Barros Gonçalves, 1988-

O mar português na política externa portuguesa do século XXI

<http://hdl.handle.net/11067/5802>

<https://doi.org/10.34628/n7s4-q241>

Metadados

Data de Publicação	2020
Editor	Universidade Lusíada
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 02 (Julho-Dezembro 2020)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-20T02:00:28Z com informação proveniente do Repositório

O Mar Português na Política Externa Portuguesa do século XXI¹

The Portuguese Sea in Portuguese Foreign Policy of the 21ST Century

Pedro Meneses

Licenciado e Mestre em Ciências Militares, pela Academia Militar. Mestre em Relações Internacionais, pela Universidade Lusíada - Norte.

E-mail: pedrobmeneses@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.34628/n7s4-q241>

Resumo: A presente dissertação versa sobre o tema «O Mar Português na Política Externa Portuguesa do Século XXI».

O objetivo da investigação é clarificar o papel do *Mar Português* como elemento estruturante da Política Externa Portuguesa. Para tal, procura-se esclarecer a relação entre a natureza marítima da Identidade Nacional Portuguesa e algumas das opções expressas no seu Conceito Estratégico Nacional. Neste percurso, investigámos os fundamentos económicos e geopolíticos que fazem do *Mar Português* um fator de Poder a conservar, potenciar e defender.

A investigação que agora apresentamos permitiu concluir que o *Mar Português* é fundamental e estruturante em diversos elementos da organização de Portugal – a Identidade Nacional, o Conceito Estratégico Nacional, a inserção internacional, a segurança e defesa e a economia –, razão pela qual é verdadeiro afirmar que influencia a Política Externa Portuguesa do Século XXI.

Palavras-chave: Política Externa Portuguesa, *Mar Português*, Identidade Marí-

tima Nacional, Conceito Estratégico Nacional, Economia do Mar, Geopolítica de Portugal.

Abstract: The thesis we present now deals with the theme “The Portuguese Sea in Portuguese Foreign Policy of the 21ST Century”.

The goal of the research is to clarify the role of the Portuguese Sea as a structural element of Portuguese Foreign Policy. To this end, we try to clarify the relationship between the maritime nature of the Portuguese national identity and some of the options set out in its National Strategic Concept. In the wake of this journey, we investigated the economic and geopolitical foundations that make the Portuguese Sea a factor of power to conserve, enhance and defend.

The research that we now present concluded that the Portuguese Sea is fundamental and structuring of several elements of the organization of Portugal – the National Identity, the National Strategic Concept, the international integration, the security and defense and the economy –, which is why it is true to say that it influences the Portuguese Foreign Policy of the 21ST Century.

KeyWords: Portuguese Foreign Policy, *Portuguese Sea*, Maritime National Identity, National Strategic Concept, Sea Economy, Portuguese Geopolitics.

INTRODUÇÃO

«A era das epopeias movidas pela sede de glória, dos rasgos de heroísmo no respeito pela honra tradicional, nas devoções românticas e nas paixões exacerbadas sobre bases espirituais, apenas encontra nos nossos dias, aqui ou ali, episódicas manifestações.»

António de Spínola

1. ENQUADRAMENTO

Sendo a autonomia das Relações Internacionais ainda recente², facto é que o seu impacto se faz sentir nos mais diversos setores da sociedade. Desde os Estados, às empresas privadas, passando pelas organizações internacionais (OI) e pelas organizações não-governamentais, verifica-se uma prevalência cada vez maior de organismos dedicados exclusivamente às relações que são estabelecidas com os atores que se localizam para além das fronteiras políticas dos Estados (Moreira, 2012) (Baylis, Smith, & Owens, 2011).

Apesar de ainda haver debate em torno da designação da ciência³ (Baylis, Smith, & Owens, 2011), existe já uma panóplia de definições para as Relações Internacionais que, como identifica Adriano Moreira

2 As Relações Internacionais autonomizaram-se da Ciência Política em plena segunda metade do século XX, fruto da grande produção da *Academia Norte-Americana* sobre as relações entre os principais atores da Ordem Mundial.

3 Uma vez que a expressão Relações Internacionais nos direcionar para as relações entre Nações, o que é claramente redutor para o objeto de estudo da ciência. Não é invulgar a utilização das designações International Politics, World Politics ou International Studies como sinónimo de Relações Internacionais, seja em publicações ou em instituições de ensino superior.

1 A presente dissertação foi desenvolvida sob orientação científica do Professor Doutor Manuel Monteiro. As provas públicas tiveram lugar na Universidade Lusíada - Norte, no dia 23 de outubro de 2015. O júri foi constituído pelo Professor Doutor Fernando Torrão (presidente do júri), pelo Professor Doutor Francisco Zagalo Pavia (arguente), pelo Professor Doutor Pedro Mendes (vogal) e pelo Professor Doutor Manuel Monteiro (orientador).

(2011c), apresentam um tronco comum. Em Portugal, foi Adriano Moreira o principal mobilizador da Academia em torno das Relações Internacionais, seguindo a *via média* das Relações Internacionais – na esteira da Escola de Hedley Bull, entre o Realismo e o Idealismo –, que definiu como «(...) o conjunto de relações entre entidades que não reconhecem um poder político superior, ainda que não sejam estaduais, somando-se as relações diretas entre entidades formalmente dependentes de poderes políticos autónomos.» (Moreira, 2011c, p. 54).

A dissertação que agora apresentamos constitui-se como o ponto alto de um longo período de formação no domínio das Relações Internacionais, nomeadamente o culminar do Curso de Mestrado em Relações Internacionais. Subordinada ao tema «*O Mar Português na Política Externa Portuguesa do Século XXI*», procuramos fazer uma incursão no domínio das Relações Internacionais, mais precisamente no domínio da subdisciplina designada Análise de Política Externa⁴ (APE).

De acordo com Alden & Arand (2012), a APE ocupa-se da conduta dos diferentes atores das Relações Internacionais, com especial atenção para os Estados. Ao considerarmos que o objeto de estudo da APE compreende os supra referidos atores que participam ou têm influência na política externa (PE) e na decisão em política externa (DPE), mas também abarca as influências internas sobre elas, colocamos o nosso estudo no espaço que é da APE por excelência e, por consequência, no domínio das Relações Internacionais (Alden & Arand, 2012) (Mintz & DeRouen Jr., 2010).

O estudo da PE tem sido cada vez mais considerado pelos detentores de cargos políticos e por toda a *Academia*. Sendo a PE «(...) um conjunto de processos, decisões e ações desenvolvidas pelos Estados, desempenhadas por órgãos próprios através da utilização de recursos e de instrumentos

específicos.» (Santos V. M., 2012, p. xiii), ela ocupa-se da proteção dos *interesses nacionais* e a prossecução dos objetivos nacionais permanentes e conjunturais, os quais estão na base da fundamentação para «(...) as grandes opções estratégicas de um país e determinam as ações do Estado, enquanto aparelho político que serve a comunidade nacional e que estarão sempre, e por consequência, no cerne da atividade política específica a que chamámos política externa.» (Santos V. M., 2012, p. xvii).

Face ao exposto, consideramos que um estudo sobre «*O Mar Português na Política Externa Portuguesa do Século XXI*»⁵ se enquadra nas nossas necessidades profissionais, nas necessidades da *Academia* e na oportunidade materializada pela reduzida produção científica e académica sobre Política Externa Portuguesa (PEP).

2. JUSTIFICAÇÃO DA ESCOLHA DO TEMA

O esgotamento do sistema político autoritário e conservador que vigorou durante a II República originou em 1974 uma rotura no secular e implícito Conceito Estratégico Português. A ideia de um Portugal multiétnico do Minho a Timor, que o Estado Novo procurava incutir na população, ruiu nesse mesmo ano, após um longo período de desgaste provocado pela Guerra do Ultramar (1961–1974). A busca no além-mar pelos recursos que não existiam no Território Português tornou-se impraticável, reduzindo-se a *Conceção Oceânica* de Portugal à sua configuração arquipelágica europeia, fruto da soberania sobre os Arquipélagos dos Açores e da Madeira.

As convulsões políticas sofridas pelo País durante os anos que se seguiram à revolução de 25 de abril de 1974 levaram a que a sociedade portuguesa visse na então Comunidade Económica Europeia (CEE) uma garantia da manutenção do jovem regime

democrático. Tornou-se, nesta altura, dominante a opção continental europeia.

Pese embora a posição geográfica em que Portugal se insere, durante as últimas décadas o mar passou para um plano de menor relevo, com graves reflexos para a economia portuguesa, que se viu praticamente amputada de um setor com um elevado potencial. A crise económica e financeira que, tendo surgido nos Estados Unidos da América (EUA), se tornou virulenta e conduziu à condição de quase falência de vários países europeus⁶, obrigou a que se procurassem caminhos e soluções para os problemas de fundo revelados por Portugal. Entre estas soluções encontra-se a exploração dos recursos marinhos.

A degradação do ambiente internacional, com especial relevo para o enfraquecimento do projeto europeu⁷, tem levado Portugal a significativos esforços na criação de *janelas de liberdade* que lhe permitam diversificar as suas dependências, retirando maior proveito das suas relações externas.

O advento de uma crise financeira profunda e de dimensões mundiais levou a que, paulatinamente, fossem colocadas a nu as extensas debilidades do Estado Português. Estas vulnerabilidades conduziram diversos autores a um debate sobre a viabilidade de Portugal enquanto Estado Soberano. Entre eles destacou-se Adriano Moreira, que várias vezes se referiu a condição nacional de Estado exíguo⁸ e até mesmo de protorado.

Neste século que percorremos há pouco mais de uma década, são várias as personalidades que sublinham trajetos e nos abrem novas perspetivas criadoras de um espaço

4 Considerando que centramos o nosso estudo no Estado Português enquanto ator das Relações Internacionais gerador de políticas, ações e interações indiciadoras da noção de *Política Internacional* (Santos V. M., 2012, p. 141).

5 Consideradas a natureza marítima da identidade nacional e a sua influência na conceção do Conceito Estratégico Nacional (CEN) do Estado Português, o potencial das atividades económicas associadas ao mar, a posição geográfica de Portugal e as relações políticas e militares dela decorrentes.

6 Entre eles Portugal.

7 Um enfraquecimento evidenciado pela Crise do Euro, pela fragilização da coesão da UE, pelos sinais de criação de um diretório Franco-Alemão e, pela proposta do Presidente Francês François Hollande e do seu Primeiro-Ministro Manuel Valls para a criação de um «governo do Euro».

8 Adriano Moreira aborda a evolução da posição de Portugal na hierarquia das potências, defendendo a deriva no sentido da exiguidade em virtude da história adoção de um modelo político exógeno. Tal referência é feita em várias publicações e artigos, entre os quais destacamos *A Circunstância do Estado Exíguo* (Moreira, 2011a, pp. 47-57) e *Memórias do Outono Ocidental – Um Século sem Bússola* (Moreira, 2013, pp. 131-141).

de manobra e liberdade de ação para Portugal.

Hoje, os oceanos são vistos como potencial fonte de recursos e catalisadores no desenvolvimento de conhecimento e tecnologias que, num mundo de elevada competitividade, lhes confere elevada importância. Este facto é cada vez mais premente dado que, se Portugal não dispuser da capacidade para ocupar, explorar e gerir com eficácia, corre o risco de, a longo prazo, reeditar as derrotas políticas na cena internacional que, em finais do século XIX, levaram ao descrédito da Monarquia e a longas décadas de instabilidade política.

Posto isto, sob a perspectiva do Estado, é fundamental o desenvolvimento de investigação científica sobre a sua PE e sobre o impacto que o seu mar e a sua inserção no Mundo – *Mar Português* – têm na definição, estruturação e aplicação da PEP.

No plano institucional, atendendo às funções de comando desempenhadas em unidades do Exército Português e às funções de docência exercidas na Academia Militar, é fundamental perceber se o *Mar Português* é efetivamente determinante na definição da PEP, uma vez que as Forças Armadas são um instrumento que, não raras vezes, é colocado ao serviço da PE.

Em último lugar, a revisão de literatura conduzida por nós permitiu-nos identificar uma lacuna da *Academia Portuguesa*, nomeadamente a escassa bibliografia especializada sobre PEP e, no seio dela, sobre a relação entre o *Mar Português* e a PEP.

As razões que apresentamos, ao que se soma a relevância, a atualidade do tema e a sua pertinência, justificam que lhe dediquemos o nosso estudo e que o façamos através da nossa Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais.

3. OBJETO

As relações externas dos Estados são alvo da influência de múltiplos elementos que as moldam e condicionam. A configuração, a posição geográfica e a própria composição do território são elementos indissociáveis de um Estado que, necessariamente, influenciam a sua PE.

O estudo a desenvolver com a presente dissertação – *O Mar Português na Política Externa Portuguesa do Século XXI* – verificar a relação entre a natureza marítima da identidade nacional e o CEN de Portugal, ao mesmo tempo que procura compreender a correlação entre a posição geográfica de Portugal, a sua arquitetura de segurança e as linhas de força e vetores de PE. A par disto, o presente estudo não abdica de tornar evidenciar a conexão entre a economia do mar, o seu potencial de crescimento e a PEP.

Para além do referido, é importante salientar que a abordagem a realizar pretende inferir se existe uma influência do *Mar Português* na PEP. Deste modo, restringimos ainda mais o objeto de estudo da presente dissertação (*vide* Figura 1).



Figura 1: O objecto de estudo da presente dissertação.

A aplicação de filtros ao objeto de estudo não é suficiente *per se* para que a nossa investigação seja exequível e o próprio objeto de estudo claramente definido. Importa perceber exatamente o que entendemos por *Mar Português*, sob pena do processo lógico-dedutivo associado à presente investigação ser colocado em causa.

A literatura portuguesa encontra-se impregnada da expressão *Mar Português*, sendo as mais célebres alusões o «Episódio da Despedida em Belém» em *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, e o poema «Mar Português» escrito por Fernando Pessoa na obra *Mensagem*. Apesar desta efetiva miscigenação entre a literatura e a cultura em torno do mar, a nossa investigação não se desenrolará neste domínio do conhecimento.

Ao longo da nossa dissertação, abordaremos o *Mar Português* referindo-nos, precisa-

mente, àquela porção do Oceano Atlântico que, à luz do Direito Internacional Público (DIP) e ordenamento jurídico interno, Portugal afirma como legitimamente sua ou sob sua jurisdição, legitimidade essa reconhecida pelos demais Estados e Organizações Internacionais (OI).

Não obstante, aquilo que entendemos por *Mar Português* não se resume exclusivamente a esta definição de um espaço físico. Nesta dissertação, o *Mar Português* é também o conjunto das relações externas privilegiadas que Portugal mantém pela sua posição geográfica marítima, pela tradicional manifestação da necessidade de compensação estratégica no além-mar e pela defesa da sua integridade, soberania e afirmação internacional.

A presente investigação debruçar-se-á sobre a PEP, delimitada no tempo no período de 15 anos já decorridos no presente século, justificando-se com base em diversos fatores, designadamente:

- o surgimento de indícios de abrandamento do processo de integração europeia;
- a constatação da existência de uma crise económico-financeira em Portugal;
- o início do Projeto de Extensão da Plataforma Continental, com a constituição da Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM);
- a aprovação do novo Conceito Estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1999 e a sua renovação em 2010;
- o reforço dos laços entre os países de Língua Portuguesa, com base na então recém-criada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e
- a alteração na relevância dos Açores como cabeça de ponte aérea dos países da América do Norte para a Europa, fruto da cada vez maior autonomia das aeronaves e dos navios à disposição dos países da OTAN.

4. OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO

A dissertação de mestrado agora apresentada tem como objetivo dar resposta a um conjunto de questões pertinentes no âmbito

da PEP, garantindo uma abordagem interdisciplinar que permita obter uma visão holística do tema em estudo.

A análise que desenvolvemos relaciona-se diretamente com o objeto de estudo da nossa dissertação – a influência do *Mar Português* na PEP do Século XXI – e pretende clarificar o papel do *Mar Português* como elemento estruturante da PEP no presente século.

Na prossecução dessa clarificação, levaremos a efeito um esforço de sistematização das razões que conduziram à natureza marítima da Identidade Nacional Portuguesa e das repercussões que esta tem em algumas das opções expressas ou implícitas no CEN. Neste percurso, investigámos os fundamentos geográficos, políticos e económicos que fazem do *Mar Português* um fator potencial de Poder a conservar, valorizar e defender. Esta análise interdisciplinar obrigou-nos a dar resposta a um conjunto de questões que, hodiernamente, se colocam. Assim, será problema central de investigação a seguinte questão: **O *Mar Português* influencia as opções de Política Externa de Portugal no Século XXI?**

Esta questão irá ser adjetivada por um conjunto de perguntas derivadas que permitem uma melhor condução da investigação e uma resposta mais bem fundamentada para a problemática edificada. Assim, pretendemos responder às seguintes questões:

- A natureza da Identidade Nacional tem influência na Política Externa Portuguesa?
- O CEN de Portugal é influenciado pela relação de Portugal com o mar?
- A área geográfica onde se insere o Mar Português condiciona a Política Externa Portuguesa?
- Existe uma relação entre o Mar Português e os vetores da Política Externa Portuguesa?
- A segurança e defesa do Mar Português tem influência nas alianças que Portugal estabelece?
- O potencial económico do Mar Português é uma janela de liberdade do País?

5. HIPÓTESES

Procurando dar resposta à questão central de investigação, este estudo assume como ponto de partida de trabalho teórico um conjunto de hipóteses. Estas poderão ser verificadas total ou parcialmente ou ainda não verificadas.

As hipóteses que estabelecemos para a presente dissertação são:

- Existe uma identificação entre a população portuguesa e o mar, que confere à Nação Portuguesa uma identidade marítima. Tal identidade influencia a PEP na sua génese, pela importância que assume no CEN;
- Portugal desenvolveu, desde a sua génese, uma ligação estreita entre as suas relações externas – estabelecidas pela via marítima – e a sua própria sobrevivência na Ordem Internacional;
- O Mar Português representa uma janela de liberdade perante a crescente perceção de que o País progride para a condição de Estado Exíguo ou de Protetorado.

6. METODOLOGIA

Para atingirmos uma visão holística do tema com a presente dissertação torna-se indispensável uma abordagem interdisciplinar. Não abdicando de manter o presente estudo centrado no objeto de estudo das Relações Internacionais, verifica-se a necessidade de chamar à investigação ciências auxiliares, que enriquecem o trabalho e aumentam a sua solidez metodológica e científica (Moreira, 2011c) (Santos V. M., 2012) (Lara, 2013).

O nosso estudo desenvolve-se no contexto de um Curso de Mestrado em Relações Internacionais. Não obstante, a abordagem à natureza da Identidade Nacional de Portugal, ao CEN, à influência da posição geográfica na PEP e à mais-valia associada à economia do mar exige que nos socorramos de métodos e técnicas das referidas ciências auxiliares. Estamos no campo da interdisciplinaridade por excelência, em que não é possível o isolamento de um objeto de estudo

(Roselle & Spray, 2012) (Baglione, 2012). Assim, o tema em estudo coloca-nos em posição de definir uma ciência central de investigação – as Relações Internacionais – e um conjunto de ciências auxiliares que permitem uma melhor compreensão da problemática em análise – a Antropologia Política, a Estratégia, a Geopolítica e a Economia.

Para tal, a nossa investigação foi organizada em três vetores elementares de investigação e que correspondem a cada uma das partes, nomeadamente:

- Vetor n.º 1: Identidade Nacional e CEN;
- Vetor n.º 2: Geopolítica, Linhas de Força da PEP e Defesa; e
- Vetor n.º 3: Atividades Económicas Dependentes do Mar.

O vetor n.º 1 procurou dar resposta às questões derivadas n.º 1 e n.º 2. O vetor n.º 2 procurou dar resposta às questões derivadas n.º 3, n.º 4 e n.º 5. O vetor n.º 3 procurou responder à questão derivada n.º 6.

A síntese das respostas a todas as questões derivadas permitiu testar todas as hipóteses e, deste modo, demos resposta à questão central de investigação desta dissertação de mestrado.

Do ponto de vista formal, a presente dissertação procurou – sempre que possível – seguir as normas prescritas no *Guia para Elaboração de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento* (2007) da Universidade Lusíada do Porto. Para além do referido guia, consideramos importante a consulta e a observação de algumas das normas do *Guia Prático sobre Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* de Manuela Sarmento (2008).

Ao estar diretamente relacionada com a necessidade premente de informação sobre uma vertente da PEP, a presente investigação foi concretizada com recurso a uma série de instrumentos de recolha de informação, essenciais à obtenção de dados para a resposta às questões de investigação e para teste das hipóteses levantadas (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Fazendo uso destes métodos de recolha de informação, numa primeira fase, logramos obter a informação necessária à formulação correta e objetiva do problema que nos propusemos estudar. Neste âmbito, tivemos a oportunidade de contactar com personalidades de reconhecido currículo nos temas ligados ao mar e nos temas de PEP. Consequencialmente, partimos para a execução de uma pesquisa bibliográfica, com base numa «(...) revisão de literatura, originando a bibliografia geral e específica sobre o tema em estudo» (Sarmiento, 2008, p. 14). Este trabalho de revisão bibliográfica permitiu um conhecimento mais detalhado da matéria em análise, evidenciando as variáveis que a temática poderia abarcar e as que assumem especial pertinência para o estudo em questão.

6.1. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A presente Dissertação versa sobre o tema «O *Mar Português* na Política Externa Portuguesa do Século XXI». Procurando relacionar a importância e o relevo que a dimensão marítima de Portugal tem na PEP do presente século, iremos centrar-nos na busca das razões desta influência e em algumas das manifestações dessa influência. A leitura de *Foreign Policy Analysis*, publicado por Chris Alden e Amnon Aran em 2012, assumiu uma importância decisiva no caminho seguido ao longo da presente dissertação, essencialmente pela afirmação da importância das *domestic sources of foreign policy*.

O interesse nacional, as razões que o determinam e os fatores que moldam a sua implementação são, para Alden e Aran (2012), fundamentais para a compreensão das escolhas e das ações dos Estados no sistema internacional. A APE procura ir além da expressão e dos resultados das decisões em PE, conferindo à análise do processo de decisão e às razões que o influenciam o principal foco de observação.

Esta perspectiva Realista das Relações Internacionais dos Estados será por nós assumida, uma vez que, apesar de percebermos que a convivência internacional pacífica e cooperante deverá ser a meta a atingir, pen-

samos que, num futuro próximo, o interesse nacional se sobreporá ao interesse comum dos Estados. Admitimos, deste modo, como ponto de partida, que

«*The pursuit of security and the efforts to enhance material wealth place states in competition with other states, limiting the scope for cooperation to a series of selective, self-interested strategies. In this setting, the centrality of power (...) is seen to be the key determinant of a state's ability to sustain a successful foreign policy. Geographic position, material resources and demography are other important components of this equation.*» (Alden & Aran, 2012, p. 4).

Assim, não tencionamos levar a cabo um estudo do processo de tomada de DPE ou perceber quais são os padrões de comportamento português na área da diplomacia. Almejamos, sim, evidenciar o papel do *Mar Português* como elemento estruturante da PEP.

Procuraremos compreender o papel do mar na fundação da identidade nacional, o modo como isso se traduz nas opções estratégicas e políticas portuguesas, principalmente no CEN e na PEP. Além disso, buscaremos os fundamentos económicos, geopolíticos e de segurança que fazem do *Mar Português* um fator potencial de poder a conservar, valorizar e defender na cena internacional.

6.2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Durante a nossa investigação, levamos a cabo uma revisão bibliográfica tão completa quanto possível. Deste modo, recorreremos ao repositório bibliográfico de diversas instituições de ensino superior nacionais, designadamente:

- a Biblioteca da Universidade Lusíada do Porto;
- a Biblioteca da Universidade Lusíada de Lisboa;
- a Biblioteca da Academia Militar;
- a Biblioteca da Escola Naval;
- a Biblioteca do Instituto de Estudos Superiores Militares;

- a Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;
- a Biblioteca do Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração. Para além das bibliotecas referidas, tivemos a oportunidade de fazer uso de diversas bases de dados nacionais e internacionais, entre as quais destacamos:
- a PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo;
- a Base de Dados do INE;
- o Repositório Científico de Acesso Aberto em Portugal;
- a JSTOR; e
- a ProQuest.

A revisão bibliográfica procurou ir ao encontro do objetivo de estudo, fazendo uso da literatura especializada em função da abordagem utilizada em cada parte da presente dissertação.

6.3. ANÁLISE DOCUMENTAL

O tema e o objeto de estudo da nossa dissertação levaram a que a análise documental fosse fundamental.

Assim, verificou-se necessário agrupar documentos produzidos por dois dos principais órgãos de soberania em Portugal – a Assembleia da República e o Governo de Portugal –, analisá-los à luz do nosso objeto de estudo e da perspetiva específica desejada.

Entre os documentos referidos, destacamos o *Conceito Estratégico de Defesa Nacional* (CEDN) nas suas sucessivas versões, os *Programas de Governo* desde 1976 ou a *Estratégia Nacional para o Mar* (ENM) nas suas duas edições.

7. ESTRUTURA DO TRABALHO E SÍNTESES E DAS PARTES

A presente Dissertação, procurando dar resposta à questão central de investigação, encontra-se organizada em cinco partes, nomeadamente:

- Introdução;

- Parte I – O *Mar Português*: a Identidade Marítima Nacional e o Conceito Estratégico Nacional;
- Parte II – O *Mar Português*: A Geopolítica, os Vetores de Política Externa e a Segurança e Defesa;
- Parte III – O *Mar Português*: A Janela de Liberdade da Economia do Mar;
- Conclusão.

Na Introdução é feita uma descrição teórica e metodológica da investigação, dos motivos que justificam a escolha do tema em estudo, do nosso objeto e dos nossos objetivos. Nesta fase introdutória, estabelecemos também a metodologia seguida durante toda a investigação.

Na Parte I, buscamos demonstrar a relevância que o *Mar Português* assumiu na definição da Identidade Nacional Portuguesa e, por esta via, na doutrina estratégica de Portugal. Assim, nesta parte é debatida a influência do *Mar Português* na Identidade Nacional, na definição do CEN e sobre o que daí resulta para a PEP.

Na Parte II, desenvolvemos uma breve análise geopolítica de Portugal, onde a clarificação do posicionamento do País no Mundo, os grandes espaços a que pertence e a forma como os articula. A par disto, nesta parte são estudados os principais vetores e linhas de força de PEP explícitos nos Programas de Governo pós-25 de abril de 1974, bem como a arquitetura de paz e segurança de Portugal.

Na terceira parte, estudaremos o impacto económico que as atividades ligadas ao mar têm na economia portuguesa e, paralelamente, destacaremos o valor e a dimensão do potencial inexplorado.

Finalmente, estabeleceremos as Conclusões coligidas no decurso de todo o trabalho de investigação.

PARTE I

O MAR PORTUGUÊS: A IDENTIDADE MARÍTIMA NACIONAL E O CONCEITO ESTRATÉGICO NACIONAL

«Rafael Hitlodeu (...) Nasceu em Por-

tugal. Novo ainda, abandonou a fortuna paterna aos irmãos e, levado pela intensa paixão de conhecer mundo, ligou-se a Américo Vespúcio e seguiu-lhe a sorte. Nem por um instante abandonou este grande navegador em três das suas quatro últimas viagens, cuja narrativa ocorre hoje em tantos livros. Não regressou, no entanto, à Europa com ele.»

Thomas More

«*Pesa sobre o país uma descrença pouco saudável sobre os valores nacionais que é indispensável e urgente contrariar. Uma série de qualificativos têm afetado a sua imagem. Quando da adesão à EUUE, correu o conceito de Periférico; depois, à medida que mostrava falta de recursos para realizar os fins do Estado, correu o conceito de Estado Exíguo; e, na entrada deste milénio, é o conceito de Protetorado que se lhe tem aplicado. Ora, a nação não deve continuar a suportar estas lesões à sua dignidade e, por isso, é hora de atacar o problema.»*

Comissão para a Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

1.1. INTRODUÇÃO

Uma análise dos elementos que condicionam e moldam a PEP não pode abdicar de estudar os elementos que estão na base do pensamento político e estratégico dentro do Estado.

No caso particular de Portugal, apenas será possível compreender se o *Mar Português* condiciona e molda a PE realizando um estudo sobre a Identidade Nacional, enquanto elemento ontológico fundacional do CEN.

A construção e a diferenciação de Portugal, enquanto entidade política independente, estão associadas a um conjunto de fenómenos políticos, sociais e geográficos interdependentes e de grande complexidade. Estes fenómenos são fruto da atividade da população portuguesa, tornando-se imprescindível o estudo desse percurso de quase nove

séculos⁹.

Procuraremos, então, descrever o modo como a Identidade Nacional Portuguesa se distinguiu das demais, identificando os momentos e os processos em que o *Mar Português* e a dimensão marítima da ação portuguesa no mundo se revelaram um elemento diferenciador. Debruçar-nos-emos sobre a relevância assumida pelo *Mar Português* na definição da Identidade Nacional Portuguesa, procurando entender as manifestações da existência de uma Identidade Nacional Marítima (INM).

Por outra parte, dedicar-nos-emos ao estudo dos documentos designados por CEDN, da ENM e da proposta realizada pela Comissão para a Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CRCEDN) sob o nome *Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional*.

Neste percurso, procuraremos identificar as referências à Identidade Nacional e ao *Mar Português*, sem abdicar de perceber se aqueles documentos atestam que o mar constitui um domínio de ação, por excelência, do País.

O estudo da Identidade Nacional e dos documentos de referência para o CEN possibilitar-nos-á o debate acerca da influência do *Mar Português* na Identidade Nacional, na definição do CEN e sobre as resultantes da interação entre eles.

1.2. A IDENTIDADE NACIONAL

A História de Portugal está intimamente ligada ao equilíbrio que o País estabeleceu entre os desafios colocados no seu território europeu continental e os desafios que enfrentou na Expansão Marítima e no domínio sobre extensos territórios de além-mar. No poema *O Infante*, Fernando Pessoa exorta o destino manifesto do povo por-

⁹ Vítor Marques dos Santos refere isso mesmo na sua obra *Elementos de Análise de Política Externa* e afirma que «(...) torna-se pertinente recordarmos o processo genético da formação e enquadramento organizativo das sociedades, designadamente, as causas que suscitaram e adquiriram expressão evolutiva nas formas de relacionamento humano, desde a sua origem grupal, até à sua fixação em termos de comunidade politicamente organizada e, eventualmente, de Estado e de Estado-Nação.» (2012, p. xiv).

tuguês para conquistar os oceanos, notabilizando séculos de ligação lusa ao *Mar Português*. É precisamente esta ligação enraizada, que transcende a literatura e se encontra disseminada no seio da população portuguesa – pelo património comum de gerações sucessivas em contacto com os oceanos e com os povos de além-mar – que procuramos evidenciar.

1.2.1. O ESTADO E A NAÇÃO PORTUGUESA: UMA BREVE ANÁLISE DO PROCESSO FUNDACIONAL

O debate que há décadas se mantém no seio da Ciência Política e da Antropologia Política em torno das origens do Estado e da Nação tem sido campo fértil de teorias e visões¹⁰. Um dos pontos comuns a qualquer das abordagens ao tema situa-se na disciplina auxiliar deste debate – a História. É na História que qualquer partido deste debate irá encontrar a solidez dos seus argumentos e do seu pensamento. Os documentos, as referências e os relatos que a História nos faz chegar são essenciais em estudos como o que no imediato pretendemos conduzir. Como refere Cristina Montalvão Sarmento,

«O recurso à história esclarece muitas questões e permite compreender o presente. Não sendo porém uma reflexão histórica sobre o passado, mas estudo sobre o presente, entendemos que só numa perspetiva histórica os fenómenos políticos adquirem a sua verdadeira dimensão. Apenas deste modo será possível discernir a dialética que os anima.» (Sarmento C. M., 2009).

Na obra *A Identidade Nacional* (1997), Anthony Smith procura sistematizar a formação de Nações através de dois percursos distintos. Smith considera que o fenómeno da

formação da Nação se dá pela incorporação burocrática – que conduz ao aparecimento de Nações políticas cívicas e territoriais – ou por um processo de mobilização vernácula para a criação de Nações políticas, genealógicas e étnicas.

Outros autores – i. e. José Mattoso, Raquel Soeiro de Brito – veiculam que o Estado é o grande catalisador da formação da Nação em Portugal.

Uma vez que o objeto da presente investigação não passa por introduzir argumentos no debate supra referido, ao longo do presente estudo procuraremos seguir uma posição intermédia, como a que é sustentada por António de Sousa Lara (2013). Este autor verifica uma dualidade na relação entre a fundação do Estado¹¹ e da Nação. Por um lado, reporta que uma boa parte da literatura indica que um Estado é uma Nação politicamente organizada. Por outro, constata que alguns autores definem uma Nação como um conjunto coeso de cidadãos de um Estado, que vive no mesmo território, sujeito a um governo comum e regulado por leis e interesses também eles comuns. Perante tal dualidade, Sousa Lara (2013, p. 250) acaba por assumir uma posição flexível, defendendo que «A situação de cada experiência histórica e sociológica no que respeita ao processo de formação da Nação é sempre original». Em função do caso específico de análise, a História indicar-nos-á qual o processo histórico dominante: se o Estado funda a Nação ou se a Nação concebe um Estado.

Uma questão impõe-se de imediato: o que é a Identidade Nacional?

Em *A Circunstância do Estado Exíguo* (2011a), Adriano Moreira apresenta-nos a Identidade Nacional como um sentimento de pertença a um determinado grupo, ao que se associa uma perceção da diferença

relativamente a todos os demais grupos. De acordo com Adriano Moreira, uma marca indelével da Nação prende-se diretamente com a associação entre a Identidade Nacional e a consciência de partilha de uma história e de interesses comuns, a par de um destino que se acredita conjunto. Adriano Moreira, em *Da Utopia à Fronteira da Pobreza*, destaca que «(...) a identidade é um tema fundamental, e certamente a língua e a memória histórica, elementos do património imaterial em que se exprime a identidade que liga as gerações, e por isso anima as gerações vivas para reinventarem o futuro, são duas referências basilares.» (2011b, p. 93)

Anthony Smith aborda este mesmo conceito, associando a Identidade Nacional à noção de pertença a uma comunidade política, a qual encerra instituições comuns e um conjunto de direitos e deveres de que toda a comunidade usufrui e é tributária, num território bem delimitado. Smith vai ainda mais longe, expondo que «(...) um sentimento de identidade nacional é um poderoso meio para definir e posicionar pessoas individuais no mundo, através do prisma da personalidade coletiva e da sua cultura distinta.» (Smith, 1997, p. 31).

Por sua vez, José Mattoso (1993) (1998) sustenta que a Identidade Nacional é o fruto de um percurso histórico, político e social, que se exprime no modo de estar dos povos. Desta forma, Mattoso posiciona-se em linha com Adriano Moreira.

José Mattoso (1998) vê na Identidade Nacional a perceção que os cidadãos de uma coletividade humana têm, por oposição «ao outro» que não lhe pertence. Assim, a tese defendida por Mattoso no ensaio *A Identidade Nacional* assenta num denominador de enorme relevância e que é produto dos seguintes fatores:

- a existência de uma expressão política ao longo da história, resultado de uma coletividade política, social e cultural;
- a associação dessa identidade a um espaço territorial que lhe é indissociável;
- a constituição de uma entidade política e territorial autónoma por um período de tempo considerável.

10 Debate que ocupou académicos como Anthony Smith, Benedict Anderson, Ernest Hobsbawm, Ernest Renan, Ernest Gellner ou Adrian Hastings. Também em Portugal vários académicos se debruçaram sobre o tema, dos quais destacamos Adriano Moreira, Antero de Quental, António de Sousa Lara, Guilherme de Oliveira Martins, Jorge Dias, José Adelino Maltez ou José Mattoso, entre outros.

11 A Escola Portuguesa de Ciência Política é influenciada pela obra de Marcello Caetano. No Tomo I do *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, o Estado é definido como «(...) uma sociedade política territorial, (...) fixada num território de que é senhora, na qual o poder, além de funcional (...), se encontra despersonalizado: o titular do poder é a coletividade e os governantes limitam-se a exercê-lo, como suportes dos órgãos da mesma coletividade.» (Caetano, 2014, p. 122).

No caso de Portugal, o Estado, a Nação e a Identidade Nacional são elementos indissociáveis de uma abordagem ao seu posicionamento no Mundo, uma vez que a antiguidade do Estado e a antiguidade da Nação – enquanto construções sociais, políticas e culturais –, a par da Identidade Nacional, – como dimensão de pertença a um grupo de pessoas como um património histórico comum e um futuro partilhado – dizem respeito à forma como o povo português perspetiva o seu passado, o seu presente e o seu futuro.

José Mattoso (1993) (1998) veicula que a origem de Portugal se sustenta numa realidade político-administrativa e não na existência de uma formação étnica de relevo no território que é, atualmente, o País. Nesta lógica, José Mattoso afirma que, de facto, as diversas regiões culturais apresentavam características próprias, mas, pela reduzida expressão em número, nenhuma se tornou dominante e isso nunca se traduziu num comportamento histórico peculiar.

Com intuito de justificar tal posição, o autor vai encurtar caminho relacionando a consciência da Identidade Nacional pela maioria da população portuguesa, com a generalização de práticas administrativas uniformes em todo o Território Português, com a participação ativa da população na vida pública portuguesa, inclusivamente através da participação no sistema eleitoral entretanto implantado com o fim das Guerras Liberais. A isto José Mattoso acrescenta a difusão da escrita e da imprensa como elementos estruturantes da Identidade Nacional. Todos estes fatores, em conjunto, terão possibilitado a consciência desta Identidade.

A defesa desta posição fundamenta-se num conjunto de dados históricos. José Mattoso começa por abordar as comunidades étnicas presentes naquilo que é hoje o Território Nacional, sustentando que nunca os povos presentes neste território foram considerados como elo fundamental da estrutura do medieval *Portucale*. O mesmo autor vai mais longe, referindo a heterogeneidade da população que habitava os territórios sucessivamente conquistados e tornados por-

tugueses, razão pela qual nunca um povo teve a expressão suficiente para se tornar determinante na fundação do Estado. De acordo com o autor, os relatos reproduzidos acerca da população que habitava o território que veio a constituir-se Reino de Portugal a partir de meados do século XII são claros quando à elevada heterogeneidade. A população presente no território em estudo não apresentava elementos diferenciadores de cultura relativamente aos demais povos da Península Ibérica, sendo difícil a identificação de uma raiz histórica comum às diversas populações regionais.

Pese embora a existência de um mito de linhagem comum a todos os portugueses, principalmente exortada pela epopeia magistralmente escrita por Camões, esta não deve ser considerada como uma efetiva etnia dominante, uma vez que os factos não apontam nesse sentido.

Uma outra evidência verificada pelo autor, que corrobora a ideia de ausência de uma comunidade étnica de raiz e comum aos portugueses, reside no facto do nome do Reino – *Portucale* – ter origem na designação de um centro administrativo. Um estudo da etimologia do substantivo «Portugal» demonstra facilmente que não existe qualquer laço entre a designação coletiva do Condado Portucalense e um qualquer povo existente nessa região (Mattoso, Brito, Fabião, Macías, & Torres, 1993) (Mattoso, 1998).

Na defesa da sua posição, José Mattoso (1998) apresenta um novo argumento que se relaciona com a sua convicção acerca da influência que o sistema feudal teve, durante longos séculos, na perceção que os portugueses tinham acerca da entidade coletiva que formavam. O autor denota que os habitantes do Condado Portucalense nunca foram propriamente um povo e, muito menos, constituíam uma etnia diferenciada das existentes na Península Ibérica. Pelo contrário, desde muito cedo, os habitantes do Condado Portucalense e, mais tarde, do Reino de Portugal eram os súbditos de quem governava *Portucale*. Isto é dizer que «(...) o vínculo dos portugueses com o rei decorria mais da vassalagem do que propriamente do facto de habitarem no ter-

ritório que lhes estava sujeito.» (Mattoso, 1998, p. 8), o que se mostra uma associação puramente administrativa, desprendida de qualquer noção de partilha étnica, histórica ou territorial.

Neste ponto, afigura-se importante perceber de que modo a alteração na intelecção do significado da fronteira entre reinos por parte dos habitantes se revelou importante na construção da Nação Portuguesa.

De acordo com Mattoso, a noção de fronteira começou por ser entendida como «(...) uma realidade humana, mutável, imprecisa, normalmente uma zona de combate ou uma área deserta.» (1998, p. 15). A partir do momento em que o conceito de «naturalidade» circunscreveu a noção de fronteira, esta passou entender-se como a «(...) linha que separava os vassallos de um rei dos do rei vizinho.» (1998, p. 15). Desta forma, o conceito de fronteira acabou por se sustentar na noção de «território», sendo interpretada como «(...) suporte físico da diferença para com aqueles que habitavam para além das respetivas fronteiras.» (1998, p. 15). A fronteira deixa de ser um espaço físico, com limites imprecisos, para passar a ser uma linha nitidamente definida que separa habitantes que prestam vassalagem a soberanos distintos e que, para além disso, têm costumes diferentes, uma história diversa e, eventualmente, línguas diferentes.

A perceção da Identidade Nacional adensa-se pelo contacto com outros povos durante toda a História de Portugal. Estes contactos aproximavam pessoas de reinos diferentes, mas também salientavam as diferenças (Mattoso, Brito, Fabião, Macías, & Torres, 1993) (Mattoso, 1998). Ao criarem oportunidades de contacto direto com povos e civilizações de línguas, culturas e formas de estar absolutamente distintas, vários momentos da História de Portugal patenteram e reforçaram as semelhanças que os naturais do Reino de Portugal tinham em comum, incrementando o sentimento de pertença a uma comunidade nacional. A título de exemplo, podemos citar a Reconquista, as guerras fronteiriças com o Reino de Leão e Castela, todo o período da Expansão Marítima de Portugal e de existência do Império de Goa, os sessenta anos

da Dinastia Filipina que colocava debaixo do mesmo soberano o Reino de Portugal e o Reino de Castela, as campanhas da Guerra de Restauração, o período do Império do Brasil, as Invasões Francesas, a edificação do Império Africano ou a participação na I Grande Guerra.

O conflito que se seguiu à proclamação de D. João I como rei, iniciando uma nova dinastia na Monarquia Portuguesa – a de Avis – é um claro exemplo da comparação enquanto processo de afastamento e distinção entre dois povos pelo seu confronto no campo de batalha. A oposição entre as forças leais a D. João I de Portugal e as forças leais a João I de Castela proporcionou um aprofundamento do fosso entre os súbditos de cada um dos monarcas, aumentando as diferenças e reduzindo as pontes.

Já no final do século XVI, a morte do Rei Cardeal D. António Prior do Crato ditaria o esgotamento da Casa de Avis e colocava sob a liderança de um único soberano todos os Reinos da Península Ibérica. Tal liderança acabou por exaltar ainda mais a perceção de pertença a uma comunidade, uma vez que conduziu os portugueses a distinguirem «(...) a pura autoridade política do vínculo que unia entre si os cidadãos nacionais.» (Mattoso, 1998, p. 10). Verificada durante sessenta anos, tal distinção revelou-se condição *sine qua non* para a revolta que deu origem à revolução de 1 de Dezembro de 1640. Cumulativamente, revelou-se fundamental para a subsequente mobilização do Reino em torno das campanhas da Guerra da Restauração nos 28 anos que se seguiram até ao reconhecimento da Independência do Reino de Portugal, já no ano de 1668¹², por Carlos II de Espanha.

Apesar do seu relevo, a Identidade Nacional é produto da continuidade de um poder político assente numa monarquia que, de um modo progressivo, alargou a sua influência a todo o território, superando

anteriores incapacidades e resistências colocadas pela descentralização feudal. Neste sentido, o soberano foi obrigado a dominar o conjunto com recurso a um poder altamente centralizado. Como refere José Mattoso, «Portugal não se distingue do resto da Península Ibérica por nenhum elemento diferenciador de carácter natural. O País foi uma construção dos homens, e não da natureza.» (Mattoso, 1998, p. 25).

1.2.1.1. BREVES NOTAS SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA NO PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Um outro vetor de análise sobre a fundação da Nação em Portugal relaciona-se com a Língua Portuguesa. Quando D. Afonso Henriques, após vencer a Batalha de São Mamede em 1128, se lançou no processo de afirmação como rei, não se verificavam dissemelhanças significativas na língua dos habitantes da região que vai desde a Galiza até ao Mondego (Mattoso, 1998).

José Mattoso (1998) compara o Português ao Galego, defendendo que são línguas praticamente iguais, diferenciadas pelos séculos de separação percorridos desde 1128 e que acabaram por fazer da Língua Portuguesa um elemento progressivamente distintivo. Como refere Mattoso (1998, p. 3), «(...) a aparente coincidência do Português com o território nacional é um fator de identidade ou uma consequência do fator político.»

A decisão de D. Dinis de adotar o Português como língua oficial da Chancelaria Régia e, mais tarde, de todas as instituições ligadas ao Estado, a par da generalização do uso da Língua Portuguesa pela população, produziu mais um elemento fundamental naquilo que é a Identidade Nacional. Além disso, o poder político aumentou a sua eficiência uma vez que «(...) a eficácia do poder político resulta em boa parte de as suas práticas administrativas serem veiculadas por meio de uma determinada norma linguística, o que garante necessariamente a sua difusão.» (Mattoso, 1998, p. 3).

1.2.1.2. BREVE NOTA SOBRE O ESTADO NO PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

À medida que o Estado foi assegurando a existência de sistemas fiscal, judiciário, legislativo e militar, foi sendo garantido um controlo cada vez mais eficaz sobre o território e sobre os habitantes. Verificou-se um «(...) enorme peso do poder político representado pelo Estado e apoiado pelas forças económicas, sociais e culturais dominantes sobre todas as manifestações da identidade nacional.» (Mattoso, 1998, p. 47).

José Mattoso afirma que a criação da Identidade Nacional Portuguesa se justifica pela ação do Estado, ou seja, «Portugal começou por ser uma formação do tipo estatal, só muito lentamente acabou por se tornar uma Nação.» (1998, p. 37).

No momento em que Anthony Smith (1997) associa ao modelo ocidental normal de Nação um território histórico, uma comunidade político legal, condições de igualdade político-legal dos membros e ainda uma ideologia e cultura cívica comuns, verificamos que são poucos os casos em que, na Europa, conseguimos encontrar tal conjunto de características com fronteiras coincidentes com o Estado. Portugal, o país europeu com as fronteiras europeias mais antigas, é sem dúvida um exemplo da coincidência cultural e identitária entre o Estado e a Nação – um Estado-Nação.

1.2.2. DA MARITIMIDADE NA FUNDAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Fundado por insubordinação ao soberano de Leão e Castela, Portugal viveu no primeiro século de existência uma imensa metamorfose territorial. Sendo verdade que a soberania sobre o território era garantida por vassalagem dos senhores feudais ao rei, com grande descentralização e fragilidade do poder régio, não será despreciando que esta organização, devidamente enquadrada no espírito de cruzada da época, permitiu a conquista e manutenção dos territórios desde o Rio Mondego até ao Algarve, em 1249.

Após a conquista destes territórios, consta-

12 O rei castelhano que reconheceu a independência do Reino de Portugal foi Carlos II, que o fez através do Tratado de Lisboa. Curiosamente, o Tratado de Lisboa permitiu que os territórios portugueses fora da Europa ficassem sob soberania da Coroa Portuguesa, com exceção da primeira conquista de Portugal no além-mar – Ceuta.

tada a insuficiência dos recursos endógenos e comprovada a ausência de apoios políticos e militares para uma expansão em direção a Norte ou a Este, D. Joao I de Portugal reunia as razões para, pela via marítima, progredir em direção a Sul.

Com a expansão pela via marítima, o Rei de Portugal procurava no além-mar os recursos necessários ao suprimento das necessidades internas e, ao mesmo tempo, garantia um equilíbrio de forças com o Rei de Leão e Castela. Tal raciocínio evidencia a noção de sobrevivência de uma unidade política relativamente a outra, onde a percepção da identidade própria coletiva já não se afigura ignorável.

Desde 22 de Agosto de 1415 – data que marca a conquista portuguesa da Praça de Ceuta – Portugal caminhou pela história segundo uma linha clara e constante de ação. Esta traduzia-se numa busca pelo poder necessário para equilibrar a balança de poderes na Península Ibérica, procurando garantir a independência do Reino de Portugal relativamente a Castela¹³. Tal só era possível no exterior das fronteiras continentais europeias de Portugal.

Nos séculos que se seguiram, o Reino de Portugal edificou três impérios:

- o Império de Goa, conhecido como Estado Português da Índia, que compreendia os territórios e possessões portuguesas na bacia do Oceano Índico. Este império surge na esteira da exploração da costa de África e da descoberta da Rota do Cabo, no ano de 1498, pela esquadra comandada por Vasco da Gama. Esta descoberta implicou o investimento de substanciais recursos materiais e humanos por parte de Portugal, abriu caminho para o processo de Globalização do contacto e do comércio entre os povos e celebrou ilustres portugueses pelos feitos em navegação. Entre estes destacamos Antão Gonçalves, Nuno Tristão, Diogo Gomes, Pêro de Sintra, João de Barros, Diogo Cão, Afonso de Paiva, Pêro da Covilhã, Bartolomeu Dias, Pedro Álvares

Cabral e Vasco da Gama. Já na luta pelo domínio do Oceano Índico, vários outros portugueses se notabilizaram, designadamente Francisco de Almeida, Tristão da Cunha, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro ou André Furtado de Mendonça;

- o Império do Brasil, cujo prelúdio se pode situar em 1500, aquando da sua descoberta accidental pela esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral. Este Império ganhou singular importância devido às perdas sucessivas de possessões no Estado da Índia durante a Dinastia Filipina e à relevância das atividades económicas desenvolvidas naquele território, designadamente a produção de cana-de-açúcar, couro, ouro e pedras preciosas. O Brasil surge no centro da política e da estratégia de Portugal na segunda metade do século XVII¹⁴, aumentando a sua importância com a transferência da Família Real e das Cortes do Reino de Portugal entre 1807 e 1821. O Império do Brasil teve o seu fim à data da independência daquele território, formalizada com o tratado do Rio de Janeiro em 1825;

- o Império Africano, cuja fundação está inextricavelmente associada à conquista de Ceuta e à exploração da Costa Africana durante a Expansão Marítima, só adquirirá verdadeira dimensão quando, findo o Império de Goa e o Império do Brasil, Portugal se movimentava em direção ao Continente Africano. Este movimento, que se insere numa corrida generalizada das potências europeias para África, obrigou: a uma atividade político-diplomática intensa; à criação de um mapa que ficou conhecido por «Cor-de-Rosa»; levou a um ultimato da mais antiga e importante aliada de Portugal – a Inglaterra; contribuiu decisivamente para o declínio e conseqüente fim da Monarquia Portuguesa; levou à edificação da República; conduziu Portugal aos

combates da Flandres e dos territórios de Angola e Moçambique durante a I Grande Guerra; gerou uma doutrina colonial no seio da República conservadora e autocrática do Estado Novo, e produziu uma guerra de 13 anos pela sua manutenção. O seu término foi catalisado pela Revolução de 25 de abril de 1974.

Para além dos impérios que Portugal, sucessivamente, construiu, a História relatada nos que a sobrevivência de Portugal depende da relação que mantém com a potência marítima dominante. Desde o último quartel do século XIV, Portugal e a Inglaterra¹⁵ mantêm a mais antiga aliança ainda em vigor. Esta aliança, conhecida como Aliança Inglesa, permitiu que Portugal se sobrepusesse a diversos desafios ao longo da sua história e assegurasse a sua sobrevivência face a competidores como a Espanha, os Países Baixos ou a França de Napoleão.

O percurso português pelo Mundo não é um acaso político, mas antes faz parte de um processo de *compensação estratégica*, que lhe garante as capacidades necessárias para sobreviver e conquistar um nível de bem-estar mais elevado. Um facto que pode ser lido como a busca pelos fins últimos do Estado. A observação deste comportamento característico e perene na unidade política «Portugal» é, porventura, um indício da importância do Estado como elemento gerador do sentimento de coesão e de Identidade Nacional.

Apesar do referido, parece-nos importante ressaltar que a ausência de uma comunidade étnica na Fundação não impediu a criação da nação portuguesa, hoje tão evidente. A experiência das instituições políticas e administrativas portuguesas influenciou decisivamente a população e fez emergir no seu seio um forte sentimento de *Identidade Nacional*, manifestado essencialmente por oposição «aos que não eram portugueses», que falavam uma língua diferente e agiam de um modo dissemelhante.

A Identidade Nacional, por oposição aos «estrangeiros», aparece-nos como elemen-

13 Estamos perante uma conceção oceânica da inserção de Portugal no Mundo.

14 Coincidindo com as Campanhas de Restauração da Independência, com a soberania exercida pela Dinastia de Bragança e com a necessidade de Portugal reedificar as capacidades económicas, militares e navais perdidas durante a Dinastia Filipina.

15 Hoje Reino Unido.

to agregador e de coesão. A Reconquista, a Expansão Marítima, a construção e a queda do Império de Goa, do Império do Brasil e do Império Africano, a sólida e permanente ligação à Inglaterra – que até à II Guerra Mundial foi a potência marítima dominante – constituíram-se como elos fundamentais na consciencialização desta diferença por parte dos portugueses, que progressivamente foram identificando aquilo que era já uma realidade de facto. Esta mesma Identidade Nacional, utilizada pelo Estado como elemento coletivo a defender, foi muitas vezes argumento em diversos processos políticos de Portugal, principalmente naqueles em que o que estava em causa era a defesa da independência política de Portugal. Sónia Sebastião (2012, p. 232) assinala que

«A identidade essencial de Portugal, a sua natureza ontológica, perdura para além dos sistemas políticos a que se entrega, para além dos líderes que exercem o poder político e social (...) as formas históricas do exercício do poder não são essenciais. O que é essencial é a ordem inicial, o carácter sagrado da constituição de um povo que encarnou todo o legado mítico espiritual, toda uma vontade nacional que transmite de geração em geração e que configura um poder totalizante, defensor, ordenador e governante de uma Nação que se adapta às circunstâncias históricas, às conjunturas temporais.»

1.2.3. A IDENTIDADE MARÍTIMA NACIONAL

À data do início da Expansão Portuguesa, existia já uma identidade própria coletiva, reconhecida essencialmente pelo contacto com os habitantes de outras regiões europeias¹⁶. Esta mesma posição é defendida por Adriano Moreira (1999) que expõe que, quando D. João I inicia a Expansão Marítima, já Portugal tinha as fronteiras

¹⁶ A título de exemplo, referimos o comércio nos portos de Lisboa e Porto, as Batalhas com Castela, o apoio político-militar inglês, entre outros.

continentais europeias estabelecidas e uma Identidade Nacional vincada e posta à prova no período de crise entre 1383 e 1385¹⁷. Nesta crise que culminou com a mítica Batalha de Aljubarrota, não é de pouca monta salientar que as forças lideradas por D. Nuno Álvares Pereira e leais à causa de D. João I de Portugal eram constituídas por guerreiros portugueses e ingleses, fruto da aliança que harmonizava os interesses dos monarcas português e inglês. O apoio inglês à Monarquia Portuguesa foi de tal modo importante que, um ano após Aljubarrota, os dois Reinos assinariam o Tratado de Windsor, reforçando as relações anglo-lusas. Este é, sem dúvida, um dos processos políticos que mais marcadamente catalisaram a importância do mar e da busca de poder no além-mar para estabelecer um equilíbrio de forças na Península Ibérica. A Batalha de Aljubarrota é, após a Reconquista, o primeiro grande momento da História Portuguesa em que Portugal sobrevive com base em reforços provenientes de uma potência que, já na altura, se perfilava como marítima.

Quando nos debruçamos sobre a Expansão Marítima de Portugal é imperativo atender às idiossincrasias próprias de um País nascido de um fenómeno alargado de reconquista cristã da Europa e da Península Ibérica¹⁸. Também não podemos desconsiderar a geografia onde se insere o território que veio a constituir-se Portugal. Se procurarmos na História de Portugal relatos indicativos da criação de uma *Identidade Marítima Nacional*, facilmente os encontramos. Desde logo, nos deparamos com o principal centro político-administrativo do Condado Portucalense – o Porto –, onde se desenvolvia uma intensa atividade comercial fundamentada no transporte e comércio marítimos. Um

¹⁷ Crise essa que terminou com quatro eventos políticos importantes, designadamente: as Cortes de Coimbra (1385), a vitória portuguesa na Batalha de Aljubarrota (1385), a assinatura do Tratado de Windsor (1386) e a assinatura do Tratado de Ayllón (1411).

¹⁸ A Península Ibérica experimentou este processo durante largos séculos, o que terá terminado com a assinatura do Tratado de Granada, no final de 1491, e com capitulação da cidade ao segundo dia do ano de 1492.

outro elemento que indicia a construção de uma ligação peculiar com o mar foi a conquista de Lisboa. Como refere Damião Peres (1983, p. 11), a conquista daquela cidade transferiu para as mãos do soberano do Reino de Portugal um porto natural de valor excecional, dando-lhe condições para que a Expansão Portuguesa por via marítima tivesse potencial de sucesso.

Damião Peres, na sua *História dos Descobrimentos Portugueses*, expõe a influência que a proximidade geográfica ao mar exerceu sobre as atividades desenvolvidas pelos habitantes de Portugal. Peres (1983, p. 29) defende que por toda a costa atlântica portuguesa pululavam as atividades ligadas ao mar – essencialmente a pesca e a produção salineira – geradoras de «(...) uma decidida vocação marítima, que nos primeiros séculos da vida já portuguesa veio a manifestar-se de múltiplas maneiras.»

Os relatos da presença de mercadores portugueses nos diversos portos europeus, como os escritos por Damião Peres (1983), remetem para uma alteração significativa na estrutura social portuguesa durante os séculos seguintes. De facto, a posse dos portos portugueses nas cidades do Porto e de Lisboa, associada a uma *revolução comercial*¹⁹ à escala europeia, geraram «(...) uma abastada burguesia comercial, que o trato dos negócios punha em repetido contato com as aspirações de expansão dominantes nos grandes centros mercantis da Europa» (Peres, 1983, p. 32). Esta burguesia foi decisiva na expansão portuguesa uma vez que, ao longo do tempo, foi assumindo maior peso e destaque nas decisões portuguesas no que a este tema diz

¹⁹ Referindo-se a este fenómeno, Damião Peres (1983, p. 9) afirma: «A esse conjunto de fenómenos, que toma definitivo vulto no século XIII – progresso da economia europeia em geral, enaltecimento e multiplicação da moeda, aparecimento de um incipiente capitalismo e das primeiras instituições bancárias – tem-se dado (...) o sugestivo nome de “revolução comercial”.» A esta revolução comercial Peres (1983) associa o pensamento expansionista da época, defendendo que ele se alimentou do enriquecimento dos comerciantes, da importância crescente de alguns setores de produção e do relevo que estas atividades tinham para os poderes públicos.

respeito²⁰.

Além dos fatores enumerado anteriormente, Damião Peres (1983) acrescenta ao rol de catalisadores da Expansão Portuguesa a curiosidade científica e, importante e absolutamente decisivo, o espírito de cruzada em prol da difusão da fé cristã e do combate ao Islão.

Também Pedro Pitta e Cunha apoia o relevo do mar na História de Portugal, referindo que «(...) o mar desempenhou um papel importante na vida nacional durante uma longa fase da História de Portugal, desde pelo menos o início do século XV e da mítica Escola de Sagres, a que se sucederam os Descobrimentos, o período colonial e mais recentemente a política ultramarina do Estado Novo.» (2011, p. 108).

Assim, podemos considerar que a *identidade marítima* não é de hoje, antes foi fundada em primeira instância pela capacidade visionária do *Rei Lavrador* e, quase um século depois, consubstanciada, pela primeira vez, na conquista de Ceuta pelo seu bisneto

– D. João I de Portugal. A esta se seguiram inúmeras e importantíssimas realizações. José Hermano Saraiva procurou, na sua obra *História Concisa de Portugal*, sintetizar os motivos e as forças que levaram à expansão portuguesa. Saraiva (2005), por um lado, aproxima-se de Damião Peres ao defender que este processo se fundou na posição geográfica portuguesa, no progressivo relevo que a burguesia assumia no reino e nas ideologias de classe²¹. Por outro lado, Saraiva (2005) vai acrescentar alguns outros fatores que considera relevantes, designadamente o crescimento demográfico a um ritmo superior ao do crescimento

dos recursos internos, a existência de uma ciência náutica avançada ou a experiência navegadora das populações do litoral.

António Barreto (2010, p. 325) procura explicar o expansionismo português através das «(...) características do homem, da situação geográfica do território e da dificuldade em encontrar nesse espaço a subsistência ou a satisfação.» e Charles Boxer sustenta que «(...) os motivos impulsionadores fundamentais daquilo que é conhecido por época dos Descobrimentos parece ter surgido de uma mistura de fatores religiosos, económicos, estratégicos e políticos.» (2012, p. 35)²².

As razões mobilizadoras do Reino no sentido deste projeto são as mais variadas. Sónia Sebastião, por exemplo, cita fatores de três ordens, designadamente:

- de ordem económica, na procura de suprir a incapacidade do território português garantir sustento para toda a população;
- do conhecimento científico que, ao mesmo tempo que progredia em quantidade, precisão e exatidão, se aliava a uma atração dos portugueses por outros mundos e pela ousadia sustentada numa consciência de missão de conseguir ir mais além;
- espiritual, associado à difusão da fé cristã e à Demanda do Reino do Preste João (Sebastião, 2012, p. 72).

Pese embora todas estas justificações, a História sempre procurou encontrar uma personalidade ou um grupo de personalidades às quais pudesse ser atribuído o ónus do maior impulso à expansão portuguesa²³. Hoje é consensual que o Infante D. Henri-

que, filho do rei fundador da Dinastia de Avis, foi o grande patrono do início da Expansão Marítima Portuguesa²⁴.

A Expansão Marítima Portuguesa tem o seu marco iniciador na conquista da praça de Ceuta²⁵, em 1415, por D. João I. Talvez possamos considerar a expedição de Pedro Álvares Cabral que descobriu a Terra de Vera Cruz, em 1500, a última grande descoberta deste período a que damos o nome de Descobrimentos.

Uma outra perspetiva é proposta por Charles Boxer na sua obra *O Império Marítimo Português 1415 – 1825* (2012). De acordo com o que é defendido por Boxer, os Descobrimentos tiveram o seu início em 1419, quatro anos após a conquista de Ceuta, e o seu termo em 1499, aquando do regresso de Vasco da Gama da Índia.

Facto é que a Expansão Marítima Portuguesa acabou por permitir o contacto regular entre os quatro continentes, dando notoriedade ao empreendimento português e levando a que os demais atores da cena internacional reconhecessem a Portugal uma forte ligação ao mar. O académico britânico Charles Boxer refere este mesmo facto, dizendo que

«Só depois de os Portugueses terem contornado a costa ocidental africana, dobrado o cabo da Boa Esperança, atravessado o Oceano Índico e de se terem fixado nas ilhas das especiarias da Indonésia e na costa do mar da China

20 A título de exemplo desta realidade, Damião Peres expôs a revolução que colocou D. João I no trono e deu início à Dinastia de Avis. Segundo o autor «(...) a revolução de 1383, sentando no trono português D. João, Mestre de Avis, deu ensejo ao estabelecimento dum mais acentuada influência política da classe média; (...)» (Peres, 1983, p. 32).

21 Na sua obra *História Concisa de Portugal*, Saraiva (2005, pp. 133-134) associa uma série de ideologias às diversas classes sociais da época, designadamente «(...) espírito mercantil do burguês, espírito de cavalaria do nobre, espírito de aventura do povo, espírito de cruzada dos clérigos e dos reis (...)».

22 Moreira (2011b, p. 32) observa que «O costumeado conflito das escolas económica e idealista não pode deixar de surgir. Mas o ponto de vista compreensivo da ciência política ultrapassa tal divergência e coloca o problema na perspetiva do fortalecimento e desenvolvimento do Estado.»

23 Como afirma Peres (1983, p. 37), «As latentes forças da capacidade de um povo relativamente a uma determinada diretriz não ser tornarão de potenciais em atuantes se as não impulsionar a iniciativa de um escol, que, pelos meios de ação ao seu dispor, pelas características pessoais próprias, e mesmo pelas oportunidades da sua intervenção, as galvanize, as coordene e as dirija em adequado rumo.»

24 Por exemplo, Peres (1983, p. 37) afirma que «(...) D. Henrique foi, de facto, o impulsionador das navegações de descobrimentos portugueses durante o seu primeiro meio século, impulsionador abnegado, que nunca recuou ante as dificuldades económicas da empresa, para a execução da qual, apesar de dispor dum considerável conjunto de bens próprios e certamente de recursos da Ordem de Cristo, de que era Governador, chegou a contrair dívidas pessoais que só parcialmente conseguiu solver, (...)». Outro autor, Saraiva (2005), atribui às ações pessoais do Infante D. Henrique a dimensão de causas da expansão marítima.

25 Como Adriano Moreira (2011b, pp. 22-23) afirma «(...) tal foi o resultado da ponderação das dívidas que D. João I tinha sobre a justiça e conveniência de passar a Ceuta. Dívidas que diziam respeito à moral, à religião, ao serviço divino. Mas que também diziam respeito ao proveito, ao equilíbrio de poderes peninsulares, aos fins terrenos do Estado.»

Meridional (...) nessa altura, e só nessa altura, é que uma ligação marítima regular e duradoura se iniciou entre os quatro grandes continentes.» (2012, p. 40)²⁶.

Boxer (2012) considera pertinente estudar o monopólio que o Reino de Portugal procurou implementar, principalmente através da conquista e domínio de interpostos comerciais do Oceano Índico, nomeadamente Moçambique, Ormuz, Diu, Goa e Malaca. A influência sobre estes territórios permitia a Portugal uma elevada capacidade de intervenção na regulação do comércio marítimo durante a maior parte do século XVI, tornando o Reino num polo de poder relevante para os demais reinos europeus em cena.

No final do século XVI, já sob o domínio da Dinastia Filipina, Portugal reforçou a sua presença no mar, ainda que com uma alteração significativa no modo como eram estabelecidas as suas relações diplomáticas e comerciais. Por esta altura, os conflitos que opunham o soberano do Reino de Portugal e do Reino de Espanha aos diversos reinos europeus levaram a que o Reino de Portugal privilegiasse as relações em contexto de paz.

Devido às hostilidades que, na Guerra dos Oitenta Anos, opunham a Espanha à Inglaterra, à França e aos Países Baixos, o Reino de Portugal acabou por ser francamente prejudicado. Debaixo da soberania do mesmo Rei, Portugal entrou no conflito em favor do vizinho ibérico, acabando por ver reduzida drasticamente a sua capacidade militar naval e, deste modo, a capacidade para assegurar a soberania sobre extensos territórios das possessões do então

26 Neste contexto, devemos ressaltar a importância que a Língua Portuguesa assumiu durante a Expansão. Uma vez que Portugal assumiu a vanguarda dos Descobrimentos e da exploração marítima, não será despropositado destacar que o Português adquiriu o estatuto de língua franca. Assim, o comércio marítimo passou a depender significativamente do domínio do Português, reforçando a identificação que os povos de então faziam entre os Portugueses, o comércio marítimo e o poder militar naval.

Império de Goa²⁷. Tais prejuízos provocaram uma série de convulsões internas, das quais resultou o processo de Restauração da Independência do Reino de Portugal. Mais uma vez, para cumprir os objetivos políticos da Restauração, Portugal buscou na potência marítima dominante – a Inglaterra – o apoio político-militar essencial. Outro processo político que acabou por significar grandes perdas para Portugal prende-se com as Invasões Francesas. Em 1807, quando o Reino de Portugal se recusou a participar no bloqueio continental que Napoleão pretendia impor à Inglaterra, a França procurou submeter o País aos seus desígnios. Assim, o Marechal Junot marchou em direção ao território do Reino de Portugal, invadiu-o e obrigou a Família Real de Portuguesa a transferir a sua corte para o Brasil. Esta condição prolongou-se durante cerca de 14 anos e teve um impacto avassalador na História de Portugal (Boxer, 2012).

A presença e permanência da sede do poder do Reino de Portugal no Rio de Janeiro é *per se* uma prova da flexibilidade do Povo Português e da sua fácil adaptação a tal distanciamento, bem como da noção intrínseca de que para os portugueses o mar não era visto como um verdadeiro obstáculo. A forma como os portugueses se viam e viam o Reino torna-se notória e notável, uma vez que se manifesta a ideia de um Reino uno, ainda que pluricontinental. A Guerra Peninsular²⁸ acabou apenas em 1814, três anos após a retirada do Marechal Massena e o fim da Terceira Invasão

27 A Guerra dos Oitenta Anos teve o seu início em 1568 e tem a sua origem na independência dos Países Baixos, até então debaixo da soberania do soberano espanhol. É durante a Guerra dos Oitenta Anos que Hugo Grócio publica a sua obra *Mare Liberum* e nela defende a liberdade de acesso aos mares e às atividades políticas, militares, económicas e sociais desenvolvidas a partir dele. Em 1625, reagindo à obra de Hugo Grócio, o Padre Serafim de Freitas – jurista português do século XVII – tornou pública a obra intitulada *De Iusto Imperio Lusitanorum Asiatico*, onde defende os direitos do Monarca Português – D. Filipe III – sobre as possessões portuguesas nas Índias Orientais.

28 Guerra que ficou assim conhecida por, durante as Campanhas Napoleónicas, opor Inglaterra, Portugal e Espanha a França pelo controlo da Península Ibérica.

Francesa em Portugal. Mais uma vez, o sucesso obtido por Portugal nestas campanhas em muito se deveu ao apoio político, económico e militar garantido pela velha aliada.

Anos mais tarde, a relação com a Inglaterra volta a ser determinante para Portugal. No segundo quartel do século XIX, o Reino de Portugal procura apoio na potência marítima dominante para equilibrar a relação de poderes na Península Ibérica e para legitimar a soberania sobre os extensos territórios do Império Africano. Esta procura degenerou numa condição de extrema dependência já no início do século XX, principalmente após a Implantação da República.

José Medeiros Ferreira denuncia esta condição quando refere que os meios políticos, económicos e militares de Portugal no primeiro quartel do século XX eram manifestamente insuficientes para a sua afirmação plena na hierarquia das potências, conduzindo o Estado Português a uma situação de «(...) subalternidade que só não foi mais agravada pela relativa excentricidade geográfica de Portugal na Europa.» (2006, p. 32). Uma subalternidade clara, principalmente perante a Inglaterra²⁹.

Não abdicando de considerar que as ações do Estado nas suas relações internacionais são fulcrais na definição da forma como ele se afirma e como é considerado pelos outros, é relevante referir que, até 1919, a PEP jogava-se num espaço extremamente restrito – fundamentalmente Lisboa, Londres e Madrid – e tinha como dois grandes objetivos a garantia da manutenção do Império Africano e o estabelecimento de uma diferenciação bem vincada relativamente a Espanha, a fim evitar uma situação de irrelevância (Ferreira, 2006).

Para além da defesa das questões coloniais na cena internacional, uma outra manifestação da Identidade Marítima Portuguesa reside na forma como os territórios europeus eram considerados pelas demais potências. José Medeiros Ferreira aborda este mesmo tema explicando que

29 Recorde-se o Ultimato Britânico de 1890, após a publicação do Mapa Cor-de-Rosa.

«Com a chegada da II Guerra Mundial, os Açores vão ser encarados pelas potências marítimas de duas formas radicalmente diferentes: primeiro como fronteira entre o “*perturbador continental*” e essas potências marítimas, depois como zona de articulação entre as margens do Atlântico.» (2006, p. 74).

Uma Nação que levou mais de oito séculos a ser construída – dos quais quase quinhentos anos passados como um império marítimo – não esquece em menos de meio século aquilo que é a sua gênese e a matriz da sua sobrevivência ao longo dos tempos. Ainda que, como afirma Adriano Moreira (1999, p. 126), Portugal tenha sido alvo de uma drástica redefinição de fronteiras físicas – passando de «(...) multicontinental a periférico da Europa das Comunidades (...)» – tal não nos permite verificar um verdadeiro e total afastamento do Povo Português relativamente ao além-mar. Pelo contrário, verifica-se uma intensa ligação de Portugal e dos portugueses ao mar.

A Identidade Marítima Nacional é tão mais manifesta e verdadeira quanto mais tempo dispendermos na observação da estratégia portuguesa. Um claro exemplo reside na *janela de liberdade* perspectivada pelos portugueses no Projeto de Extensão da Plataforma Continental. Mais uma vez, Portugal busca no exterior do seu território terrestre os recursos necessário à sua autossuficiência e à sua sobrevivência. Marques dos Santos afirma que «Esta identidade assim diferenciada por venturas e desventuras, por grandezas e, também, por infortúnios, com um código de referências positivo é, potencialmente, o mais valioso dos ativos de Portugal.» (2012, p. 54). Nesta mesma linha, Sónia Sebastião (2012, p. 237) considera que a profunda marca que o mito ultramarino e o destino manifesto têm na História e na Cultura Portuguesas moldaram o Povo Português como «(...) Filhos de um mar sem fim, com uma missão imperial sebástica.»

1.2.3.1. BREVES NOTAS SOBRE A IDENTIDADE MARÍTIMA NACIONAL E A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA DO SÉCULO XXI

Para além de relacionar a Fundação com as circunstâncias políticas e religiosas europeias naquele século, Tiago Pitta e Cunha (2011, pp. 15-16) defende que a ligação portuguesa ao mar é resultado da procura da consolidação do desígnio de País independente. De acordo com Cunha

«(...) foi através dele [– mar –] que o recém-nascido país começou a procurar consolidar o seu desígnio de país independente (...) A perceção da importância estratégica do mar para Portugal ficou assim descoberta ainda no decurso da primeira dinastia e muitos anos antes de se iniciar a expansão marítima portuguesa.» (2011, pp. 15-16).

O curso dos acontecimentos narrados pela História levou à opção marítima de expansão, que, antes de mais, é uma concretização da influência do mar e da geografia na política³⁰, enquanto centro de gravidade de Portugal durante largos séculos³¹. Não é por acaso que Sandra Balão afirma que

«(...) a vocação oceânica de Portugal constitui, para além de uma das mais ricas heranças históricas, uma das mais distintas marcas que sempre caracterizou e caracteriza o “Ser Português” (...), o elo que sustenta esta profunda ligação que sempre existiu, existe e continuará indelevelmente a existir entre Portugal e o Mar representa

30 «Ao contrário da terra, elemento natural mais próximo do homem e que melhor por ele é dominado, base da sua ancestralidade, da sua vivência, daquilo que conhece e do que, em potência, considera poder vir a conhecer, o mar representa um infinito espaço de incerteza, de mistério e de receios.» (Marchueta, 2002, p. 118).

31 Em último caso, podemos considerar que a opção marítima da Portugal se extinguiu apenas em pleno Século XX, com a descolonização dos territórios de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Na sua obra *A Circunstância do Estado Exíguo*, Adriano Moreira (2011a) várias vezes estabelece esta referência.

uma das maiores certezas históricas de toda a Europa e, também, do Mundo.» (Dias, Paulo, Sequeira, Balão, & Leal, 2014, pp. 138-139).

1.3.0 MAR PORTUGUÊS E O CONCEITO ESTRATÉGICO PORTUGUÊS

Se atendermos aos elementos básicos do poder (Dias C. M., 2014) – a posição geográfica, a configuração física e extensão do território, o efetivo populacional, a psicologia ou o caráter nacional e as características do governo ou das instituições – torna-se absolutamente evidente que o *Mar Português* é um elemento essencial do processo de tomada de decisão e do processo de ação estratégia portugueses. Após a conquista de Ceuta, em 1415, Portugal manteve uma estreita relação com territórios transoceânicos. Primeiro com o Império de Goa, depois com o Império do Brasil e, depois da independência deste, em África, a política externa e comercial portuguesa tem-se fundamentado na compensação da insuficiência dos recursos endógenos através do aproveitamento de recursos daqueles territórios.

Apesar da perenidade do elemento marítimo na política e na estratégia portuguesas, o fim do Estado Novo significou uma rutura com o CEN informal tácito que vigorou durante mais de cinco séculos³².

A Revolução de 25 de abril de 1974 provocou uma alteração no posicionamento político português e do próprio CEN, aproximando o país do Continente Europeu (Martins & Graça, 2014). É à extinção deste CEN que Adriano Moreira se refere quando sustenta que «A entrada portuguesa no século XXI aconteceu por 1974, data em que foi colocado um ponto final no CEN que tem a sua primeira e acabada formulação em *Os Lusíadas* de Luís de Camões.» (Moreira, 1999, p. 302).

A adesão e integração na CEE foram, desde 1974, o grande desígnio nacional³³, uma vez que tal significava a existência de um seguro para a manutenção da democracia. Em

32 Um CEN que nunca foi concretizado em documento formal até 1985.

33 CEDN1985.

acréscimo, pretendia-se catalisar o desenvolvimento de Portugal, fortemente marcado pelo atraso em relação aos países do centro e do norte da Europa.

Neste contexto, Pitta e Cunha afirma que, havendo uma rutura com a dimensão marítima de Portugal, o país iniciou um processo de afastamento do mar:

«Depois entramos num período de letargia, correspondente às décadas passadas do atual regime democrático, em que a perceção da ligação ao mar e do valor deste como um ativo para o país como que adormeceu, ocupados que estivemos com a consolidação da democracia e, mais tarde, com a integração no bloco europeu, que até hoje perspetivávamos como um bloco continental, em cujo projeto o mar, se não dispensável, era certamente a última das prioridades nacionais.» (2011, p. 108).

Apesar de um longo período de afastamento, alguns organismos e personalidades portuguesas têm-se destacado ao trazerem à discussão pública o tema *Mar Português*. Se é verdade que a debilidade económico-financeira possibilitou uma maior receptividade para a temática, não podemos esquecer que a natureza marítima da posição geográfica de Portugal adensa o incontornável processo de aproximação (Cunha, 2011). Além do referido, é importante considerar a conjuntura que Portugal tem enfrentado nos primeiros anos do novo milénio. Os desafios, as suas fragilidades e a dimensão dos principais atores da Ordem Mundial levam a que Portugal se encontre numa condição de grande debilidade. Esta materializou-se através de um pedido de assistência financeira externa e tem eco nas repetidas considerações pouco abonatórias sobre o estatuto internacional de Portugal³⁴. Todavia, antes de avançarmos para a influência do *Mar Português* no CEN, necessitamos clarificar o que entendemos por CEN.

Na obra *Segurança e Defesa Nacional – Um Conceito Estratégico* (Fontoura (coord.), 2013), a CRCEDN refere que:

“Como atitude meramente instintiva ou ação planeada, as Nações e os Estados caminharam pela história segundo uma ideia clara do seu destino que traduzia, de geração em geração, as suas mais íntimas aspirações, todas elas convergindo, naturalmente, na vontade permanente de sobrevivência e conquista de bem-estar, para tanto desenvolvendo as ações mais adequadas. É ao conjunto desta factualidade que a melhor doutrina chama conceito estratégico nacional” (Fontoura (coord.), 2013, p. 38).

Não obstante, se a noção de CEN é proposta deste modo, a doutrina que lhe serviu de base fala-nos em CEDN. De acordo com o CEDN1985, um CEDN é a «(...) definição dos aspetos fundamentais da estratégia global do Estado adotada para a consecução dos objetivos da política de defesa nacional.» Esta é a conceção adotada pelos documentos que lhe sucederam, designadamente no CEDN1994, no CEDN2003 e no CEDN2013. Neste último documento ainda se avança com uma correspondência entre um CEN e as «(...) grandes orientações e prioridades que o Estado e a sociedade devem realizar em democracia para defender os interesses nacionais, salvaguardar o património material e imaterial, e garantir a construção de um futuro mais próspero, mais seguro e mais justo.» (Governo de Portugal, 2013b, p. 64). Por razões de natureza académica e metodológica³⁵, e porque esta proposta reflete o trabalho prolongado de uma comissão de notáveis nacionais em conjunto com a sociedade civil, consideraremos a definição proposta pela CRCEDN.

1.3.1. OS OBJETIVOS NACIONAIS PERMANENTES

No conjunto dos objetivos a atingir por um Estado, é possível identificar uma escala de valor associado ao seu cumprimento. No livro *Segurança e Defesa Nacional – Um Conceito Estratégico*, a CRCEDN assenta a sua proposta de CEN numa escala dessa natureza e que tem no seu topo um conjunto de objetivos nacionais permanentes (ONP) intrinsecamente ligados às «(...) aspirações e tradições históricas do grupo nacional (...) [e que] parecem corresponder ao núcleo central dos interesses vitais que são de natureza consensual e significam o que é perene e distintivo da nação portuguesa» (Fontoura (coord.), 2013, p. 68).

Em *Geopolítica e o Mar*, Sandra Balão refere-se à relação de Portugal com o mar. A investigadora classifica-o como elemento indiscutivelmente perene na História de Portugal, afirmando que ele se constitui como um

«(...) desafio que, de modo crónico, careceu de uma resposta adequada – quer na concretização da definição de Interesse Nacional, quer da Estratégia Nacional a ele desejavelmente associada ou, de modo ainda mais complexo, mas igualmente vital, na consequente formulação do Conceito Estratégico e de Defesa Nacional.» (Balão, 2014, p. 135).

No mesmo sentido nos dá orientações Adriano Moreira (2011a), referindo que Portugal, ao longo dos tempos, assegura a sua sobrevivência procurando apoio em outros poderes do sistema internacional. Os quatro CEDN tornados públicos e a CRCEDN identificam ONP a garantir pelo Estado Português. Ainda que sejam fruto de uma reflexão em distintos períodos conjunturais, entendemos que não há lugar a substanciais modificações no quadro dos objetivos a defender por Portugal em todas as áreas da atividade do Estado.

Na Tabela 1, procuramos reunir os ONP expostos no CEDN1985, no CEDN1994, no CEDN2003, no CEDN2013 e na proposta de CEN que a CRCEDN publicou em

34 Por exemplo, Adriano Moreira chega a classificar Portugal como um *Estado Exíguo* (2011a) ou como um Estado a sobreviver em regime de *Protetorado* (2013).

35 O debate sobre a definição de CEN é, *per se*, alvo de grandes investigações, como é o caso da Dissertação de Doutoramento do Engenheiro Ângelo Correia, submetida a discussão pública no dia 16 de dezembro de 2014 no ISCS.

2013. Importa pois analisar a referida tabela, a fim de indagar sobre a consideração do *fator marítimo* como um ONP passível de influenciar a PEP e as Relações Internacionais de Portugal.

A Tabela 1, que resume os ONP propostos nos sucessivos CEDN e na proposta da CRCEDN, permite-nos chegar a algumas considerações:

- a sobrevivência, a segurança, o progresso e o bem-estar, comumente conhecidos como fins últimos do Estado, constituem as fundações do edifício estratégico português;
- a liberdade de ação das instituições e a promoção do desenvolvimento das capacidades nacionais situa-se no primeiro plano do CEN; e
- apenas a proposta da CRCEDN³⁶ coloca a preservação da Identidade Nacional e a defesa e valorização da secular condição marítima portuguesa no plano dos ONP.

Com isto se verifica que, aparentemente, a sociedade civil portuguesa e as elites intelectuais e académicas portuguesas progredem no sentido de recentrar o CEN nos oceanos, na componente marítima da Identidade Nacional e na «secular condição marítima portuguesa».

O CEDN1985, o CEDN1994, o CEDN2003 e o CEDN2013 ainda não refletem esta orientação tendencialmente crescente na sua expressão, mantendo ainda uma forte componente continental e europeísta.

As posições distintas estabelecidas pela proposta da CRCEDN e pelos sucessivos CEDN poderão refletir, não só uma leitura diferente daquilo que são os objetivos políticos e estratégicos a atingir pela ação integrada de todas as instituições do Estado Português, mas eventualmente uma tradicional dicotomia associada à relação de Portugal com o *Mar Português*. Assim como aconteceu no passado, o *Mar Português* desempe-

³⁶ Uma proposta que foi formulada por um conjunto de notáveis académicos e especialistas portugueses, na sequência de uma nomeação por parte do Ministro da Defesa Nacional de Portugal e após um longo período de debate no seio da sociedade civil.

nha a função de *janela de liberdade* face às ameaças que se debruçam sobre a independência, a soberania e a Identidade Nacional de Portugal. Isso mesmo é defendido Sandra Balão em *Geopolítica e o Mar* ao referir que

«(...) não é possível esquecer a relevância central que esse mesmo mar sempre teve e continua a ter, não apenas para a afirmação de Portugal no mundo senão, também, para a sua própria “sobrevivência” enquanto Estado de pleno direito e poderes conexos, na cena política numa perspetiva multinível ou multi-escala (...)» (Balão, 2014, p. 136).

No entanto, a independência, a soberania podem também ser colocadas em risco pela relação próxima com o *Mar Português*, uma vez que fruto dele Portugal pode ser alvo de decisões e de ações em que não toma parte, não tem capacidade de influência ou poder para uma reação forte. Recordemos, por exemplo, os factos que despoletaram as Invasões Francesas entre 1807 e 1811, o incidente diplomático que culminou com o Ultimato Inglês de 1890, a participação de Portugal na I Grande Guerra, as *facilidades* ímpares concedidas aos Aliados na II Guerra Mundial, a situação que conduziu à utilização da Base Aérea das Lajes na Guerra do Yom Kippur ou a Guerra do Ultramar entre 1961 e 1974.

1.3.2. OS OBJETIVOS NACIONAIS CONJUNTURAIS

Quer os CEDN, quer a proposta da CRCEDN referem a existência de objetivos nacionais conjunturais (ONC) que possibilitam que o Estado, em cada conjuntura, persiga a concretização dos ONP determinados pela Política e pela Estratégia Integral do Estado.

Esta é a noção de ONC que nos é transmitida quando no CEDN2013 é referido que «(...) em resultado da análise do ambiente de segurança e do papel que Portugal ambiciona ter no Mundo, sejam identificados objetivos políticos, mais concretos e atuais, que permitam uma consistente elaboração

do planeamento estratégico.» (Governo de Portugal, 2013d, p. 37).

Uma conceção semelhante havia já sido proposta no CEDN1994, referindo-se que para

«(...) a concretização dos seus objetivos permanentes, e tendo em conta a atual conjuntura internacional, a política de defesa nacional, no quadro da estratégia global do Estado democrático, com respeito pelo primado dos interesses nacionais, tem os seguintes objetivos atuais, que traduzem as linhas de ação para a estratégia global do Estado em matéria de defesa nacional (...)» (Governo de Portugal, 1994, p. 551).

A análise da doutrina estratégica portuguesa permite a ilação de uma série de ONC que servem ou serviram de referência à coordenação e à decisão política. Importa pois analisar a Tabela 2, no sentido de indagar sobre a consideração do *fator marítimo* como um ONC passível de influenciar a PEP e as Relações Internacionais de Portugal.

A primeira ilação a retirar do estudo quer dos CEDN, quer da proposta de CRCEDN é que a ligação ao mar e à vocação atlântica de Portugal é vista como um instrumento em prol da segurança, pelos primeiros, e como uma inabalável condição suscetível de múltiplos vetores de exploração, pelos segundos.

As referências explícitas a ONC no CEDN1985 e no CEDN2003 são inexistentes, situação que já não se verifica no caso do CEDN1994 e do CEDN2013 que nos trazem alguns objetivos, nomeadamente:

- a valorização da posição geográfica do País;
- a valorização da vocação atlântica de Portugal;
- a valorização e consolidação da CPLP;
- a participação ativa na redefinição do posicionamento da OTAN no Mundo. Assim, percebemos que a concretização dos ONP depende das relações de Portugal com a NATO e com todos os seus Estados-Membros, sendo colocada a segurança dos países da bacia do Atlântico Norte

no topo das prioridades conjunturais de Portugal. A relevância atlântica de que falamos corrobora a posição de Adriano Moreira (1999) quando sugere que, se o processo de adesão e integração europeias levou a que Portugal se confrontasse com uma menor relevância na função internacional de charneira entre o Atlântico Norte e Sul, o País não abdica de valorizar o *poder funcional*³⁷ que detém pela sua configuração arquipelágica e de ter em conta a sua vocação atlântica na redefinição do seu CEN.

Deste modo, a proposta da CRCEDN procura a consolidação e ampliação da rede de alianças (OTAN e CPLP), sem deixar de estabelecer como ONC a valorização da condição marítima de Portugal, bem como a ocupação dos espaços marítimos sob soberania e jurisdição do Estado Português. A clara definição da ocupação da plataforma marítima com recurso à investigação científica, da exploração dos recursos e dos meios militares coloca no primeiro plano dos objetivos conjunturais do Estado o tão abordado Projeto de Extensão da Plataforma Continental, a valorização das atividades científicas e económicas ligadas ao mar e a posição e configuração arquipelágica atlântica do TN.

1.3.3. DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR PORTUGUÊS

Vinte e quatro anos depois da Revolução que pôs fim ao CEN implícito de Portugal, o País torna clara a sua reaproximação aos oceanos e à sua vocação marítima, pondo fim a um ciclo de quase exclusiva prioridade para a integração na Europa das comunidades.

Desde 1998, Portugal organizou a Exposi-

ção Mundial de 1998³⁸, liderou a Comissão Mundial Independente para os Oceanos, constituiu a Comissão Oceanográfica Intersectorial, deu corpo à Comissão Interministerial para a Delimitação da Plataforma Continental, constituiu a Comissão Estratégica dos Oceanos, criou a Estrutura de Missão para Extensão da Plataforma Continental, estabeleceu a EMAM, conseguiu que a Agência Europeia de Segurança Marítima fosse instalada em Lisboa e tem procurado tomar parte ativa no que se refere à Política Marítima Integrada (PMI), à Política Comum de Pesas (PCP) e à Comissão das Nações Unidas para o Direito do Mar (CNUDM) (Comissão Estratégica dos Oceanos, 2004) (EMAM, 2006) [Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), 2014a]. Estas iniciativas portuguesas inserem-se num movimento que Portugal pretende que seja generalizado, valorizando um dos ativos com maior valor e versatilidade em prol de toda a sociedade portuguesa.

Ainda que os CEDN publicados no período posterior a 1998³⁹ indicassem alguns vetores e linhas de força para a ação de Portugal no Mundo, constatou-se sobre a necessidade de agregar todos os organismos – públicos ou privados – em torno das ameaças, mas também da *janela de liberdade* materializada pela *Mar Português*. Assim, o Governo de Portugal produziu dois documentos – *Estratégias* –, que vieram a constituir-se referência para a ação dos seus organismos no que aos assuntos do mar diz respeito.

Através da *Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2005, de 10/08/2005*, o Governo Português criou, na dependência do Ministério da Defesa Nacional⁴⁰, a EMAM. A criação deste organismo teve como principal objetivo fazer face à «(...) necessidade de Portugal adotar uma política integrada e abrangente na governação de todos os assuntos do mar, alicerçada numa estratégia transversal e multidisciplinar

(...)» (Governo de Portugal, 2005), sendo o seu principal produto a publicação da *Estratégia Nacional para o Mar 2006 – 2016* (ENM2006 – 2016) (EMAM, 2006).

A ENM 2006 – 2016 permite que o Estado Português reforce a dimensão coletiva, identitária e nacional da reaproximação ao *Mar Português*, essencial para superar as ameaças e as dificuldades – *i. e.* garantir a segurança e defesa⁴¹ dos espaços sob soberania ou jurisdição portuguesa, assegurar a vigilância e monitorização das atividades, combater a imigração ilegal, combater a poluição, apoiar a navegação e salvaguardar a vida humana no mar (EMAM, 2006) – e para explorar as diversas oportunidades existentes – *i. e.* reforço da coesão nacional, valorização da Identidade Nacional, desenvolvimento económico e social, reforço do poder nacional pela valorização da posição geográfica.

Com a ENM 2006 – 2016, o Governo de Portugal pretende que o País se volte para o mar

«(...) apostando numa abordagem integrada da governação dos assuntos do mar, que pela primeira vez congregue os esforços das diferentes tutelas, dos agentes económicos, da comunidade científica, das organizações não governamentais e da sociedade civil, corresponsabilizando todos os atores para o aproveitamento do mar como fator diferenciador do desenvolvimento económico e social, valorizando e preservando este património.» (EMAM, 2006, p. 7).

O conhecimento, o planeamento e ordenamento espaciais, bem como a promoção e a defesa ativas dos interesses nacionais constituem-se como pilares da ENM 2006 – 2016 (EMAM, 2006). Com base nestes pilares, o País procurou integrar esforços e coordenar ações no sentido de cumprir um conjunto de ações estratégicas definidas, designadamente:

- sensibilizar e mobilizar a sociedade para a

37 Ao conceito de poder funcional, Adriano Moreira soma outra, a soberania de serviço, que define como a «(...) capacidade de contribuir, ganhando confiabilidade internacional, para o funcionamento dos sistemas e subsistemas de integração subsidiária, condição indispensável para ter voz em nome de uma identidade reconhecida e de um desempenho respeitável.» (2011a, p. 198).

38 Subordinada ao tema «Os oceanos: um património para o futuro».

39 O CEDN2003 e o CEDN2013.

40 Uma vez que a pasta dos assuntos do mar estava atribuída ao Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar.

41 Nas dimensões *security* e *safety*.

- importância do mar;
- promover o ensino e a divulgação nas escolas de atividades ligadas ao mar;
 - promover Portugal como um centro de excelência de investigação das ciências do mar da Europa;
 - proceder ao planeamento e ordenamento espacial das atividades;
 - proteger e recuperar os ecossistemas marinhos;
 - fomentar a economia do mar;
 - apostar nas novas tecnologias aplicadas às atividades marítimas;
 - garantir a defesa nacional, a segurança, a vigilância e a proteção dos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional (EMAM, 2006) (Correia A., 2010).

Além destas ações estratégicas, a ENM 2006 – 2016 permitiu que no plano da PE e da Diplomacia de Portugal houvesse uma rápida produção, estruturação e utilização dos meios essenciais à intervenção nos principais *fora* internacionais e à afirmação dos interesses de Portugal nos locais onde são definidos os princípios, os conceitos, a legislação e a regulamentação da exploração dos oceanos (DGPM, 2014a).

No que se refere à coesão e à Identidade Nacional, a ENM 2006 – 2016 promoveu a ligação de Portugal ao mar no seio da sociedade civil, transformando uma reaproximação tímida aos oceanos naquilo que a *Estratégia Nacional para o Mar 2013 – 2020* (ENM 2013 – 2020) veio a designar por «(...) a concretização do mar de Portugal como um desígnio nacional.» (DGPM, 2014b, p. 23).

A ENM 2013 – 2020 surge na sequência da publicação *Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo* por parte da Comissão Europeia e visa atualizar e ajustar o documento anterior aos novos desafios que se colocavam a Portugal⁴².

Neste sentido, a ENM 2013 – 2020 (DGPM, 2014a) estabelece um conjunto de objetivos a cumprir e que deverão, até 2020, ser referência na ação portuguesa em

torno do mar. São eles:

- reafirmar a Identidade Marítima Nacional;
- concretizar o potencial económico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional;
- criar condições para atrair investimento, nacional e internacional;
- reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional; e
- consagrar Portugal, a nível global, como nação marítima.

Ao colocar o mar no patamar de desígnio nacional, a ENM 2013 – 2020 reforça a importância da posição geográfica e da dimensão dos espaços marítimos portugueses, ao mesmo tempo que aprofunda a dimensão identitária do desafio que o mar coloca a Portugal. Com a ENM 2013 – 2020, constatamos que Portugal coloca a tónica nas questões da Identidade Marítima Nacional na sua vertente mais dinâmica, empreendedora e que, como é referido naquele documento, «(...) esteja virada para o futuro e potencie um novo espírito das descobertas, orientado para a criatividade na conceção, empreendedorismo na preparação e proatividade na ação, concretizando as oportunidades que o Mar-Portugal oferece.» (DGPM, 2014a, p. 37).

Em suma, a ENM 2006 – 2016 (EMAM, 2006) e a ENM 2013 – 2020 (DGPM, 2014a) procuram valorizar os oceanos como:

- uma potencial fonte de recursos naturais;
- um catalisador do desenvolvimento económico e social;
- um fator agregador da povo Portugal pela dimensão marítima da Identidade Nacional; e
- um motor da afirmação internacional de Portugal.

PARTE II

O MAR PORTUGUÊS: A GEOPOLÍTICA, A SEGURANÇA E OS VETORES DE POLÍTICA EXTERNA

«(...) se Portugal não for ter com o Mar, o Mar virá, exigente, ter com Portugal.»

Adriano Moreira

«Não é só em terra firme que os homens se combatem, e destroem; a conquista do império das águas forneceu mais um campo de batalha, como se a terra fosse pequena para a lucta das paixões, que se agitam no seio da humanidade desde o princípio dos séculos. É triste considerar que nem sobre o Oceano há refúgio para o fraco; mas é ao mesmo tempo nobre, e altamente honroso para a inteligência humana, o atrevimento heróico, com que um punhado de homens, sobre algumas táboas, artisticamente unidas, e no collo das ondas encapelladas pelo sibilar do furacão, vão estabelecer nova peleja sobre o próprio campo de batalha das águas, dos ventos, e dos fogos com que a electricidade abraza o firmamento (...).»

Fontes Pereira de Mello

«Da minha língua vê-se o mar»

Virgílio Ferreira

2.1.INTRODUÇÃO

Em virtude da posição geográfica que Portugal ocupa na Península Ibérica, na Europa e no Oceano Atlântico, é evidente que o mar é um elemento estruturante da inserção internacional do País. Assim, importa à presente dissertação compreender o que a Geopolítica clarifica sobre o caso concreto de Portugal.

O País edificou-se, ao longo dos séculos, tendo por alicerce um equilíbrio estabelecido entre a segurança da fronteira terrestre e a segurança da fronteira marítima, onde, tradicionalmente, se verificou um importante fluxo comercial e militar.

42 I. e. a PMI ou a PCP.

Tabela 1: Os ONP expostos na doutrina estratégica portuguesa.

CEDN1985	CEDN1994	CEDN2003	CEDN2013	Proposta CRCEDN
– Garantir a independência nacional; – Assegurar a integridade do território nacional;	– Garantir a independência nacional; – Assegurar a integridade do território nacional;	– Garantir a independência nacional, a integridade do território;	– Garantir soberania do Estado, a independência nacional, a integridade do território e os valores fundamentais da ordem constitucional;	– Sobrevivência da nação independente e soberana;
		– Garantir a defesa da coesão nacional;		– Preservação e defesa da Identidade Nacional;
– Salvaguardar a liberdade e a segurança das populações, bem como a proteção dos seus bens e do património nacional;	– Salvaguardar a liberdade e a segurança das populações, bem como a proteção dos seus bens e do património nacional;	– Garantir a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas;	– Garantir a liberdade e a segurança das populações, bem como os seus bens e a proteção do património nacional;	– Garantir a liberdade e a segurança das populações, bem como os seus bens e a proteção do património nacional;
				– Defesa e valorização da secular condição marítima portuguesa;
– Garantir a liberdade de ação dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do Estado;	– Garantir a liberdade de ação dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do Estado;	– Garantir a liberdade de ação dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas, a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do Estado;	– Garantir a liberdade de ação dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a possibilidade de realização das funções e tarefas essenciais do Estado;	– Garantir a liberdade e a segurança das populações, bem como os seus bens e a proteção do património nacional.
– Contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, de modo que possa prevenir ou reagir pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaça externa; – Assegurar a manutenção ou o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais.	– Contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, de modo que possa prevenir ou reagir pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaça externa; – Assegurar a manutenção ou o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais.	– Reforçar os valores e capacidades nacionais, assegurando a manutenção ou restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais.	– Fortalecer as capacidades de coesão da comunidade nacional, de modo a que possa prevenir ou reagir pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaça externas; – Garantir a manutenção ou o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais.	

Em oposição ao gigante ibérico – Reino de Castela –, Portugal expandiu-se na sua frente marítima, fundou três impérios – o Império de Goa, o Império do Brasil e o Império Africano – e procurou estabelecer sempre boas relações com a potência marítima dominante em cada momento⁴³. Ainda nesta sequência, deve ser concedida atenção ao relevo que a posição geográfica portuguesa sempre possuiu no quadro das tensões entre as potências continen-

43 O que se materializou, até à II Guerra Mundial, pela manutenção da Aliança Inglesa como trave mestra do sistema de alianças português. Depois disto, tal tendência é consubstanciada através das relações privilegiadas com os EUA, quer pela posse de posse dos Açores (potencial cabeça de ponte aérea americana para a Europa Ocidental, para os Balcãs e para o Médio Oriente), quer pela pertença à OTAN.

tais e as potências marítimas⁴⁴ (Barrento, 2010), que mais recentemente opôs os EUA à extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os modelos de inserção internacional de Portugal no Mundo têm sido claramente influenciados pela aproximação relativamente ao *Mar Português*. A estrutura arquipelágica e marítima apresentada por Portugal potencia e impulsiona a inclusão do mar nas considerações de natureza política e estratégica de Portugal (Narciso,

44 Entre a França e a Inglaterra até ao século XIX, entre a Inglaterra e a Alemanha no primeiro quartel do século XX, entre os Aliados e a Alemanha durante a II Guerra Mundial, entre os EUA e a URSS até ao fim da Guerra Fria e, mais recentemente, entre os EUA e a China na Ásia e entre os EUA e a Federação Russa na Europa.

2010).

O centro de gravidade físico do Portugal do Século XXI encontra-se em pleno Oceano Atlântico, a dimensão marítima do País obriga a extensas preocupações em matéria de soberania e os movimentos nas águas sob jurisdição ou responsabilidade lusa geram o contacto com representantes de países dos quatro cantos do Globo.

Por um lado, pretendemos perceber se a área geográfica em que Portugal se insere, a configuração do seu território e o próprio território influenciam a PEP. Por outro lado, visamos verificar se a segurança e defesa do *Mar Português* tem influência na edificação, estruturação e utilização das Forças Armadas Portuguesas (FFAA)

e, por esta via, na PEP.

Assim, conduziremos uma breve análise geopolítica de Portugal em que nos debruçaremos sobre o seu posicionamento no Mundo, os grandes espaços a que pertence e a forma como articula esses fatores em prol da sua afirmação na Ordem Internacional.

Também desenvolveremos um estudo cuidadoso dos Programas de Governo desde 1976, procurando identificar quais são os principais vetores e linhas de força da PEP e qual a relação que estes têm com a geopolítica e a segurança e defesa de Portugal.

Por fim, levaremos a efeito uma análise da arquitetura de paz e segurança de Portugal, bem como dos meios que as FFAA dispõem e que aplicam na segurança e defesa do *Mar Português*.

2.2. UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA DE PORTUGAL

Quando o CEDN2013 (Governo de Portugal, 2013c, p. 1985) situa Portugal no Mundo, coloca-o «(...) no centro geográfico da comunidade transatlântica (...)» e atribui ao País a função de «(...) elo natural nas relações entre a Europa Ocidental e a América do Norte e com a América do Sul e a África Austral, regiões com as quais se pretende aprofundar o nosso relacionamento.»

Isto é dizer que Portugal se situa em posição de charneira entre o Norte e o Sul e entre o Este e o Oeste. Além disso, tal afirmação deita por terra a noção desenvolvida pelos pensadores do Poder Terrestre – os oceanos como um meio de separação e afastamento, ao invés de um meio de comunicação, ligação e aproximação.

Apesar de, na atualidade, os grandes espaços exercerem uma força centrípeta sobre a maioria dos Estados, os espaços marítimos têm uma importância que não deve ser depreciada pelos principais atores e decisores. Atualmente, é através do mar que se dá a maioria dos contactos entre os diferentes Estados – *i. e.* trocas comerciais – e verifica-se que a tendência é para que esses contactos se intensifiquem.

No caso particular de Portugal, a intrínseca ligação ao *Mar Português* em todas as suas vertentes «(...) continua a ser parte de um conceito estratégico fundamental, tendo em conta a situação geopolítica do país, de articulação e fronteira entre os vários subsistemas de segurança existentes.» (Marchueta & Fontes, 2001, p. 21). A influência do *Mar Português* pode ser adjetivada como «simbiótica». Portugal explora a posição central que ocupa no *grande lago* ocidental do ponto de vista político e estratégico, transformando a sua posição periférica e isolada relativamente ao centro da Europa num garante da sua própria liberdade de ação e progresso. O País usufrui de atividades económicas ligadas ou dependentes do mar, que apresentam ainda larga margem de progressão.

Em sentido oposto, as razões que fazem da relação portuguesa com o mar simbiótica podem fazer do País um espaço para consequências de decisões e de acontecimentos nos quais não toma parte nas origens, nem nas decisões que lhe estão associadas⁴⁵.

A consequência prática da realidade agora exposta é bem patente se analisarmos os modelos de inserção internacional de Portugal. Ao ser um País reconhecidamente europeu – na posição geográfica – e atlântico – na vocação –, Portugal adotou três modelos ao longo da sua história, designadamente:

- o modelo de equilíbrio intra peninsular, onde os atores (Portugal, Castela, Leão, Navarra e Aragão), possuindo dimensões semelhantes, competem em contexto de equilíbrio internacional intra peninsular.

⁴⁵ Portugal tem vindo a sofrer as consequências de decisões em que não toma parte e nos quais não tem qualquer interesse direto a defender. Podemos citar como exemplo disto a inédita *neutralidade colaborante* que o Estado Novo implementou durante a II Guerra Mundial. Por um lado, Portugal não participava direta ou indiretamente nas hostilidades entre os oponentes daquela guerra nos seus territórios do Continente Europeu e Africano. Por outro lado, o Estado Novo concedia *facilidades* de utilização dos aeródromos dos Açores ao Reino Unido e aos EUA. Outro exemplo a ser dado prende-se com a utilização do Aeródromo Militar das Lajes por parte dos EUA por ocasião da Guerra do Yom Kippur, no ano de 1973.

Este modelo verificou-se até ao século XV;

- o modelo de compensação do desequilíbrio intra peninsular, com recurso a um contrapeso marítimo. Este modelo exprimiou-se nos impérios fundados pelos portugueses e pela ligação estreita e permanente à potência marítima dominante;
- o modelo de potenciação geográfica, explorando a condição de país europeu e atlântico (Pereira R., 2007).

A sistematização da inserção internacional de Portugal neste início de século será melhor interpretada se dedicarmos uma parte do nosso estudo ao conceito de *Triângulo Estratégico Português* (TEP).

Marisa Fernandes define o TEP como sendo

«(...) uma ideia abstrata, resultando num conjunto de potencialidades e vulnerabilidades (securitárias, económicas e científicas) do espaço geopolítico português no seu todo, que é necessário gerir em benefício da população portuguesa no âmbito do Estado Português por si só, mas também em prol do papel que o Estado desempenha como membro de Organizações Internacionais como a OTAN e a UE e de comunidades como a CPLP.» (Martins & Graça, 2014, p. 125).

José Palmeira (2006) considera existirem três TEP, que designa como *triângulo nacional* (TEPN), *triângulo lusófono* (TEPL) e o *triângulo mundial* (TEPM). O TEPN corresponde ao espaço definido pelo TN, através da articulação da posição geográfica do território continental e dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira. Segundo Palmeira, é o TENP que confere ao País a sua vocação marítima, garantindo-lhe profundidade atlântica e posicionando-o em posição de charneira e convergência de vários grandes espaços. O TEPL é definido pela articulação entre Portugal, Brasil e Angola, permitindo a ligação entre a Europa, a América do Sul e África. Tais articulações asseguram ao País um elemento diferenciador no contexto da UE e colocam Portugal em posição de se relacionar privilegiadamente com dois dos países com maior potencial de desenvol-

Tabela 2: Os ONG expostos na doutrina estratégica portuguesa.

CEDN1985	CEDN1994	CEDN2003	CEDN2013	Proposta CRCEDN
	– Fortalecer a vontade coletiva de defesa;		– Correção dos desequilíbrios económico-financeiros, de forma a restaurar a credibilidade externa e a preservar a coesão social, reforçando, simultaneamente, a autonomia e a capacidade de ação externa do país;	– Correção dos desequilíbrios financeiros;
	– Valorizar a posição de Portugal e reforçar a sua capacidade de ação no mundo, como afirmação da sua individualidade no seio da sociedade internacional;		– Redução do desemprego, contribuindo para a coesão social e maior qualidade de vida dos cidadãos e respetivas famílias;	– Adoção de políticas que materializem a recuperação económica e o crescimento sustentado;
	– Participar na definição e na concretização do novo quadro em que se situará a OTAN, tendo em especial atenção a preservação dos laços transatlânticos;		– Correção de vulnerabilidades e dependências externas prejudiciais para a coesão nacional e o exercício da soberania;	– Correção de vulnerabilidades e excessivas dependências;
	– Participar no processo de aprofundamento da integração europeia. Acompanhar, neste contexto, os desenvolvimentos relativos às componentes de segurança e defesa europeias;		– Valorização da vocação atlântica de Portugal;	– Valorização da condição atlântica do país e a ocupação efetiva da sua plataforma marítima, através da investigação científica, da exploração dos recursos e da defesa;
	– Desenvolver e consolidar as relações com Estados a que Portugal está associado por laços históricos e culturais, com especial ênfase para a comunidade de países de língua portuguesa;		– Consolidação da inserção de Portugal numa rede de alianças e de parcerias estratégicas estável e coerente;	– Consolidação e ampliação da rede de alianças e parcerias estratégicas e económicas;
	– Garantir um quadro de alianças adequado que possibilite reduzir ao mínimo as vulnerabilidades, salvaguardando e promovendo ao máximo as potencialidades nacionais;		– Consolidação da CPLP;	– Preservação de uma defesa militar autónoma de natureza dissuasória e defensiva;
	– Garantir uma componente militar de defesa própria que desencoraje a agressão e facilite, em caso de conflito, o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais e que, paralelamente, permita a satisfação dos compromissos internacionais assumidos quer no âmbito da participação em alianças quer no âmbito mais genérico da participação nos esforços da comunidade internacional para fazer face a situações que afetem a estabilidade e segurança.		– Desenvolvimento da capacidade para enfrentar as ameaças e riscos mais prováveis e para cumprir os compromissos internacionais, incluindo a participação relevante das Forças Armadas em missões internacionais de paz;	– Desenvolvimento da capacidade para enfrentar as ameaças e riscos mais prováveis e para cumprir os compromissos internacionais, incluindo a participação relevante das Forças Armadas em missões internacionais de paz.
			– Racionalização e rentabilização de recursos, mediante o desenvolvimento de capacidades civis e militares integradas;	
			– Valorização do capital humano e no reforço e dinamização das capacidades científicas e tecnológicas nacionais e a promoção da investigação científica e da inovação;	
			– Contribuição para o fortalecimento da coesão da UE e da OTAN;	
			– Defesa do prestígio internacional de Portugal.	

vimento na bacia do Oceano Atlântico. O TEPM constituiu-se pela articulação de três grandes espaços a que pertence Portugal, nomeadamente a OTAN, a UE e a CPLP. O facto de Portugal ser membro destas três organizações possibilita que o País esteja presente nos principais *fora* internacionais de decisão, garantindo poder de influência e participação nas principais decisões.

Além dos TEP identificados por José Palmeira, identificamos um quarto TEP e que designamos por *triângulo marítimo* (TEP-Mar). O TEPMar prende-se com a tendência histórica de Portugal se associar com as potências marítimas dominantes. Neste caso, sugerimos a existência de um TEP-Mar que une Portugal, o Reino Unido e os EUA. Considerando que o Reino Unido é a principal potência marítima da Europa e os EUA são a potência marítima dominante mundial, é fundamental que Portugal promova relações bilaterais e multilaterais privilegiadas com estes dois países.

2.2.1. OS GRANDES ESPAÇOS E A GEOMETRIA VARIÁVEL DAS FRONTEIRAS: O CASO DE PORTUGAL

A sacralidade das fronteiras do Estado Soberano definido por Jean Bodin foi, até ao início do século XX, a tônica dominante nas Relações Internacionais. Definidas ao longo do tempo e através de grandes desafios coletivos, as fronteiras delimitavam o espaço de soberania absoluta do Estado – um território e o povo que o habita. Conjuntamente, a soberania era entendida como a plena manifestação do Estado como «célula elementar» da ordem mundial, pressupondo a inexistência de par na ordem interna ou superior na ordem internacional.

A modicidade dos recursos endógenos e as extensas carências manifestadas pela esmagadora maioria dos Estados colocam a claro as fragilidades destes e limitam a sua capacidade de afirmação internacional, tornando inadequada a conceção tradicional de fronteira. A soberania dos Estados é permanentemente colocada em causa, deparando-nos hoje com conceitos como *poder funcional*,

*soberania de serviço*⁴⁶ ou *soberania funcional*. Assim, remete-se para a inadequação do tradicional conceito de fronteira, senão da própria soberania vestefaliana.

O Estado Soberano que Jean Bodin propôs no Século XVI já não tem expressão na Comunidade Internacional, senão na hiperpotência sobranceira da Guerra Fria e nos países que, na última década, emergiram como grandes potências económicas – o Brasil, a China, a Índia ou a Rússia.

Este panorama obrigou os cientistas políticos a desenvolver aproximações que viabilizassem o conceito de fronteira num Mundo globalizado em que os Estados articulam diferentes grandes espaços e materializam geometrias variáveis (Moreira, 1999). Desta forma, o conceito de fronteira extrapolou o espaço físico original do Estado, para passar a incluir todo o espaço em que a influência do Estado é exercida, em todo o espectro de dimensões e níveis (Balão, 2014).

Os conceitos de geometria variável e de fronteira flexível são aqueles que mais se aproximam da complexa realidade enfrentada pelos Estados. Eles evidenciam a flexibilidade como tônica comum na conduta dos Estados, permitindo-lhes a movimentação em vários grandes espaços com conceitos estratégicos distintos ou contraditórios na conceção, no desenvolvimento e na implementação (Moreira, 1999).

Considerada a posição de Portugal no Mundo, bem como as relações externas que privilegia, não será difícil considerar que, no caso português, estes conceitos de geometria variável e de fronteira flexível se concretizam em:

- uma fronteira de segurança, fruto da seu vínculo à OTAN;
- uma fronteira económica, manifesta, essencialmente, pelo estatuto de Estado-Membro da União Europeia (UE); e
- uma fronteira de natureza cultural, pela pertença à CPLP (Moreira, 1999).

46 Adriano Moreira (2011a, p. 196) sustenta que «(...) a soberania entrou em crise generalizada, procura suprir as insuficiências crescentes pela transferência de competências, pelas cúpulas, para organismos supra estaduais em nome da subsidiariedade, despe-se de competências em direção às bases pelas descentralizações e autonomias (...)».

2.2.1.1. DA FRONTEIRA DE SEGURANÇA DE PORTUGAL: A OTAN

Desde a fundação da OTAN, no ano de 1949, Portugal tem na Aliança um garante da sua segurança. Mais do que isso, a OTAN é o principal fator de dissuasão de eventuais agressões, ao mesmo tempo que assegura a solidariedade dos Estados membros no caso de ataque ao TN. Este princípio – defesa coletiva – aplica-se a todos os países subscritores do Tratado de Washington e reorganiza as fronteiras de segurança de todos, fazendo-as coincidir com os limites dos países que ocupam as posições geográficas mais exteriores.

Apesar da OTAN ter tido como principal estímulo da sua fundação a oposição Oeste-Leste – protagonizada pelos EUA e pela URSS –, a sua existência fundamenta-se na solidariedade e no supra referido princípio de defesa coletiva entre os países da Europa Ocidental e da América do Norte⁴⁷.

No âmbito da PEP, a OTAN ocupa posição de particular destaque. A posição geográfica e a configuração arquipelágica do território português conferem ao País a função de charneira entre as margens do Oceano Atlântico, o que incrementa a sua relevância internacional. Estes argumentos foram suficientes para que Portugal fosse convidado a fundar a OTAN, sendo reforçados com a importância estratégica do País no apoio à condução de diversos conflitos da segunda metade do Século XX e do início do Século XXI (Correia A., 2010).

A importância da pertença de Portugal à OTAN é indiscutível, tendo neste sentido um forte contributo do Arquipélago dos Açores. Para uma correta consciência da relevância daquele Arquipélago para a OTAN basta que se faça uma breve resenha histórica dos conflitos em que a base aérea da Força Aérea Americana nas Lajes, Ilha Terceira, foi utilizada, designadamente:

- nas facilidades concedidas aos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, que

47 A componente ocidental daquilo que Saul Bernard Cohen (2009) haveria de designar *Trade Dependent Maritime Realm*.

- atribui a Portugal o que hoje se denomina de neutralidade colaborante;
- na Guerra do Yom Kippur;
 - na Primeira Guerra do Golfo;
 - na Guerra do Afeganistão; ou
 - na Guerra do Iraque⁴⁸.

Até à estabilização das relações com Espanha e à adesão daquele país ao Tratado de Washington, a pertença à OTAN permitiu a concretização do tradicional equilíbrio ibérico. O equilíbrio em causa era garantido pela importância que a posição geográfica dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira poderiam ter num conflito no Continente Europeu que opusesse os blocos Oeste e Leste. Os EUA – implícito líder da Aliança Atlântica – veem o TEPN como cabeça-de-ponete para a projeção das suas forças militares em direção a Europa e ao Norte de África, ao mesmo tempo que reconhecem a importância do Arquipélago dos Açores para o controlo da navegação no Atlântico Norte (Martins & Graça, 2014, p. 131)⁴⁹.

Ao *Mar Português* é reconhecida fulcral importância pela sua localização central no Oceano Atlântico, extremamente próximo do acesso ao Mar Mediterrâneo e do Magrebe e em posição de rápido acesso ao Sul do Atlântico. A OTAN beneficia da localização geográfica de Portugal⁵⁰.

De acordo com o Tratado de Washington, a OTAN visa a segurança dos seus mem-

bro contra ataques armados na Europa e na América do Norte⁵¹, pelo que a sua credibilidade se relaciona diretamente com os meios militares que os países membros possuem, na sua operacionalidade, integração e disponibilidade para aplicação em caso de verdadeira ameaça à integridade territorial de qualquer um deles.

Ao abrigo do art.º 3.º do Tratado de Washington, os Estados-Membros da OTAN comprometem-se a edificar e manter, individual e coletivamente, as capacidades necessárias à resistência perante um ataque armado. Deste modo, os Estados-Membros vinculam-se à obrigação de garantir níveis mínimos de poder militar, principalmente os meios aéreos e navais necessários à *produção líquida de segurança* no mar.

Se dúvidas existirem sobre a credibilidade desta Organização enquanto pilar da segurança do Atlântico Norte, podemos rebater tal situação dando um exemplo claro da sua capacidade dissuasora. A OTAN mantém, em permanência, uma força com um elevadíssimo nível de prontidão, o *Maritime Command* (MARCOM)⁵².

Os meios do MARCOM têm sido empregues em missões reais de patrulhamento e segurança marítima, como é o caso da Operação *Ocean Shield*, da Operação *Active Endeavour* ou da Operação *Allied Protector* (MARCOM, 2014).

2.2.1.2. DA FRONTEIRA ECONÓMICA DE PORTUGAL: A UE

No plano económico, constatamos que, até à adesão de Portugal à CEE, no ano de 1986, a sua fronteira económica confundia-se com a fronteira da *European Free Trade Association* (EFTA).

A assinatura do Tratado de Adesão à CEE a 12 de junho de 1985, no Mosteiro dos Jerónimos, veio confirmar a transfiguração desta

fronteira portuguesa que, a 1 de janeiro de 1986, passou a ser coincidente com a daquela organização.

Se até 1985, a adesão à CEE centrava-se na garantia da manutenção de um sistema político democrático e da promoção de desenvolvimento económico e social, uma vez consolidado o regime democrático, a dianteira dos interesses lusos a defender no quadro europeu passou a situar-se no campo económico.

Após o período de transição que Portugal experienciou na sua integração na UE, os termos do Acordo de Schengen e da Convenção Schengen foram finalmente assumidos sem restrições⁵³, permitindo a plena integração na comunidade de livre circulação de pessoas, bens e serviços.

Em particular, a eliminação de barreiras ao comércio entre os Estados-Membros da UE permitiu que os países daquela Organização assumissem lugar de destaque na economia portuguesa, como aliás é notório quando analisamos os dados relativos ao comércio internacional em Portugal.

A prosperidade portuguesa, principalmente depois da integração monetária, está vinculada à própria prosperidade do conjunto dos Estados Membros, cujos níveis médios de riqueza Portugal persegue há quase três décadas.

A liberdade de circulação de pessoas, bens e serviços inerente à pertença à UE e a expansão da organização para leste têm colocado a fronteira económica de Portugal cada vez mais afastada das fronteiras políticas delimitadoras do espaço de soberania clássica.

Esta progressão da fronteira económica de Portugal e da UE assume especial importância quando consideramos, também, a ZEE de cada um dos Estados-membros da União, uma vez que o espaço de aplicação dos tratados e acordos da organização aumenta consideravelmente.

A dimensão física da UE e da extensão da totalidade das ZEE dos Estados-Membros traduz-se na maior potência marítima mundial no transporte marítimo, na construção naval, no turismo costeiro e na energia offshore (Correia A., 2010).

48 A reiterada necessidade dos EUA de utilização da base aérea na Ilha Terceira, para apoio a operações de projeção de meios militares de grande envergadura, faz jus à célebre frase atribuída a Mark Twain (século XIX) e que salienta que «*History doesn't repeat itself, but it does rhyme*».

49 Neste domínio, um fator a considerar prende-se com a importância da geográfica dos Açores evoluir em proporção inversa à autonomia das aeronaves e embarcações. Os avanços tecnológicos significativos na indústria aeronáutica e espacial, e na construção naval, têm vindo a permitir a construção de aeronaves e embarcações com uma autonomia e uma capacidade de carga cada vez maiores, reduzindo a dependência que os EUA têm relativamente ao *Lajes Field* e à *65th Air Base Wing*, lá estacionada.

50 Recentemente, verifica-se o desinvestimento norte-americano na Base das Lajes. Por um lado, a crescente autonomia das aeronaves reduz a necessidade de recurso àquela unidade militar. Por outro lado, após vários conflitos no início do século XXI, os EUA procuram reduzir as suas despesas militares.

51 Vide o art.º 5.º do Tratado de Washington.

52 O MARCOM consiste num conjunto de meios militares navais pertencentes às *Immediate Reaction Forces*. Estas forças navais de elevada prontidão são os *Standing NATO Maritime Groups*, que se organizam em dois grandes grupos: os *Standing NATO Maritime Groups* e os *Standing NATO Maritime Mine Countermeasures Groups*.

53 O que se efetivou no ano de 1995.

Quando pretendemos analisar os temas ligados aos oceanos e aos mares da UE, devemos, necessariamente, que considerar a PMI e a PCP preconizadas pela organização. É no quadro desta PMI que a importância da articulação entre as políticas dos Estados-Membros para os assuntos do mar, para melhor cooperação, coordenação e rentabilização dos recursos é claramente manifestada.

Os órgãos da UE são perentórios sobre a relevância deste tema e são várias as comunicações públicas que o comprovam. A título de exemplo, a *Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões*, de 10 de outubro de 2007, refere que

«O bem-estar da UE está pois inextricavelmente ligado ao mar. A construção naval e o transporte marítimo, os portos e as pescas continuam a ser atividades marítimas fundamentais, mas as energias *offshore* (incluindo petróleo, gás e energias renováveis), bem como o turismo costeiro e marítimo, geram igualmente rendimentos consideráveis. Os portos e o transporte marítimos permitem à UE beneficiar do crescimento rápido do comércio internacional e assumir um papel de liderança na economia global, enquanto a exploração dos recursos minerais, a aquicultura, a biotecnologia azul e as tecnologias submarinas emergentes oferecem perspectivas comerciais cada vez mais importantes. Igualmente importantes são as utilizações recreativas, estéticas e culturais que fazemos dos mares e os serviços ecossistémicos que estes proporcionam.» (Comissão Europeia, 2007, p. 4).

De acordo com a alínea *d*) do n.º 1 do art.º 3.º do *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia* (TSFUE), é da competência exclusiva da UE a conservação dos recursos biológicos do mar, no âmbito da PCP. Apesar disso, a alínea *d*) do n.º 2 do art.º 4.º do TSFUE salvaguarda as pescas enquanto área de competência partilhada entre os Estados-Membros e a UE. Já as alíneas *g*) e *h*) do n.º

2 do art.º 4.º do TSFUE garantem a competência partilhada em matéria de transportes e redes transeuropeias, facto que é relevante para o *cluster marítimo português*.

A crescente regulamentação que a UE procura implementar no domínio dos oceanos e dos mares está em harmonia com a posição defendida por Pedro Mamede quando afirma que «A diminuição da presença americana no Atlântico terá necessariamente de ser compensada pela UE, tendo Portugal certamente uma janela de oportunidade (...)» (Martins & Graça, 2014, p. 159).

2.2.1.3. DA FRONTEIRA CULTURAL MATERIALIZADA NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

A constituição da CPLP não tem equiparável nas múltiplas OI existentes. No prefácio de *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (Marchueta & Fontes, 2001), Adriano Moreira certifica que a CPLP não tem paralelo na reorganização que surgiu da Segunda Guerra Mundial, mesmo quando comparada com *Commonwealth* ou a Organização Internacional da Francofonia.

O fim do Império Africano determinou o fim de uma estratégia nacional implícita e secular, permitiu que os novos países seguissem um rumo diferente de Portugal, contudo não deitou por terra o património histórico, identitário e cultural comum.

A necessidade de uma organização internacional que reorganizasse as relações entre os Estados resultantes da independência dos povos e territórios dos extintos Impérios de Portugal deu origem à constituição da CPLP.

Para todos os Países Membros, a CPLP assume a expressão de vetor estratégico de PE, uma vez que aumenta o respetivo poder e amplia a capacidade de influência nas OI regionais e inter-regionais (Bernardino L. M., 2011).

Ainda que de modo descontínuo, os Estados resultantes da dissolução dos Impérios de Goa, do Brasil e Africano constituem um espaço político coletivo diferenciado e identificado pelo predomínio da Língua Portuguesa. Estes Estados, na sua maioria localizados nas margens do Atlântico Sul, reconhecem a

existência de interesses comuns, evidenciados através de compromissos acomodados em sede bilateral e multilateral (Marchueta & Fontes, 2001).

A Língua Portuguesa é a plataforma fundamental de cooperação e de promoção entre os Países Membros da CPLP, como é estabelecido na *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (DCCPLP) (Marchueta & Fontes, 2001) e produz um reforço da posição de cada um dos seus países membros (Bernardino L. M., 2011).

Outra peculiaridade que distingue a CPLP das demais OI prende-se com o facto dos seus membros estarem associados a grandes espaços, constituídos ou em constituição, sendo que a cada um desses grandes espaços correspondem conceitos estratégicos diferenciados. Tal multiplicidade de ligações e afinidades obrigam à conceção de um conceito estratégico lusófono comum, viável e integrador (Marchueta & Fontes, 2001).

Segundo Marchueta & Fontes (2001, p. 15), a relação favorável com os Continentes Africano e Americano, através dos PALOP e do Brasil respetivamente, permitem a afirmação sustentada de Portugal na Europa, ao mesmo tempo que possibilitam um contrapeso a uma continentalização excessiva do País e do Continente Europeu.

Em *A Circunstância do Estado Exíguo*, Adriano Moreira ilustra a liberdade de ação representada pela CPLP, não só pela História partilhada entre povos de diversos cantos do Mundo, mas também pelo que ela pode proporcionar no que se refere à articulação nos movimentos nas direções norte-sul e este-oeste. Desta forma:

«(...) uma janela de liberdade governativa e soberana, para desenvolver a política que recebeu forma na CPLP. É uma vertente que envolve a articulação da segurança do Atlântico Norte com a segurança do Atlântico Sul, reconhece a importância dos arquipélagos portugueses, e também de Cabo Verde, que ajuda a renovar e modernizar a solidariedade do Brasil, que presta ao globalismo o serviço da solidariedade horizontal dos povos de língua portuguesa.» (2011a, p. 17).

Esta referência é ilustrativa das mais-valias potenciais da partilha e materialização institucional de um percurso histórico comum, seja do ponto de vista político, estratégico ou económico.

A visão holística sobre a CPLP e os seus objetivos autoriza-nos adiantar que estes se colocam em quatro grandes planos: político; diplomático; económico; e cultural.

Em primeiro lugar, verifica-se a existência de uma imensa comunidade cuja língua materna é o Português. Na crescente competição internacional, a existência de uma língua materna comum a nove países, com um total de mais de 240 milhões de habitantes, torna-a uma língua franca e facilitadora de negócios.

A DCCPLP determina a cooperação dos Países Membros na projeção internacional da Língua Portuguesa, na promoção dos valores culturais comuns e da criação cultural dos Membros da Organização. Esta coesão da Organização projeta o conjunto dos países da CPLP no Mundo, com benefícios em todos os objetivos.

Do ponto de vista político, a CPLP funda-se na elevação da Paz, na promoção da Democracia e na valorização do Estado de Direito e dos Direitos Humanos. Com isto, a Comunidade fomenta o desenvolvimento e o aumento da justiça social nos seus Países Membros. Para além do referido, a *Declaração Constitutiva* objetiva a fundação de um espaço de livre circulação de cidadãos dos Países Membros, facilitando fortalecimento dos laços entre cidadãos, empresas, instituições e organismos públicos. A concretização desta demanda poderá vir a ser extremamente vantajosa no futuro.

No campo da concertação político-diplomática, tem-se vindo a cumprir um dos objetivos fundamentais da CPLP. O reforço da afirmação internacional dos Países Membros, principalmente no quadro de organizações internacionais como a ONU, tem-se verificado.

Desde a fundação da CPLP, a frequência da eleição de Países da CPLP para membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU (CSONU), com mandatos de dois anos, tem aumentado francamente.

Tabela 3: Nomeação de Países-Membros da CPLP para membros não permanentes do CSONU entre 1976 e 1996.

PERÍODO	PAÍS	PERÍODO	PAÍS	PERÍODO	PAÍS	PERÍODO	PAÍS
1976-1977	X	1981-1982	X	1986-1987	X	1991-1992	X
1977-1978	X	1982-1983	X	1987-1988	X	1992-1993	Cabo Verde
1978-1979	X	1983-1984	X	1988-1989	Brazil	1993-1994	Brasil
1979-1980	Portugal	1984-1985	X	1989-1990	X	1994-1995	X
1980-1981	X	1985-1986	X	1990-1991	X	1995-1996	X

Tabela 4: Nomeação de Países-Membros da CPLP para membros não permanentes do CSONU entre 1996 e 2016.

PERÍODO	PAÍS	PERÍODO	PAÍS	PERÍODO	PAÍS	PERÍODO	PAÍS
1996-1997	Guiné-Bissau	2001-2002	X	2006-2007	X	2011-2012	Portugal
1997-1998	Portugal	2002-2003	x	2007-2008	X	2012-2013	X
1998-1999	Brasil	2003-2004	Angola	2008-2009	X	2013-2014	X
1999-2000	X	2004-2005	Brasil	2009-2010	X	2014-2015	X
2000-2001	X	2005-2006	X	2010-2011	Brasil	2015-2016	Angola

Todavia não é só no CSONU que se verifica a concertação político-diplomática dos países da CPLP. No domínio dos assuntos do mar esta coordenação consubstanciou-se através

da criação de mecanismos e órgãos⁵⁴, bem como através do desempenho concertado de cargos estratégicos nos *fora* internacionais especializados nos assuntos do mar (Bernardino L. M., 2011, p. 53).

A CPLP deve procurar cumprir objetivos de natureza económica, tais como a promoção da cooperação económica empresarial pública e privada, a valorização das potencialidades existentes em termos de recursos e de capacidade técnica e tecnológica, sem que com isso os seus Países-Membros ponham em causa a proteção e preservação do ambiente.

Do ponto de vista económico, existe um objetivo da CPLP que corresponde a um objetivo nacional de Portugal, designadamente a criação de um *cluster marítimo*. Um *cluster* lusófono permitiria conferir escala a uma indústria de construção, reparação e equipamento naval, lançando

as fundações para uma área de atividade empresarial que garantisse a satisfação das necessidades civis e militares em material de navios (Bernardino L. M., 2011).

Além do referido, a CPLP deve promover a cooperação entre os seus Membros em diversas áreas, designadamente no ensino, ciência e tecnologia, saúde, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social (CPLP, 2010b).

Um importantíssimo exemplo das mais-valias da CPLP e a estreita cooperação no seio daquela OI prende-se com a exploração dos recursos minerais daqueles países. A nova capacidade que a descoberta de importantes reservas de hidrocarbonetos no Golfo da Guiné e na costa brasileira conferiu ao Atlântico Sul, tem incrementado a relevância da própria organização, da qual fazem parte dois dos países com maior dimensão, maior importância e mais ricos em hidrocarbonetos na região – Angola e Brasil.

⁵⁴ Por exemplo, as Reuniões de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP ou o Secretariado Técnico Permanente para os Assuntos do Mar.

O reposicionamento das potências em relação ao Atlântico Sul, aumentou o fluxo de recursos humanos e materiais para a região, transformando-a num novo tabuleiro para o xadrez político e estratégico. Como patenteia Loureiro dos Santos (2011), os países da Bacia do Atlântico Norte, cujos tecidos produtivos são fortemente dependentes de hidrocarbonetos provenientes da Federação Russa e dos países do Médio Oriente, procuram diversificar as respetivas fontes de abastecimento, transferindo-as para os países produtores da Bacia do Atlântico Sul.

A maior empresa petrolífera portuguesa, a Galp Energia, tem beneficiado da proximidade aos países da CPLP, estabelecendo parcerias e conseguindo importantes negócios na exploração das reservas petrolíferas angolanas e brasileiras. Esta proximidade cultural, identitária e linguística tem sido um argumento relevante no estabelecimento de parcerias entre a Galp Energia, a Sonangol e a Petrobras.

Também no ramo da indústria aeronáutica é mantida uma importante cooperação. A Embraer desenvolveu o projeto KC-390, com a colaboração do Estado Português. Visto como o provável sucessor da mítica aeronave americana Lockheed C-130 Hercules, o KC-390 empregou e continuará a empregar centenas de engenheiros portugueses e brasileiros, revelando-se a língua e a afinidade secularmente estabelecidas como fundamentais no estabelecimento da parceria.

Outras empresas Portuguesas têm negócios de grande porte nos países da CPLP, sendo aquelas que mais se destacam a Jerónimo Martins, a Sonae, a Mota Engil ou, ainda, a Portugal Telecom e outras empresas que operam no setor do turismo, principalmente no Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

No domínio do ensino superior e da investigação científica, os países da Comunidade têm recorrido à organização como fórum para aproximação das relações, com o enquadramento do *Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países Membros da CPLP*, assinado em 1998 na cidade da Praia, Cabo Verde. Do

sucesso da cooperação no ensino superior é prova cabal o crescente número de alunos angolanos, brasileiros, cabo-verdianos e guineenses nas universidades, instituto politécnicos e demais instituições de ensino superior portuguesas. Além disso, a gradual interação entre professores, investigadores e instituições dos diversos países tem possibilitado o avanço da ciência pelo recurso à partilha, ao trabalho coordenado e à investigação conjunta.

cial, permitindo um equilíbrio – ainda que frágil – nos capitais disponíveis.

As migrações têm, também, um importante impacto na balança de pagamentos dos demais Países da CPLP. Ao mesmo tempo que, nas últimas décadas, Portugal usufruiu das remessas dos imigrantes, constata-se que o movimento inverso de capitais também existe e em proporções superiores ao desejável.

A 21 de março de 2010, deu-se a I Reunião

Tabela 5: Remessas de capitais provenientes da atividade de cidadãos portugueses nos países da CPLP (milhares de €) (Observatório da Emigração, 2015).

Ano	Angola	Brasil	Cabo verde	Guiné Bissau	Guiné Equatorial	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Timor-Leste
2006	n. d.	8 187	2 879	5	n. d.	1 935	366	n. d.
2007	48 114	7 805	2 597	574	n. d.	2 369	352	n. d.
2008	70 862	9 757	2 150	79	n. d.	2 335	126	n. d.
2009	103 475	8 909	2 455	318	n. d.	2 424	195	n. d.
2010	134 874	10 594	3 122	267	n. d.	2 741	126	n. d.
2011	147 322	8 734	2 833	235	n. d.	4 654	270	n. d.
2012	270 687	10 733	2 389	246	n. d.	5 003	338	n. d.
2013	304 328	16 524	3 438	526	n. d.	7 560	687	n. d.

Relativamente às migrações, os países membros da CPLP são origem e destino de volumosos movimentos de pessoas, havendo nos países da CPLP importantes comunidades de portugueses. Quando Portugal é analisado enquanto destino das migrações, verifica-se que residem no País importantes comunidades de origem angolana, brasileira, cabo-verdiana, guineense e são-tomense. Estas têm uma forte expressão cultural mas, salvo algumas exceções, integram-se facilmente e são assimiladas pela população portuguesa.

As migrações que agora abordamos têm consequências na própria economia dos Estados. Por um lado, como é o caso de Portugal, a entrada de população migrante tem permitido manter os níveis populacionais, ao mesmo tempo que a população é rejuvenescida. Por outro lado, a forte saída de quadros superiores em início de vida é um penhor das gerações vindouras.

Simultaneamente, as remessas de moeda enviadas pelos imigrantes compensam, parcialmente, o défice da balança comer-

cial dos Ministros do Mar da CPLP em Oeiras. Nesta reunião, os Ministros do Mar dos Países Membros da CPLP aprovaram a *Estratégia da CPLP para os Oceanos*.

Além de reconhecer a importância dos oceanos para os Países Membros e para a CPLP⁵⁵, este documento clarifica a relação indissociável entre gestão dos recursos provenientes do mar, a estabilidade dos Países Membros e o reforço das relações no seio da Comunidade (CPLP, 2010).

Assim, pretende-se promover a concertação político-diplomática entre os Países Membros com vista à sua projeção internacional. Esta concertação deve ser efetivada em diversos domínios relacionados com as atividades no mar ou dependentes dele, designadamente na defesa, na ciência, na tecnologia, nas comunicações, na justiça, entre outros.

55 Uma vez que o conjunto dos países da CPLP têm jurisdição sobre mais de 7,5 milhões de km² de massas oceânicas.

2.3. O MAR PORTUGUÊS NA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

A complexidade crescente e as inúmeras dependências dos Estados tornam complexa a gestão das suas relações externas. Neste contexto, seguindo o princípio de economia de forças, os Estados definem linhas de força e vetores fundamentais de ação externa.

No caso de Portugal, desde 1976, as prioridades para a PÉ encontram-se vertidas nos Programas de Governo, que são submetidos à apreciação e votação da Assembleia da República. Nestes documentos, os Governos procuram clarificar as suas posições e as respetivas linhas programáticas, direcionando o esforço dos órgãos do Estado e aumentando a integração dos meios disponíveis.

Todos os Programas de Governo apresentados desde 1976 permitem identificar algumas tendências no que se refere aos referidos vetores e linhas de força, pelo que o seu estudo no âmbito desta dissertação é fundamental.

Apesar do objeto da presente investigação se circunscrever ao presente século, iremos analisar os Programas de Governo de todos os Governos Constitucionais. Tal deve-se à influência que as posições assumidas no passado e as posições que se pretende ter no futuro têm na ação política externa de Portugal do presente. Assim, identificaremos os principais vetores e as principais linhas de força da PEP e tentaremos perceber se existe uma relação entre o *Mar Português* e os vetores e linhas de força da PEP.

2.3.1. A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA E OS PROGRAMAS DE GOVERNO EM PORTUGAL

A rotura do modelo de organização política e ideológica, provocada pela Revolução de 25 de abril, criou mudanças significativas na postura de Portugal perante a cena internacional, pese embora os elementos ontológicos e fundacionais não tenham sofrido uma divergência significativa (Pavia & Monteiro, 2013).

O atraso resultante de décadas de reduzida permeabilidade à evolução e à integração política e económica numa Europa pujante e com crescimento económico galopante obrigou a que o Estado Português, após 1976, se concentrasse no estreitamento das relações com os Países da Europa, principalmente com aqueles que faziam parte da EFTA e da CEE.

A PEP do Pós 25 de abril caracteriza-se por uma forte tendência para a opção continental europeia, com um grande esforço e investimento na aproximação aos países do centro da Europa. Para além da mais-valia económica, financeira e social, esta aproximação significava um reforço da estabilidade e um *seguro* para a vigência do sistema democrático implementado. Tal facto mostrou-se tão relevante que acabou por conduzir à extinção do último suspiro do período revolucionário, o Conselho de Revolução, já no ano de 1982 (Pavia & Monteiro, 2013).

Ao mesmo tempo que a integração europeia assumiu a posição cimeira da dialética política portuguesa, nunca Portugal deixou de investir nas relações privilegiadas com a potência marítima dominante – os EUA. Desde o fim da II Guerra Mundial que a segurança da Europa Ocidental – e, por consequência, também de Portugal – é dependente dos EUA e dos pressupostos associados ao *Tratado de Washington*.

Parece-nos relevante estudar a relação de Portugal com os países de Língua Portuguesa. Se, após a rotura política de 1974, Portugal nunca deixou de procurar esta-

belecer relações privilegiadas com o Brasil⁵⁶, com os países resultantes da descolonização só foi possível fazê-lo à medida que atingiram os níveis de estabilidade necessários e as relações político-diplomáticas se normalizaram. Perante tais condições, Portugal procurou aproximar a relação com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) à relação que mantinha com o Brasil.

As relações diplomáticas que se foram concebendo pelas vias bilateral e multilateral levaram à idealização de uma organização internacional com o objetivo de institucionalizar as relações diplomáticas entre os países lusófonos e permitir uma maior coordenação e rentabilização de esforços e recursos perante ameaças e interesses comuns. Um grande empenho das autoridades políticas dos diversos países lusófonos permitiu a criação, em 1996, da CPLP pelos sete membros fundadores⁵⁷, a adesão de Timor-Leste, no ano de 2002, e da

56 Esta relação privilegiada materializa-se no estabelecimento de diversos acordos, entre eles: o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em maio de 1986; o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em dezembro de 1990; o Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre o Governo da República Portuguesa e o governo da República Federativa do Brasil, assinado em maio de 1991; o Tratado de Extração entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em maio de 1991; o Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em maio de 1991; o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil para a Redução da Procura, Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas, assinado em maio de 1991; o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil sobre Cooperação Económica e industrial, assinado em fevereiro de 1981; o Acordo para a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em fevereiro de 1994; o Tratado de Amizade, Cooperação e consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em abril de 2000; o Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em maio de 1978; ou o Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em maio de 1991.

57 Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Guiné Equatorial, já em 2014.

Os vetores e linhas de forças expostas foram plasmados nos Programas de Governo de Portugal, que agora analisaremos.

2.3.1.1. OS PROGRAMAS DE GOVERNO ENTRE 1976 E 1985

O fim do Estado Novo e o acelerado processo de descolonização⁵⁸ levaram a uma alteração significativa de paradigma na Estratégia Nacional e, deste modo, nas principais linhas de força e vetores da PEP.

Apesar de estabelecer a diversificação das relações externas do País como matriz da ação lusa no Mundo, o *Programa do I Governo Constitucional* (I Governo Constitucional, 1976) e o *Programa do II Governo Constitucional* (II Governo Constitucional, 1978) põem a claro a condição europeia de Portugal e a necessidade de progredir em direção à integração nas instituições europeias. O discurso e o percurso em torno da integração europeia, da adesão ao Conselho da Europa, da candidatura à CEE e do estatuto de membro da EFTA estão na posição cimeira das prioridades da PEP e assim foram mantidos pelos sucessivos governos até 1985⁵⁹ (Pavia & Monteiro, 2013). Ainda no plano multilateral, os Programas de Governo dos sucessivos governos entre 1976 e 1986 assumem com clareza a preponderância que a Aliança Atlântica tem para Portugal e para o posicionamento de Portugal relativa-

mente ao Atlântico Norte⁶⁰.

No que se refere às relações bilaterais, identifica-se no *Programa do I Governo Constitucional* (I Governo Constitucional, 1976) uma especial consideração dada às relações com atores de duas ordens, designadamente:

- potências marítimas, sublinhando-se o vínculo à Aliança Luso-Britânica e às relações de amizade com os EUA (I Governo Constitucional, 1976, p. 129)⁶¹;
- países de expressão portuguesa, como o Brasil, a Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe e Angola (I Governo Constitucional, 1976, p. 128)^{62 63}.

Considerando as potências marítimas dominantes até e após a I Grande Guerra, a importância atribuída à manutenção de uma política atlântica, à pertença à OTAN e com a menção aos países de expressão portuguesa, percebemos que o I Governo de Portugal e aqueles que o sucederam até 1985 identificam dois vetores de ação para além da integração europeia: o vetor atlântico e o vetor lusófono.

60 Evidentemente, que aqui se joga a importância da segurança do Atlântico Norte e da Europa Ocidental, tendo como pilar a OTAN. Tal pode ser analisado nos *Programas de Governo* do I Governo Constitucional (1976, pp. 127-128), do II Governo Constitucional (1978, p. 159), do III Governo Constitucional (1978, p. 152), do IV Governo Constitucional (1978, p. 41), do V Governo Constitucional (1979, p. 9), do VI Governo Constitucional (1980, p. 6), do VII Governo Constitucional (1981, p. 25), do VIII Governo Constitucional (1981, p. 13) e do IX Governo Constitucional (1983, p. 18).

61 Posição que é mantida nos *Programas de Governo* do II Governo Constitucional (1978, p. 158), do III Governo Constitucional (1978, pp. 146, 152) e do IX Governo Constitucional (1983, pp. 18-19).

62 Posição que é mantida nos *Programas de Governo* do II Governo Constitucional (1978, pp. 158,160), do III Governo Constitucional (1978, pp. 145-148,152), do IV Governo Constitucional (1978, p. 42), do V Governo Constitucional (1979, p. 11), do VI Governo Constitucional (1980, p. 6), do VII Governo Constitucional (1981, p. 25), do VIII Governo Constitucional (1981, p. 13) e do IX Governo Constitucional (1983, p. 18).

63 A ordem utilizada não obedece a uma ordem alfabética no sentido de manter-se fiel a uma priorização implícita no *Programa do I Governo Constitucional* (I Governo Constitucional, 1976).

2.3.1.2. OS PROGRAMAS DE GOVERNO ENTRE 1985 E 2002

Após a assinatura do Tratado de Adesão às Comunidades Europeias e até à entrada no Século XXI – entre 1985 e 2002 –, Portugal teve cinco Governos Constitucionais⁶⁴. Neste período, o país viveu um período de grande abertura à circulação de pessoas, bens e capitais, principalmente no seio da Europa das Comunidades. O *Programa do X Governo Constitucional* (X Governo Constitucional, 1985) é o primeiro a ser aprovado após a integração na UE e nele está expressa a principal prioridade nacional em matéria política externa até ao alvor do século XXI: a integração europeia. Neste documento e nos que lhe sucedem, são várias as referências a esta integração, tanto no domínio da PE, como no domínio da economia ou do bem-estar social.

Em linha com o período anterior à adesão às Comunidades Europeias, o *Programa do X Governo Constitucional* (X Governo Constitucional, 1985) e o *Programa do XI Governo Constitucional* (XI Governo Constitucional, 1987) colocam a participação na OTAN e o investimento nas relações com o Brasil e com os PALOP nas prioridades da PEP (Pavia & Monteiro, 2013).

Assim, é de salientar a manifestação declarada de apoio ao desenvolvimento da Identidade Europeia de Segurança e Defesa – como elemento estruturante na edificação da União Europeia Ocidental e do pilar europeu da OTAN – protagonizada no *Programa do XII Governo Constitucional* (XII Governo Constitucional, 1991), no *Programa do XIII Governo Constitucional* (XIII Governo Constitucional, 1995) e no *Programa do XIV Governo Constitucional* (XIV Governo Constitucional, 1999).

64 Entre 1985 e 1995, o Governo de Portugal foi liderado pelo Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva. Desde 1995 até 2002, o Chefe de Governo de Portugal foi o Engenheiro António Guterres.

58 Precipitado pela Revolução de 25 de abril de 1974 e terminado formalmente em 1975.

59 Tal pode ser analisado nos *Programas de Governo* do III Governo Constitucional (1978, pp. 145-146, 152), do IV Governo Constitucional (1978, p. 41), do V Governo Constitucional (1979, p. 11), do VI Governo Constitucional (1980, p. 6), do VII Governo Constitucional (1981, pp. 15, 25), do VIII Governo Constitucional (1981, p. 13) e do IX Governo Constitucional (1983, p. 17).

2.3.1.3. OS PROGRAMAS DE GOVERNO ENTRE 2002 E A ATUALIDADE

Na entrada em pleno século XXI, o XV Governo Constitucional definiu aquelas que considerava ser as principais linhas de força para a PEP. Apesar do discurso político da altura fazer antever alterações significativas na condução política do Estado Português e, por consequência, da PEP, tal não se verificou (Pavia & Monteiro, 2013).

O *Programa do XV Governo Constitucional* (XV Governo Constitucional, 2002) e o *Programa do XVI Governo Constitucional* (XVI Governo Constitucional, 2004) não abrem uma rutura nas linhas de forças e vetores da PEP. No essencial, verifica-se a manutenção da prioridade atribuída ao vínculo à UE, às relações com espaço lusófono⁶⁵, à relação com a OTAN e com parceiros estratégicos como o Brasil e os EUA.

A profunda crise económica vivida por Portugal, há-de moldar o *Programa do XVII Governo Constitucional* (XVII Governo Constitucional, 2005) que introduz nas considerações de PE uma forte componente económica nos objetivos a atingir. Ainda assim, na generalidade, são mantidos os vetores e linhas de força europeu, atlântico e lusófono.

No mesmo quadro de crise económica, mas em situação de fragilidade acentuada, o *Programa do XVIII Governo Constitucional* (XVIII Governo Constitucional, 2009) refere a crescente importância da diversificação das relações externas de Portugal, principalmente com os países que, sendo do exterior do espaço europeu, mantêm laços históricos e culturais com Portugal.

Apesar de Portugal não abdicar da participação ativa no *Projeto Europeu*, verifica-se

⁶⁵ De notar que o *Programa do XV Governo Constitucional* (XV Governo Constitucional, 2002, p. 20) e o *Programa do XVI Governo Constitucional* (XVI Governo Constitucional, 2004, p. 20) referem explicitamente a «(...) projeção de valores e interesses nos PALOP, no Brasil e em Timor (...)» separadamente. Em complemento a este relacionamento bilateral, se estabelece o objetivo de dinamizar a CPLP (XV Governo Constitucional, 2002, p. 23; XVI Governo Constitucional, 2004, p. 24).

um reforço no investimento no vetor lusófono e no vetor atlântico, que representam espaços de oportunidades para uma redução da dependência relativamente à UE, do ponto de vista político, mas principalmente do ponto de vista económico.

O *Programa do XIX Governo Constitucional* procura uma alteração na forma de conduzir a PEP, pese embora mantenha «(...) a política externa assente em opções europeias, atlânticas e lusófonas que reúnem largo consenso e têm merecido acordo político consistente.» (XIX Governo Constitucional, 2011, p. 104).

2.3.1.4. A INFLUÊNCIA DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Em *Estudos da Conjuntura Internacional*, Adriano Moreira evidenciou a importância das comunidades portuguesas no quadro da cultura e da identidade nacionais, referindo que

«Com noventa e dois mil quilómetros quadrados de terra pobre, duzentas milhas de mar patrimonial que nos oferece, e não temos sequer meios para fiscalizar, uma relevância internacional que em muito depende da relação acidental entre a geografia e a estratégia mundial que outros definem, não pode ignorar-se que as comunidades portuguesas, descendentes dos portugueses, ou filiações na cultura portuguesa, instaladas em território alheio, são parte principal do património coletivo.» (1999, p. 76).

Os programas de governo, desde o I Governo Constitucional até ao mais recente XIX Governo Constitucional, abordam destacadamente as comunidades portuguesas. Enquanto meio de comunicação entre Portugal e o mundo, manifestação plena do *modo português de estar no Mundo*, a existência de comunidades portuguesas promove o estabelecimento de relações políticas, diplomáticas e económicas, facilitando a diversificação de parceiros nos mais diversos setores das relações externas.

A título de exemplo, o I Governo Constitucional considera as comunidades portu-

guesas como «(...) elemento importante na projeção extraterritorial da civilização portuguesa (...)» (I Governo Constitucional, 1976, p. 132).

Também o III Governo Constitucional há-de tornar explícitos o potencial e a importância das relações comerciais com os países com comunidades imigrantes portuguesas, bem como o impacto que elas têm na promoção internacional da cultura portuguesa (III Governo Constitucional, 1978).

Por sua vez, o VI Governo Constitucional⁶⁶ afirma que

«(...) existem espalhadas pelo mundo numerosas comunidades portuguesas ou de descendentes de portugueses, cujo significado histórico, cultural e patriótico é necessário preservar. É vital para a Nação não deixar perder, e pelo contrário valorizar, os laços espirituais que unem, apesar dos séculos e das distâncias, todos os que continuam a reclamar-se de uma descendência ou de um património cultural comum.» (VI Governo Constitucional, 1980, p. 7).

Anos mais tarde, surgiu um explícito reforço da importância efetiva das comunidades portuguesas pelo mão do X Governo Constitucional, que colocou o «(...) apoio às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e envolvimento acrescido dos seus elementos na vida nacional.» (X Governo Constitucional, 1985, p. 9) no plano das prioridades da PEP para a legislatura. Aliás, o X Governo Constitucional é perentório sustentando que

«A circunstância de existirem inúmeras e altamente estimadas comunidades portuguesas em todos os Continentes representa não só um incentivo de maior empenhamento nacional na concretização das prioridades anteriormente apontadas, mas também, e sobretudo, um reforço do traço característico da maneira de os Portugueses estarem no mundo e de nele se afirma-

⁶⁶ Posição reiterada pelo VIII Governo Constitucional (VIII Governo Constitucional, 1981, p. 15).

rem, traço este que nunca pode deixar de estar presente na condução da política externa nacional.» (X Governo Constitucional, 1985, p. 9).

Já em 1991, com o seu *Programa de Governo*, o XII Governo Constitucional coloca a tónica das comunidades portuguesas no quadro da afirmação internacional de Portugal e determinação das prioridades no estabelecimento de relações bilaterais. A existência de comunidades portuguesas, os múltiplos vetores de relacionamento que elas proporcionam e a sua proteção moldam a PEP, a distribuição das representações diplomáticas e a forma como a diplomacia portuguesa age.

Em 2009, o XVIII Governo Constitucional introduz uma nova linha de ação para o relacionamento com as comunidades portuguesas e com os países acolhedores. Em contexto de grave crise económica, causada por uma desestruturação do sistema financeiro, as comunidades económicas passam a ser estruturantes na diplomacia económica portuguesa e, deste modo, na PEP.

Tabela 6: Distribuição da população portuguesa emigrada por região (Observatório da Emigração, 2014, p. 45).

Região	N.º Cidadãos	(%)
Total	2 291 695 100	100,0
Europa	1 529 237 667	66,7
América do Norte	384 183	16,8
América Latina e Caraíbas	299 672	13,0
África	59 672	2,6
Oceânia	16 406	0,7
Ásia	3 193	0,1

Tabela 7: Distribuição da população portuguesa emigrada por país (Observatório da Emigração, 2014, p. 46).

País	N.º Cidadãos	Ano
França	588,276	2010
Suíça	194,840	2012

Tabela 7: Distribuição da população portuguesa emigrada por país (Observatório da Emigração, 2014, p. 46).

EUA	158,002	2013
Canadá	140,310	2011
Brasil	137,973	2010
Espanha	134,248	2013
Alemanha	104,084	2013
Reino Unido	90,000	2012
Luxemburgo	60,897	2011
Venezuela	37,326	2011

O estudo da distribuição das comunidades portuguesas pelo mundo permite-nos perceber que existe, de facto, uma relação entre a definição dos principais parceiros políticos, económicos e comerciais de Portugal. Por um lado, existem comunidades portuguesas significativas nas potências marítimas/atlânticas com quem Portugal tradicionalmente mantém relações privilegiadas, designadamente os EUA, o Canadá e o Reino Unido. Também no seio dos países de língua portuguesa, Portugal mantém comunidades com dimensões significativas, sendo as mais assinaláveis as comunidades em Angola e no Brasil. África do Sul e a Venezuela também fazem parte do lote de países em que as comunidades portuguesas são mais significativas.

2.3.1.5. AS FORÇAS ARMADAS COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA

A pertença a diversas organizações internacionais, a associação a alianças e as relações estabelecidas bilateralmente levam a que as FFAA sejam, cada vez mais, um instrumento de PE.

O volume de recursos utilizados na conceção, utilização e preparação de forças armadas leva a que a sua utilização seja vista como um sinal de empenho na afirmação do seu posicionamento do mundo.

Os Programas dos Governos – principalmente desde 1976 – tornam clara a intenção dos

Governos Constitucionais de aplicarem as FFAA ao serviço da afirmação de Portugal no Mundo, designadamente através da participação em missões humanitárias e de paz, missões de resposta à crise e em cooperações de âmbito técnico-militar.

É no *Programa do XIV Governo Constitucional* que pela primeira vez se refere a utilização das FFAA na «(...) promoção e sustentação dos interesses nacionais [de Portugal] na sua inserção internacional, (...)» (XIV Governo Constitucional, 1999, p. 125). Este documento aborda a forma como o modelo de inserção internacional de Portugal moldou as FFAA após o fim da Guerra Fria, principalmente quando considerada a evolução das OI a que Portugal atribui uma maior importância – *i. e.* OTAN ou UE. No plano europeu, mas também no plano global, Portugal organizou as suas FFAA para aplicação no teatro de operações dos Balcãs, enquadrando-se nas referidas missões de paz, humanitárias e de resposta à crise.

O *Programa do XV Governo Constitucional* (XV Governo Constitucional, 2002) e o *Programa do XVI Governo Constitucional* (XVI Governo Constitucional, 2004) referem-se à aplicação das FFAA ao serviço da PEP, sendo estabelecido que o seu reequipamento é fundamental para que essa capacidade seja mantida e explorada ao serviço do interesse do Estado Português. Também nesta linha, o XVII Governo Constitucional há-de referir-se ao contributo de Portugal para a manutenção da paz e da segurança internacionais, principalmente com a aplicação das FFAA sob mandato de organizações globais ou regionais – *i. e.* ONU ou OSCE – e enquadradas em forças multinacionais da OTAN ou da UE (XVII Governo Constitucional, 2005). Estamos a falar da aplicação das FFAA na afirmação da credibilidade da capacidade militar portuguesa, do apoio inequívoco aos países das alianças a que pertence e da defesa dos seus próprios interesses na cena internacional.

Por sua vez, o *Programa do XVIII Governo Constitucional* (XVIII Governo Constitucional, 2009) vem reforçar a ideia de que a participação lusa em missões internacionais em diferentes países – *i. e.* o Afeganistão, a Bósnia-Herzegovina, o Chade, a Guiné-Bis-

sau, o Kosovo, o Líbano e a República Democrática do Congo – beneficia claramente a credibilidade internacional do Estado Português. Nesta senda, este Governo inclui nas missões das FFAA o apoio à PEP, através da participação em missões internacionais no quadro de OI, da cooperação técnico-militar com os países de língua oficial portuguesa e da cooperação em matéria de defesa com os países do Norte de África.

Na mesma linha, o *Programa do XIX Governo Constitucional* (XIX Governo Constitucional, 2011) relaciona a credibilidade e a relevância internacional do Estado Português com a sua capacidade e disponibilidade para, com recurso às suas FFAA, participar no esforço em prol da paz e da segurança internacionais.

Torna-se claro que os diversos Governos de Portugal, principalmente desde a normalização democrática, encontram nas FFAA um instrumento de cooperação, de promoção das suas posições no domínio da PEP e de reforço da sua posição na Ordem Mundial. Enquanto instrumento, as FFAA têm sido utilizadas prioritariamente no quadro das alianças e das OI a que Portugal pertence, principalmente na Europa, no Atlântico, no espaço dos países de língua portuguesa, no Magrebe e na Ásia.

2.4. A SEGURANÇA E DEFESA DO MAR PORTUGUÊS

Numa abordagem às questões de segurança nacional, o *Mar Português* é um tema crucial. Em consequência do *Mar Português*, o País vê o seu poder no Mundo ser valorizado. Apesar disso, pela mesma razão pode sofrer consequências de decisões em que não toma parte.

A Segurança Nacional, abarcando «(...) muitos outros interesses integrados de modo sistemático, como sejam as questões económicas, energéticas, tecnológicas, cibernéticas, ambientais, sociais e culturais, as quais repercutem nos grandes pilares em que assenta o sentido restrito.» (Cajarabille, Ribeiro, Marques, & Monteiro, 2012), deve ocupar-se sempre da preparação do instrumento militar, fazendo da defesa militar do Estado proporcional, potenciadora, credível

e eficaz.

Se a segurança se prende com uma perceção e a defesa se materializa com ações, importa perceber de que modo a defesa do *Mar Português* influi na segurança de Portugal e, deste modo, como contribui para a salvaguarda do interesse de País, criando *janelas de liberdade* e assegurando a liberdade de ação de Portugal na ordem mundial.

Não podemos contudo avançar sem que o domínio de segurança em que nos movimentamos esteja cabalmente clarificado. Recuperando a distinção feita em *A Segurança no Mar – Uma Visão Holística* (Cajarabille, Ribeiro, Marques, & Monteiro, 2012), importa esclarecer que na presente parte nos debruçamos sobre a segurança na perspetiva que a escola anglo-saxónica denomina de *security*.

Este domínio

«(...) cuida da proteção contra as ameaças consciente aos navios, pessoas, instalações e equipamentos ligados às atividades marítimas. Envolve instrumentos de força e medidas para proteger a navegação e os recursos do mar e combater a criminalidade nos espaços marítimos. Inclui ainda os aspetos da componente naval e aérea de defesa nacional, num sentido muito mais abrangente, podendo ter lugar a grandes distâncias do território nacional.» (Cajarabille, Ribeiro, Marques, & Monteiro, 2012, p. 28).

A Escola do Poder Marítimo advoga há vários séculos que o domínio dos mares contribui decisivamente para a construção do Poder dos Estados. O mar – meio de excelência para a projeção de poder – tem sido fundamental para a consolidação do Poder das grandes potências globais. Exemplo perfeito disto são dois países com quem Portugal mantém relações privilegiadas e notoriamente indissociáveis do seu conceito de Defesa Nacional – os EUA e o Reino Unido. Quer os EUA, quer o Reino Unido apenas se assumiram como grandes potências globais quando se tornaram potências marítimas dominantes. No caso do Reino Unido, isto aconteceu até à II Guerra Mundial, enquanto os EUA vieram a ocupar o espaço deixa-

do vazio pelo declínio do Reino Unido após aquele conflito mundial.

Além do Reino Unido e dos EUA, deve salientar-se o caso da China e o caso do Brasil. A China, que possui o maior exército terrestre do mundo em número de militares, tem dado importantes sinais de investimento na sua marinha de guerra. A competição com a Índia pelo domínio do Oceano Índico e com os EUA pelo domínio do Oceano Pacífico levou a que a China edificasse uma importante força naval, onde já se incluem submarinos convencionais e nucleares, um porta-aviões e vários exemplares de *destroyers*, contratorpedeiros, fragatas, corvetas, navios anfíbios, navios anti minas e navios de apoio logístico. No caso do Brasil, constata-se que o país pretende assumir a liderança no Atlântico Sul. Pese embora o nível de levantamento de capacidades militares navais seja bastante inferior ao exemplo chinês, os projetos já concretizados e aqueles que se encontram em execução fazem da Marinha do Brasil a maior e mais capaz a Sul da Linha do Equador.

A análise do poder militar marítimo colocamos no âmbito dos Estudos Estratégicos, uma vez nos situamos no plano da integração entre os objetivos políticos do Estado e os meios militares disponíveis para os concretizar.

A defesa do *Mar Português* posiciona-nos no plano da integração dos objetivos políticos do Estado Português e os meios militares disponíveis, mas também no plano da interdisciplinaridade pela conjugação com o desenvolvimento das atividades económicas e científicas⁶⁷ (Cajarabille, Ribeiro, Marques, & Monteiro, 2012)

Não obstante, o mar é também um fator a considerar quando definimos os próprios objetivos políticos e estratégicos do País, como mais adiante abordaremos. Tal consideração deve ser alvo de reflexão, principalmente atendendo a que

«(...) poderá considerar-se positivo que haja cooperação internacional para ele-

67 Marinha mercante, pesca, recreio, infraestruturas portuárias, ciências do mar e fomento da Identidade Marítima.

var o grau de segurança no mar, mas a falta de capacidades de alguns países para exercerem as suas responsabilidades de forma aceitável, poderá implicar pressões cada vez maiores para que outros desempenhem essas funções.» (Cajarabille, Ribeiro, Marques, & Monteiro, 2012, p. 33).

Um dos princípios fundamentais expressos na *Constituição da República Portuguesa* (CRP) (2007) é o princípio da unidade e da integridade territorial. Num mundo em que se verifica uma tendência para a formação de grandes espaços de natureza política, económica e até mesmo militar, não é desprecioso que uma pequena potência, como é Portugal, deverá assumir a maior cautela para com os Estados que, na Ordem Mundial, detêm interesses regionais e globais, fazendo uso do seu poder político, económico e militar para os fazer vencer. No segurança marítima, existem várias correntes de pensamento sobre a opção a seguir por Portugal, designadamente:

- a visão unilateral e soberanista, que sustenta que Portugal deve garantir a segurança do *Mar Português* essencialmente através do seu poder, o que se traduz em forças militares navais volumosas e dispendiosas; e
- a visão multilateralista, que suporta uma arquitetura de segurança do *Mar Português* assente no conceito de poder funcional e na posse de forças militares navais que, conjugadas com uma eficiente articulação entre os TEP – o TEPN, o TEPM, o TEPL e o TEPMar – garantam a segurança do *Mar Português*. Na base desta corrente está o pressuposto de necessidade de apoio externo.

Atualmente, a visão que colhe mais defensores é a visão multilateralista. A título de exemplo, Alexandra Dias e Carlos Martins Branco afirmam que os pequenos Estados como Portugal devem

«(...) privilegiar o reconhecimento da primazia de abordagens multilaterais (em detrimento das unilaterais) quer nas arenas políticas regionais – no caso

dos espaços marítimos sob jurisdição de Estados soberanos com fraca capacidade de projeção de soberania – quer nas arenas políticas regionais e global – no caso dos espaços marítimos comuns, *i.e.*, oceânicos – que consubstanciem a primazia do princípio de solidariedade, em detrimento do princípio dos interesses nacionais meramente individualistas dos Estados.» (2011, p. 12).

Também Luís Bernardino e José Leal (2011) defendem que as OI deverão incluir nas respetivas agendas a segurança e defesa do mar, uma vez que a coesão institucional e o desenvolvimento sustentado comum só são possíveis se acompanhadas de uma visão de segurança partilhada. A corrente essencialmente multilateralista é dominante, contudo defendemos a importância da adoção de uma *via média* para a segurança do *Mar Português*⁶⁸. Portugal poderá empreender uma articulação entre os seus *triângulos estratégicos*, maximizando a influência das OI na sua segurança, isto é, Portugal deve empenhar-se nas OI a que pertence, procurando que as ameaças à sua segurança estejam tão longe quanto possível das suas fronteiras. Simultaneamente, o País não deve abdicar de edificar uma marinha de guerra suficientemente poderosa para dissuadir qualquer intervenção externa e, em última instância, causar graves danos ou derrotar um agressor.

2.4.1. AS AMEAÇAS À SEGURANÇA DO MAR PORTUGUÊS

Hoje, considera-se que um conflito armado generalizado nos oceanos dificilmente acontecerá. Apesar disso, nenhum país ribeirinho deixa de procurar reunir os meios militares essenciais à sua defesa militar naval. Ademais, a crescente interdependên-

68 A *via média* que pretendemos concretizada surge na esteira da clara distinção entre organizações cuja tomada de decisão é por unanimidade e as organizações que decidem por maioria. As últimas retiram ao País a capacidade uma parte substancial da sua capacidade de decisão e colocam a soberania no plano da insipiência.

cia económica e o aumento do recurso ao transporte marítimo para fins comerciais tende a ocupar um lugar central nas considerações de natureza política e estratégica, com naturais consequências no plano da segurança e defesa (Martins & Graça, 2014, p. 221).

Naturalmente, a segurança marítima⁶⁹ de Portugal depende das ameaças⁷⁰ a que Portugal e o seu mar territorial estão expostos, bem como dos riscos⁷¹ que o País aceita assumir.

A Marinha Portuguesa identifica como as principais ameaças às atividades ligadas ao mar:

- o terrorismo;
- a pirataria;
- a proliferação de armamento;
- o narcotráfico;
- o tráfico de seres humanos;
- a imigração ilegal;
- a depredação de recursos vivos e não vivos; e
- a poluição do mar (Marinha Portuguesa, 2010).

Já Tiago Pitta e Cunha (2011) identifica o tráfico de estupefacientes, o terrorismo e o tráfico de seres humanos como principais ameaças à segurança marítima de Portugal. Por sua vez, José Chilão (2011) identifica como principais ameaças eventuais guerras interestaduais, crises internacionais, o terrorismo transnacional, a proliferação de armas de destruição massiva e a delimitação das fronteiras marítimas e da exploração do

69 Um conceito que Alexandre Reis Rodrigues (Martins & Graça, 2014, pp. 224-225) delimita como abrangendo «(...) a proteção do País contra ameaças essencialmente militares provenientes do mar e a defesa de interesses estratégicos, vertente em que o Estado responde apenas internamente, perante os seus próprios cidadãos. (...)».

70 «As ameaças estão, normalmente, associadas a uma vontade consciente em causar efeitos negativos, pressupondo, por isso, a intenção do agente que as produz em provocar dano ou em efetuar uma ação ilegal.» (Cajarabille, Ribeiro, Marques, & Monteiro, 2012, p. 64).

71 «Os riscos estão, geralmente, associados a situações de incerteza, causadoras de efeitos negativos, mas não pressupõem a existência de intenção em provocar dano. Dessa forma, os riscos decorrem de ações não diretamente intencionais, como fenómenos naturais ou humanamente induzidos.» (Cajarabille, Ribeiro, Marques, & Monteiro, 2012, p. 64).

mar e respetivo solo e subsolo.

As ameaças identificadas projetam a segurança e defesa do *Mar Português* numa abordagem holística e multissetorial, principalmente no caso de Portugal, que possui poucos recursos endógenos e força limitada.

2.4.2. PORTUGAL E A DEFESA MILITAR DO MAR PORTUGUÊS

A defesa militar do *Mar Português* constitui um dos elos essenciais da segurança de Portugal. A segurança marítima é parte da estratégia de segurança Estado Português, compreendendo a salvaguarda contra ameaças militares e a defesa dos interesses estratégicos (Martins & Graça, 2014, p. 225).

De acordo com o disposto no art.º 275.º da CRP (2007), incumbe às Forças Armadas a defesa militar da República Portuguesa. A defesa militar é uma componente daquilo que o art.º 173.º define como sendo a Defesa Nacional, cujos objetivos se prendem com a garantia da independência nacional, da integridade territorial do Estado e da segurança da população face a agressões ou ameaças externas.

Quando consideramos a necessidade de garantir a segurança do território, devemos ter em conta o disposto no art.º 5.º da CRP (2007), onde se define o território português como o «historicamente definido no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira». A isto o mesmo artigo acrescenta a extensão e os limites das águas territoriais, a ZEE e os fundos marinhos contíguos legalmente estabelecidos.

Daqui podemos concluir que a defesa militar do *Mar Português* é uma das responsabilidades atribuídas às FFAA.

No seio das FFAA, os ramos cujos meios mais se adequam à defesa da integridade territorial e segurança do *Mar Português* são os atribuídos à Marinha e à Força Aérea que, em coordenação, desempenham tal missão. Assim, importa expor os meios que o Estado Português disponibiliza àqueles Ramos.

2.4.2.1.OS MEIOS MILITARES NAVAIS DE PORTUGAL

Numa lógica de integração e complemen-

taridade de capacidades, a *Lei Orgânica da Marinha*⁷² (LOMAR) procura explorar o conceito de *marinha de duplo uso* (MDU). A aplicação do conceito de MDU consiste na utilização dos recursos ao dispor da Marinha em missões de natureza militar e não militar, privilegiando a eficiência, a escala e o desenvolvimento de sinergias (Governo de Portugal, 2009, p. 6435). Assim, cabe à Marinha concorrer para a defesa militar da República Portuguesa, em coordenação com os restantes Ramos da FFAA.

De acordo com o disposto no n.º 1 e no n.º 2 art.º 2.º da LOMAR, à Marinha está atribuída a missão de participar na defesa militar de Portugal, nas missões militares internacionais necessárias para o cumprimento dos compromissos internacionais do Estado Português, nas missões destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses e nas ações de cooperação técnico-militar determinadas pelo Estado Português.

A esta missão, acrescem aquelas que, ao abrigo do n.º 3 do mesmo artigo, se prendem com a autoridade marítima e a garantia do cumprimento da lei nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, ou com todos os serviços de busca e salvamento marítimo nos espaços marítimos sob responsabilidade nacional⁷³.

A Marinha Portuguesa compreende toda a estrutura estabelecida na LOMAR (conforme sistematizado na Figura 11) sob o comando do Chefe de Estado-Maior da Armada. A Armada integra o sistema nacional de forças através de:

- uma componente operacional, constituída pelos comandos, pelas forças, pelos meios e pelas unidades operacionais;
- uma componente fixa, constituída pelos comandos, unidades, estabelecimentos, órgãos e serviços essenciais à organização e apoio geral da Marinha.

De acordo com o art.º 6.º da LOMAR, a Marinha Portuguesa compreende os seguintes

organismos:

O Comando Naval compreende as Unidades Navais⁷⁴, o Comando do Corpo de Fuzileiros⁷⁵ e os Comandos de Zonas Militares⁷⁶. Estas componentes incluem os meios militares navais destinados à produção de segurança no *Mar Português*, que materializam a força de que Portugal dispõe para dissuadir intervenções externas e combater no caso de uma intervenção externa.

As forças e as unidades operacionais – que incluem os navios, submarinos, helicópteros navais, fuzileiros e mergulhadores – constituem a Esquadra e organizam-se em *Esquadilhas*, designadamente:

- a Esquadilha de Escoltas Oceânicos;
- a Esquadilha de Navios Patrulhas;
- a Esquadilha de Submarinos; e
- a Esquadilha de Helicópteros.

Fruto dos constrangimentos económicos e financeiros que assolam Portugal desde a entrada no presente século, a Marinha tem visto o seu processo de reequipamento, atualização e modernização sofrer sucessivos atrasos ou cancelamentos. Pese embora tal situação, Portugal dispõe de meios navais relevantes e com assinalável capacidade, como se pode constatar através da participação em múltiplos exercícios internacionais e nas várias missões executadas interna e externamente.

A Esquadilha de Escoltas Oceânicos é hoje constituída por doze (12) navios, entre os quais cinco (5) fragatas das Classes Vasco da Gama e Bartolomeu Dias, três (3) corvetas da Classe Batista de Andrade, três (3) corvetas da Classe João Coutinho e ainda um (1) navio reabastecedor da Classe Rover (*vide* Tabela 8).

A Esquadilha de Navios Patrulhas está equipada com dois (2) navios patrulhas oceânicos da Classe Viana do Castelo, quatro (4) patrulhas costeiras da Classe Tejo, três (3) patrulhas costeiras da Classe Cacine e onze (11) lanchas de fiscalização das Classes Albatroz, Argos e Centauro (*vide*

⁷² Vide o Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro.

⁷³ Vide o Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de março, e o Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março.

⁷⁴ Vide art.º 34.º da LOMAR.

⁷⁵ Vide art.º 32.º da LOMAR.

⁷⁶ Vide art.º 18.º da LOMAR.

Tabela 9).

Tabela 8: Navios da Esquadilha de Escoltas Oceânicos (Marinha, 2013b).

TIPO DE NAVIO	Fragatas		Corvetas		Reabastecedor
Classe	Vasco da Gama	Bartolomeu Dias	Batista de Andrade	João Coutinho	Rover
Deslocamento (Ton)	3 200	3 320	1 380	1 380	11 522
N.º Exemplares	3	2	3	3	1
Início da operação	1991	2009-2010	1974-1975	1970-1971	1993

Tabela 9: Navios da Esquadilha Navios Patrulhas (Marinha, 2013b).

TIPO DE NAVIO	Patrulhas oceânicas	Patrulhas costeiras		Lanchas de fiscalização		
Classe	Viana do Castelo ⁷⁸	Tejo ⁷⁹	Cacine	Albatroz	Argos	Centauro
Deslocamento	1 850	320	292	43,5	94	94
N.º Exemplares	2	4	3	2	2	4
Início da operação	2011-2013	2016-2017	1969-1971	1975-1976	1991	2000-2001

Tabela 10: Submarinos da Esquadilha de Submarinos (Marinha, 2013c).

TIPO DE NAVIO	Tipo de submarino
Classe	Tridente ⁹⁰
Deslocamento	2 020 (submerso) 1 842 (Imerso)
N.º Exemplares	2

eração	2010
--------	------

A Esquadilha de Submarinos dispõe, desde 2010, de dois (2) submarinos da Classe Tridente (*Vide* Tabela 10).

A Esquadilha de Helicópteros está equipada com cinco (5) helicópteros do modelo Westland Lynx Mk95 adquiridos à GKN Westland Aircraft no ano de 1993.

2.4.2.2. OS MEIOS MILITARES AÉREOS DE PORTUGAL

A segurança e defesa do *Mar Português*

⁷⁷ Recentemente, o Governo Português encomendou mais dois exemplares de navios desta classe à West Sea, Viana Shipyard. A entrega dos navios à Marinha Portuguesa está agendada para o 1.º semestre de 2017.

⁷⁸ Estes navios foram adquiridos à Marinha Real da Dinamarca no ano de 2015. Estes navios estão a ser alvo de uma renovação dos instrumentos, armamento e motorização por parte do Arsenal do Alfeite. O início da operação dos dois primeiros navios está agendada para o 2.º semestre de 2016. Os restantes navios iniciarão a atividade no 2.º semestre de 2017.

não são garantidas exclusivamente por meios militares navais. À medida que a tecnologia aeronáutica se vai desenvolvendo, os meios militares aéreos vão ganhando uma preponderância cada vez maior no que à segurança e defesa do mar respeita. A capacidade de percorrer grandes espaços em curtos períodos de tempo, a grande superioridade relativamente às embarcações em navegação e a possibilidade de recolher informação a muito maiores distâncias do que aquela que se obteria pelo uso restrito de meios navais são fatores que levam ao desenvolvimento e aplicação de poder militar aéreo por parte dos Estados e, mais concretamente, de Portugal.

O fator que diferencia uma força aérea é a posse de aeronaves militares destinadas ao combate, ao patrulhamento, ao reconhecimento e ao transporte estratégico e tático. Este fator de diferenciação é tanto maior quanto maior for a autonomia, a capacidade *stealth*⁷⁹ e letalidade da aplicação dos meios aéreos.

A polivalência das aeronaves ao dispor da Força Aérea Portuguesa (FAP) torna possível a sua utilização na monitorização e no patrulhamento do *Mar Português*, contribuindo decisivamente para a afirmação da soberania nacional sobre os espaços marítimos e, deste modo, para a sua segurança e defesa. Além disso, os mesmos meios aéreos permitem a projeção e a aplicação de força militar em terra e no mar, para defesa dos interesses de Portugal.

A eficiência da utilização e manutenção dos meios militares aéreos determinou a sua organização em esquadras de voo, dependentes das bases aéreas, a quem são cometidas missões como a luta aérea ofensiva e defensiva, luta aérea anti superfície, luta antissubmarina, apoio a operações marítimas, patrulhamento e vigilância marítima, fiscalização marítima ou busca e salvamento.

Para o cumprimento das suas missões, a FAP dispõe de duas esquadras equipadas com aeronaves General Dynamic F-16 Fi-

⁷⁹ Capacidade *stealth* prende-se com a tecnologia aplicada a meios militares que os torna indetetáveis ao radar.

ghting Falcon, uma esquadra equipada com aeronaves Lockheed C-130 Hercules, uma esquadra equipada com aeronaves EADS CASA C-295, uma esquadra equipada com aeronaves Lockheed P3 C CUP Orion, uma esquadra equipada com aeronaves Agusta Westland EH-101 Merlin e uma esquadra equipada com aeronaves Alouette III (*vide* Tabela 11).

2.4.2.3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MEIOS MILITARES NÃO TRIPULADOS DE PORTUGAL

As conhecidas dificuldades do País para produzir recursos leva a que os três ramos das FFAA procurem alternativas aos meios militares mais pesados e com custos de aquisição e manutenção mais elevados. Em linha com a tendência verificada globalmente, os ramos das FFAA têm vindo a apoiar o desenvolvimento de tecnologias operadas, mas não tripuladas. No caso português, o maior investimento tem sido feito no desenvolvimento de aeronaves não tripuladas, comumente designadas de *unmanned aerial vehicle* (UAV).

Quer a Marinha Portuguesa, quer o Exército Português compreendem, nas respectivas componentes do sistema de forças, subunidades equipadas com mini-UAV Tekever AR-4 Light Ray, cujo objetivo é fornecer ao comandante tático uma imagem mais pormenorizada e mais avançada sobre a conduta das operações.

No caso da FAP, os objetivos a atingir com o desenvolvimento e produção de UAV são de vária ordem e entre eles estão:

- reduzir os custos de aquisição das aeronaves;
- reduzir a probabilidade de perdas humanas em operações;
- potenciar os recursos humanos disponíveis, considerando-os como recurso crítico;
- potenciar as aeronaves tripuladas disponíveis, reduzindo os custos inerentes à sua operação e aumentando a eficiência e a eficácia da sua utilização;
- potenciar a criação de um sistema de identificação, monitorização e alerta

para ameaças mais eficaz, eficiente e fiável.

Tabela 11: Esquadras e aeronaves da FAP utilizadas em prol da segurança do Mar Português (FAP, 2014).

ESQUADRA	201	301	501	502	601	751	552
Aeronave	F-16 FIGHTING FALCON		C-130 HERCULES	C-295M	P3 C CUP ORION	EH-101 MERLIN	ALOUETTE III
N.º Exemplares	30		6	12	5	12	7
Início da operação	1994		1977	2009	2006	2004	1963

Fundamentando-se nestes objetivos, a FAP deu início ao Programa de Investigação e Tecnologia em Veículos Aéreos Autónomos Não Tripulados (PITVANT), com o objetivo principal de dotar a FAP com o número de equipamentos suficiente para a constituição de uma esquadra de voo e satisfação das necessidades de Portugal.

No caso específico da Marinha Portuguesa, verifica-se uma aposta em veículos autónomos submarinos, cujo melhor exemplo é o SEACON-1. Este *autonomous underwater vehicle* (AUV) desenvolvido através de uma parceria entre a Marinha Portuguesa e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, permite um incremento substancial de capacidades e garante a flexibilidade para a execução de missões de combate (*i.e.* deteção de minas, localização de submarinos, recolha de informação, proteção de portos) e missões de interesse público.

2.4.3. AS ALIANÇAS DE PORTUGAL

A exogeneidade dos recursos internos e a circunstância de exiguidade levam a que Portugal se associe a outros Estados na tentativa de salvaguardar a sua segurança. Esta associação tem sido materializada em alianças bilaterais e multilaterais que permitem a criação de sinergias em problemas que são comuns e, por isso, carecem de uma resposta comum.

O vínculo de Portugal a organizações internacionais de segurança e defesa ou que, pelo menos, compreendem uma vertente de segurança e defesa, é – a par da manutenção de capacidades militares essenciais – parte do sistema do País na salvaguarda da sua segurança.

O estatuto de membro de organizações internacionais como a OTAN, a UE ou a

CPLP leva a que Portugal participe em diversas operações militares e cooperações técnico- militares bilaterais e multilaterais, como parte do espírito de defesa de interesses comuns, de solidariedade e de credibilidade inerentes a tais organizações.

Portugal pertence hoje a grandes espaços, nos quais delega parte das prerrogativas de um Estado Soberano. Isto implica que a segurança externa de Portugal não se situe somente nas fronteiras políticas definidas, mas resida também nos limites das organizações a que Portugal pertence.

Sendo cada vez mais notório que nenhum Estado dispõe das capacidades para garantir a segurança no mar, constata-se com firmeza cada vez maior que tal objetivo só poderá ser atingido com recurso a uma intensa cooperação internacional (Cajarabile, Ribeiro, Marques, & Monteiro, 2012, p. 32).

As declarações públicas de representantes dos EUA, dando conta da visão daquele Estado no que ao desenvolvimento de uma componente de segurança e defesa europeia diz respeito, levaram a que – pelo menos aparentemente – a UE se empenhasse no desenvolvimento da sua componente de segurança e defesa e tentasse assegurar a resolução de todos os problemas de segurança no seu seio e na sua vizinhança próxima.

No caso da CPLP, a emergência de Angola e do Brasil tem levantado o tom dos defensores da implementação efetiva da componente de segurança e defesa da organização, que recentemente levou ao desenvolvimento de um documento intitulado *Identidade da CPLP no Domínio da Defesa*. Em tão jovem organização internacional, não seria de esperar que fosse criado um instrumento militar próprio da organização. Não obstante, têm sido dados importantes passos,

de que exemplo cabal a criação, em 2003, do Centro de Estudos Estratégicos da CPLP, em Maputo, ou os diversos programas de cooperação técnico militar⁸⁰.

Assim sendo, importa perceber qual a participação das FFAA, através da Marinha e da FAP, em operações militares navais ou aéreas que, desenrolando-se no âmbito da OTAN, da UE ou da CPLP, estejam ligadas ao mar.

2.4.3.1. PORTUGAL E A OTAN

Desde 1949 e principalmente após o fim do Império Africano, a fronteira de segurança de Portugal situa-se nos limites da OTAN ou, nos locais, em que qualquer evento possa pôr em causa a estabilidade do sistema em torno do *grande lago do Atlântico Norte*. Neste contexto, Portugal tem tomado parte em algumas das mais importantes operações militares navais do mundo, cujos exemplos mais sonantes são a Operação *Sharp Guard*, a Operação *Active Endeavour*, a Operação *Ocean Shield* e a Operação *Allied Protector*. A Operação *Ocean Shield* é uma operação que a OTAN, desde 2008, desenvolve no Mar de Omã, no Corno de África e no Golfo de Áden com vista a dissipar a ameaça que a pirataria significa para o transporte marítimo numa das mais importantes rotas comerciais do Mundo.

A operação *Active Endeavour* é uma operação que a OTAN, desde 2002, leva a cabo sob a égide do artigo 5.º do Tratado de Washington. Esta é uma operação de monitorização e combate ao terrorismo e outras atividades ilegais no Mar Mediterrâneo.

A Operação *Allied Protector* foi uma operação de combate à pirataria na região do Golfo de Áden e do Corno de África que decorreu entre Março e Agosto de 2009.

80 Arriscamos afirmar que o principal motor da cooperação técnico-militar no quadro da CPLP se materializa na formação dos quadros das Forças Armadas dos diversos países. A cooperação com maior longevidade é a que se materializa na formação dos Oficiais das Forças Armadas dos Países Membros Africanos na Academia Militar, em Lisboa.

2.4.3.2. PORTUGAL E A UE

A desatenta observação de um qualquer *mapa mundi* permite que não especialistas na área avancem a possibilidade de os países da UE, no seu conjunto, possuírem forças navais volumosas. A linha de costa dos Estados-Membros é muito extensa, o mar territorial deles é vasto e, na vizinhança próxima, encontram-se importantes percursos das principais rotas comerciais do Mundo. Também por esta razão, a UE procura desenvolver uma capacidade autónoma que lhe permita defender os interesses comuns aos Estados-Membros. Para esse efeito a UE está a promover a formulação de uma *estratégia de segurança marítima europeia* (ESME). Portugal, com uma das maiores ZEE da Europa, não pode abdicar de participar ativamente no processo de formulação estratégica, influenciando as opções e procurando aproximar a ESME à própria *estratégia de segurança marítima nacional* (Martins & Graça, 2014, p. 225).

A *Declaração de Petersberg*⁸¹, o *Tratado de Amesterdão* e os sucessivos tratados da UE definem, desde 1992, um conjunto de missões de natureza essencialmente militar e passíveis de ser atribuídas às forças dos Estados-Membros. Entre estas missões, que ficaram conhecidas como «Missões de Petersberg», estão as operações humanitárias, as operações de apoio à paz e as operações de resposta a crise, incluindo operações de imposição de paz.

No quadro da segurança e defesa marítima, as «Missões de Petersberg» permitiram abrir caminho à criação de duas forças navais de considerável dimensão e capacidades militares, designadamente a EUNAVFOR e a EUROMARFOR.

2.4.3.2.1. A EUNAVFOR

A Operação *Atalanta* é uma operação militar naval que a UE iniciou em dezembro de 2008 para fazer face ao então frequente fenómeno de pirataria na região do Corno de África e na região ocidental do Oceano

81 Que reuniu a concordância dos Estados-Membros da União Europeia Ocidental.

Índico. Este fenómeno estava associado à desestruturação do Estado e das instituições públicas somalis e colocava debaixo de grande incerteza e instabilidade a segurança dos Estados vizinhos e as atividades económicas dependentes navios comerciais que necessitassem aceder ao Golfo de Áden e ao Mar Vermelho.

Portugal, como Estado-Membro da UE e participante ativo na EUNAVFOR, tem concretizado uma participação digna de registar na Operação *Atalanta*, chegando mesmo a projetar para a área de operações, em 2010, a fragata NRP Bartolomeu Dias na qualidade de navio chefe da esquadra EUNAVFOR – *Atalanta*.

2.4.3.2.2. A EUROMARFOR

A EUROMARFOR, constituída em 1995, é uma força militar naval multinacional não permanente constituída por meios de quatro países europeus, designadamente de Espanha, França, Itália e Portugal. A EUROMARFOR foi fundada com base nas missões da *Declaração de Petersberg* e formalizada através da *Declaração de Lisboa* de 15 de Maio de 1995⁸².

A primeira operação real levada a cabo pela EUROMARFOR foi designada de Operação *Coherent Behaviour* e desenrolou-se entre Outubro e Novembro de 2002. A operação tinha como missão fundamental patrulhamento marítimo, vigilância e recolha de informação. Ocorrendo em simultâneo com a Operação *Active Endeavour* da OTAN, a Operação *Coherent Behaviour* decorreu no Mediterrâneo Oriental.

A segunda operação da EUROMARFOR ficou conhecida como Operação *Resolute Behaviour* e surge da necessidade dos países europeus assumirem uma parte dos esforços de combate às atividades terroristas transnacionais associados à Operação *Enduring Freedom*. A Operação *Resolute Behaviour* teve como área de operações o Oceano Índico e manteve-se em curso desde janeiro de 2003 até dezembro de 2005.

82 Com a *Declaração de Lisboa* de 1995 foi criada uma força militar designada de EUFORCES, a qual compreende a EUROMARFOR.

A terceira operação da EUROMARFOR designou-se de Operação *Impartial Behaviour* e desenvolveu-se sob a chancela da Organização das Nações Unidas (ONU) entre março de 2008 e fevereiro de 2009. Os meios empenhados na Operação *Impartial Behaviour* foram integrados na UNIFIL *Maritime Task Force* e cumpriram a missão de apoiar a Marinha de Guerra Libanesa no patrulhamento marítimo das águas territoriais libanesas e na interdição à entrada de armamento no Líbano a partir do mar. Mais recentemente, a EUROMARFOR tem participado na Operação *Atalanta*, sob a égide da UE. A participação da EUROMARFOR nesta operação teve o seu início em dezembro de 2011 e tem como objetivo apoiar a EUNAVFOR na imposição do cumprimento das resoluções do CSONU que apontam para o combate à pirataria, a proteção dos navios mercantes a circular na região e a monitorização das atividades piscatórias na região ocidental do Oceano Índico.

2.4.3.3. PORTUGAL E A CPLP

A expansão marítima portuguesa permitiu que, já no final do século XX, Portugal e alguns dos países que resultaram da dissolução dos extintos impérios fundassem a CPLP, abrindo-se uma *janela de liberdade* para as respetivas PE (Moreira, 2011b). O simples facto da CPLP possuir Países-Membros de regiões tão diversas e com afinidades político-diplomáticas tão distantes permite que no seu seio se gerem sinergias e se consiga produzir posições e ações concertadas nos *fora* globais (Moreira, 1999, p. 189) (Bernardino L. M., 2011) (Bernardino & Leal, 2011). A *janela de liberdade* materializada através da CPLP impele Portugal na ambição de promover uma articulação entre a OTAN e a CPLP, tornando possível o desenvolvimento da integração entre a segurança do Norte e do Sul do Atlântico (Martins & Graça, 2014). Aliás, Luís Bernardino e José Leal defendem que é fundamental que «(...) a CPLP tenha uma necessidade institucional e paradigmática de acautelar os valores dos interesses nacionais e de contribuir para a salvaguarda das soberanias marítimas dos Estados-membros (...)» (2011, p. 60).

A *DCCPLP* não estabelece nenhum objetivo claro em matéria de segurança e defesa. Apesar disso, os Países Membros defendem que a CPLP deve procurar atingir um conjunto de imperativos. Alguns destes destacam a afirmação internacional dos Países Membros da Comunidade, o reforço da cooperação entre eles, bem como a promoção das ações que visem a garantia e o respeito dos Direitos Humanos.

Já nos *Estatutos da CPLP* são definidos os objetivos da Organização, entre os quais se inclui a cooperação no domínio da defesa⁸³. No seu nível mais elevado, esta cooperação é definida e orientada pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo. Ao nível intermédio, os *Estatutos da CPLP* preveem Reuniões Ministeriais com os Ministros e Secretários de Estado dos vários setores, entre os quais o setor da segurança e da defesa.

Da VII Reunião de Ministros da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa⁸⁴ resultou o *Protocolo da Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa*. Este protocolo, que tem como objetivo tornar mais efetiva a cooperação entre os Países Membros da CPLP em matéria de defesa, define como vetores de ação⁸⁵:

- a solidariedade em situações de desastre ou agressão;
- a sensibilização dos cidadãos dos Países Membros para a importância das Forças Armadas;
- a promoção da troca de informação entre as instituições dos Países Membros;
- a implementação do Programa Integrado de Intercâmbio no domínio da Formação Militar;
- a condução de exercícios militares conjuntos e combinados;
- a promoção de sinergias no controlo e fiscalização de águas territoriais e das zonas económicas exclusivas;
- a realização periódica de Encontros de Medicina Militar da CPLP;

⁸³ Vide alínea b) do art.º 3.º dos *Estatutos da CPLP*.

⁸⁴ Realizada entre 31 de maio e 1 de junho de 2004, na capital da República da Guiné-Bissau.

⁸⁵ Vide o art.º 4.º do *Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa*.

- a organização de Jogos Desportivos Militares da CPLP;
- outras ações de afirmação da componente de segurança e defesa da CPLP.

Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, este protocolo cria, através do seu art.º 5.º, diversos órgãos da componente de defesa da CPLP, designadamente:

- Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou equiparados;
- Reunião de Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas ou equiparados;
- Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou equiparados;
- Reunião de Diretores dos Serviços de Informações Militares ou equiparados;
- Centro de Análise Estratégica; e
- Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa.

Ainda no plano formal, a Comunidade tornou pública a *Estratégia da CPLP para os Oceanos* (CPLP, 2010), definindo os assuntos do mar como um domínio estratégico para a CPLP e para os seus Países Membros e colocando essa tónica também na área «segurança e vigilância marítima». Nesta área, a CPLP pretende cumprir um conjunto de objetivos, nomeadamente na interligação de sistemas de controlo, de acompanhamento e de informação e em atividades como a busca e o salvamento marítimo, a luta contra a pesca ilegal, o tráfico de seres humanos, o contrabando, o tráfico de estupefacientes e o combate contra o crime organizado.

Esta oportunidade gera passos interessantes na CPLP, como a *Identidade da CPLP no Domínio da Defesa* (CPLP, 2015), documento produzido que tem por mote a afirmação dos interesses comuns aos membros da Comunidade e evidencia como elementos agregadores os laços identitários, históricos, culturais, geográficos e políticos comuns. Este documento identifica um conjunto de ameaças à segurança de todos os membros da CPLP, designadamente:

- o crime organizado transnacional, principalmente o associado ao tráfico de pessoas e de drogas;

- a disputa por recursos marinhos e energéticos, de que a pirataria assume uma forma mais inquietante;
- o crescente radicalismo religioso;
- as ameaças cibernéticas;
- os riscos decorrentes da degradação ambiental e das alterações climáticas; e
- os problemas internos, de natureza social e/ou política, de cada um dos países da CPLP (CPLP, 2015).

Neste sentido, Portugal tem levado a cabo um esforço no que à cooperação com os países da CPLP diz respeito.

Desde 2000 que, ao abrigo do *Protocolo da Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa*, se realiza anualmente o exercício Felino (EMGFA, 2010)⁸⁶. Este exercício é conduzido em ambiente conjunto e combinado, tendo como finalidade principal o desenvolvimento de interoperabilidade das forças militares dos Países Membros da CPLP. Também se pretende treinar essas forças para o seu emprego em operações de apoio à paz e de assistência humanitária em ambiente multinacional, sob a chancela da ONU.

A possibilidade de projetar uma força multinacional numa operação de apoio à paz ou em situação de crise humanitária confere à CPLP um instrumento de suma importância para fazer face aos graves problemas de segurança regionais e globais. Principalmente no caso do espaço dos Países-Membros da P⁸⁷ e, em geral, nos Países da África Subsariana, esta possibilidade poderá determinar uma maior importância da CPLP e de cada um dos seus Países-Membros.

Ainda sobre os exercícios da série Felino, a condição de País Membro da CPLP impõe a existência de uma série de capacidades militares para projeção de poder e afirmação dos interesses político-estratégicos de Portugal. O mais claro exemplo disso prende-se com a constituição de uma Força de Reação Imediata (FRI) das FFAA, cuja principal missão é a proteção e a evacuação de cidadãos nacio-

nais em áreas de tensão ou crise.

Desde a sua constituição, a FRI não foi utilizada em operações de combate. Não obstante isso, durante a crise vivida na Guiné-Bissau no mês de abril de 2012, a sua componente naval foi projetada para o mar ao largo da África Ocidental naquilo que ficou conhecido como *Operação Manatim*.

Na *Operação Manatim*, Portugal empenhou a fragata NRP Bartolomeu Dias, a fragata NRP Vasco da Gama, a corveta NRP Baptista de Andrade, o navio reabastecedor logístico NRP Bérrio, dois helicópteros Lynx, uma equipa médica, uma equipa de mergulhadores e uma força anfíbia de escalão companhia⁸⁸. Estamos a falar na projeção de um efetivo total na ordem dos 800 homens (Peireira & Simões, 2012).

A *Operação Manatim* foi a materialização prática da tão propalada noção teórica de necessidade de posse dos meios necessários à projeção de força e à afirmação de Portugal nos seus espaços de interesse estratégico. Para além disso, esta operação permitiu que Portugal exibisse capacidades militares com um elevado nível de prontidão, uma grande flexibilidade de emprego e alta mobilidade. As posições assumidas por Portugal nas últimas quatro décadas, principalmente desde a fundação da CPLP, colocam a nu a importância que o Atlântico Sul tem para o País. No quadro da PEP para o Atlântico Sul, a importância da CPLP é tanto mais considerável se analisarmos o significado dos acordos estabelecidos para a cooperação e parceria no domínio dos recursos humanos, na economia, no setor financeiro e nas forças armadas. Torna-se claro que a segurança e a estabilidade da região fazem parte das preocupações lusas, influenciando a condução da PEP e a formulação e execução da estratégia portuguesa.

No caso específico da segurança e defesa da Bacia do Atlântico Sul, tem ressaltado a necessidade de conceber uma organização internacional que assegure a segurança das rotas comerciais, a liberdade de acesso aos recursos naturais, bem como a estabilidade política e militar dos países ribeirinhos da costa Oeste de África e da costa Leste da

América do Sul.

Nos países da CPLP é, hoje, comumente aceite que o clima de insegurança percebido no Atlântico Sul poderia ser reduzido pelo fortalecimento das capacidades civis e militares de projeção de soberania de cada País Membro, o que apenas é realizável numa lógica regional e multilateral (Dias & Branco, 2011).

A título de exemplo citamos Loureiro dos Santos que, a este respeito, refere o seguinte:

«(...) parece ser aconselhável criar um sistema de segurança da sub-região do Atlântico Médio/Sul (a Sul do Trópico de Câncer), para garantir a sua segurança – dos países e das pessoas que os habitam, da liberdade de navegação, dos importantes recursos biológicos e minerais dos respetivos mares e das correspondentes plataformas continentais, sistema que, por si só (independentemente de qualquer parceria), cooperará para o reforço da segurança do Atlântico Norte.» (2011, p. 26).

Além de tecer tais considerações, Loureiro dos Santos defende que, pela simples análise da posição geográfica de cada um dos seus Países Membros no Atlântico Sul, a CPLP reúne as condições necessárias a liderar todo o processo de formulação de uma arquitetura de segurança para aquela bacia.

Se analisarmos um mapa do Atlântico Sul, percebemos que uma boa parte dos seus espaços marítimos poderão ser facilmente controlados pelos Países Membros da CPLP naquela região. A dispersão daqueles territórios ao longo de todo o Atlântico Sul permite a projeção de força por mar e pelo ar, bem como o estabelecimento de bases de apoio logístico. A coordenação desta fácil projeção e da sustentação de forças poderá multiplicar o destaque de cada um dos Membros da CPLP, pelo facto de lhes conferir a possibilidade de bloquear o acesso aos recursos naturais da África Subsariana, principalmente no caso dos movimentos a partir do Atlântico Norte.

Assim sendo, como defende Loureiro dos Santos:

86 O exercício já decorreu 03 vezes em Portugal, 03 vezes no Brasil, 04 vezes em Angola, 03 vezes em Moçambique, 01 vez em Cabo Verde, 01 vez em Timor-Leste e 01 vez em São Tomé e Príncipe.

87 Em especial no caso dos Países Membros africanos e de Timor-Leste.

88 Uma força na ordem dos 150 homens.

«Numa eventual parceria estratégica com a OTAN, que haveria todo o interesse em materializar, o eixo Lisboa-Brasília poderia desempenhar um papel de abertura que facilitasse as relações do sistema de segurança do Atlântico Médio/Sul com a NATO como sistema de segurança do Atlântico Norte, através do seu contraponto, o eixo Lisboa-Washington. No atual contexto e no âmbito da sua previsível evolução, Portugal (arrisco dizer também o Brasil) tem todo o interesse em posicionar-se face ao Brasil potência global, no século XXI, como o Reino Unido se posicionou face aos EUA durante o século XX.»(2011, pp. 26-27).

A par da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a CPLP é a organização internacional que reúne mais países ribeirinhos do Atlântico Sul, reforçando-se a possibilidade de concertação na definição de políticas e estratégias comuns⁸⁹. Esta conciliação reforça os interesses dos países membros da CPLP que podem, pela valorização coletiva, fazer singrar os interesses e os objetivos comuns. Em última instância, a concertação edificada em sede da CPLP potencia a ocupação de um imenso espaço que, há várias décadas, padece de ocupação: o Atlântico Sul⁹⁰.

Vários autores têm vindo ao público defender a oportunidade que a CPLP representa para que os países lusófonos assumam a dianteira da conceção de uma arquitetura de segurança para o Atlântico Sul (Santos J. L., 2011) (Bernardino L. M., 2011) (Lourenço, 2011). O prestígio e a versatilidade da Organização permitem que os seus Países Membros incrementem a eficiência na conceção, pro-

dução e aplicação dos meios, aumentando a segurança e a estabilidade da região. Simultaneamente, a participação ativa da CPLP na segurança do Atlântico Sul acrescenta relevância à Organização, incrementa o desenvolvimento e a segurança regional e internacional e não prejudica a condução das relações dos seus Países Membros, seja no plano bilateral ou multilateral (Lourenço, 2011).

A CPLP pode constituir-se como garantia de maior liberdade de ação dos seus Países Membros, daqui retirando benefícios significativos o Estado Português. A produção de um equilíbrio mais favorável, resultante do peso esmagador de outras organizações, como a OTAN ou a U E (Marchueta & Fontes, 2001).

PARTE III

O MAR PORTUGUÊS: A JANELA DE LIBERDADE DA ECONOMIA DO MAR

«(...) a mobilização e a crescente valorização de todos os recursos e o seu adequado aproveitamento são condições de sobrevivência, tanto mais imperativas quanto menores forem as dimensões políticas dos Estados.»

António de Spínola

«(...) se os homens de Vasco da Gama diziam que tinham ido à Índia procurar cristãos e especiarias, a procura destas últimas foi efetuada com muito mais vigor do que a preocupação com aqueles, durante as quatro primeiras décadas de atividade portuguesa no Oriente.»

Charles Boxer

3.1. INTRODUÇÃO

A atual realidade de interdependência e complexidade crescentes não permite que os Estados menosprezem as questões de ordem económica – pública ou privada – em todo o processo de DPE.

A evidência fundada no conhecimento empí-

rico permite-nos afirmar *a priori* que a economia é cada vez mais um fator isolado no processo de tomada de decisão política. O desenvolvimento de atividades de natureza económica aumenta o pendor para articulação de ações de entidades públicas e privadas, influenciando-se o processo de DPE e a política externa como um todo (Santos V. M., 2012).

No caso português, a situação de notória labilidade económico-financeira reforça tal preponderância, uma vez que a solidez e a sustentabilidade de longo prazo da economia são fatores situados no cerne das decisões em matéria de PEP.

Os resultados de estudos recentes sobre o potencial económico dos espaços marítimos⁹¹ sob soberania ou jurisdição portuguesa colocam o *Mar Português* na primeira linha dos interesses de longo prazo de Portugal.

Se a evidência proporcionada pelos estudos supra citados não bastasse, a submissão de uma proposta de alargamento da plataforma continental de Portugal à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU⁹² com base nos trabalhos da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) e o extenso trabalho de promoção de um *hypercluster* da economia do mar em Portugal por diversas associações e organizações, bem como por cidadãos portugueses com alguma notoriedade pública, serão móveis suficientemente fortes para uma aceitação da preponderância do *Mar Português* na PEP.

Se considerarmos a extensa diversidade das atividades económicas ligadas ao mar (Dias, Paulo, Sequeira, Balão, & Leal, 2014) (Governo de Portugal, 2013) (COTEC, 2012) (Cunha, 2011) (Correia A., 2010) (Comissão Estratégica dos Oceanos, 2004), percebemos que elas compreendem áreas de negócios tão distintas como a construção e reparação naval, o turismo e lazer ou, ainda, a pesca e a aquicultura. Tais atividades, se conduzidas criteriosamente, permitem que a economia

89 Vários autores não vêm na ZOPACAS ou na CPLP embriões para a constituição de uma organização internacional de segurança exclusivamente para o Atlântico Sul, como o foi a OTAN para o Atlântico Norte até ao Conceito Estratégico da Aliança no ano de 2010 (Santos J. L., 2011).

90 A persistência de um vazio estratégico no Atlântico Sul verifica-se fundamentalmente nos espaços contíguos à costa oeste de África, onde proliferam Estados politicamente instáveis (Dias & Branco, 2011). Deste modo, principalmente a Sul do Sahara, corrobora-se as posições de Saul Bernard Cohen (2009), que designa a região de *Shatterbelt*.

91 *i. e.* o relatório *Blue Growth for Portugal: Uma visão empresarial da economia do mar* (COTEC, 2012) ou o relatório *O Hypercluster da Economia do Mar* (SaeR/ACL, 2009).

92 Ao abrigo da *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*.

do mar seja uma área sustentável e potenciadora de toda a economia.

A legislação interna e internacional colocar o mar territorial e a ZEE no plano das questões internas, ainda que eles se projetem nas relações externas do País. Do ponto de vista da economia portuguesa, a responsabilidade sobre exploração económica da ZEE portuguesa recai sobre os poderes legalmente vigentes em Portugal. Não obstante, a pretensão lusa de extensão da plataforma continental⁹³ vê-se obrigada a observar as normas do DIP, ao mesmo tempo que necessita de apoio dos demais atores para o próprio sucesso da empresa em curso.

Após a Exposição Internacional de Lisboa de 1998⁹⁴, cujo tema adotado foi «*Os Oceanos: Um Património para o Futuro*», Portugal tem desenvolvido esforços assinaláveis no sentido da criação de condições e da concretização de iniciativas voltadas para a rentabilização dos recursos marinhos, como linha de força para o desenvolvimento económico e social (Governo de Portugal, 2013).

Tal opção, considerando a dimensão do espaço territorial terrestre e marítimo português⁹⁵, não poderia deixar de ser assumida⁹⁶.

93 Pretensão essa cujos objetivos últimos são claramente de natureza económica.

94 Por ocasião do quinto centenário da descoberta do Caminho Marítimo para a Índia pela Esquadra comandada por Vasco da Gama.

95 A CRP (2007), no número 2 do seu artigo 5.º, remete para a lei própria a definição da extensão e do limite das águas territoriais (AT), a zona económica exclusiva (ZEE) e os direitos do País aos fundos marinhos contíguos. A Lei Fundamental Portuguesa reserva, nesta matéria, competência à Assembleia da República, que o fez através da *Lei n.º 33/77, de 28 de Maio*. Esta lei estabeleceu a largura e os limites do mar territorial e estabelece uma ZEE de 200 milhas do Estado Português (Assembleia da República, 1977). Já em 1997, Portugal, através da *Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97*, ratificada pelo *Decreto do Presidente da República n.º 67-A/97*, ratificou a *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*. Assim, o País transpôs para a ordem jurídica interna as normas prescritas naquela Convenção.

96 Que vem ao encontro dos planos desenvolvidos por vários países europeus. A Alemanha, a Dinamarca, a Espanha, a Finlândia, a França, a Holanda, a Noruega e o Reino Unido têm materializado projetos arrojados de exploração dos recursos marinhos. Estes projetos são, hodiernamente, verdadeiros *clusters*

A rentabilização do recurso natural em que Portugal é mais rico – mar – constitui-se como uma *janela de liberdade*⁹⁷ para a promoção do seu desenvolvimento científico, tecnológico, económico e social⁹⁸, fazendo jus ao relevo que aquele elemento produz historicamente tanto na riqueza, como nas relações internacionais dos países ribeirinhos (Cajarabille, Ribeiro, Marques, & Monteiro, 2012).

Ao longo da presente parte, dedicaremos o nosso estudo ao impacto económico que as atividades ligadas ao mar têm na economia portuguesa, ao mesmo tempo que procuraremos destacar o valor e a dimensão do potencial ainda por explorar.

Assim, visamos com a Parte III da nossa dissertação tornar claro que a economia do mar é uma importante condicionante para a ação política externa do Estado Português, influenciando as suas relações internacionais e desempenhando um papel determinante no processo de DPE do poder político português.

3.2. AS ATIVIDADES ECONÓMICAS ASSOCIADAS AO MAR PORTUGUÊS

Por ocasião do Dia Nacional do Mar, em 2013, o Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou uma nota de informação à comunicação social onde abordava, de modo sucinto, o peso que as atividades económicas ligadas ao mar têm na economia portuguesa. O referido documento, *Influência do Mar na Atividade Económica* (INE, 2013), é desenvolvido tendo por base as atividades de natureza económica determinadas pelo elemento marítimo. Desta forma, a influência do mar na economia pode concretizar-se pelas atividades económicas desenvolvidas no mar ou na costa marítima dos Estados, consubstanciando-se em atividades tão importantes como a pesca, o transporte marítimo, a construção e a reparação naval ou,

97 Adriano Moreira (2011b, p. 78) afirma que «(...) Portugal, como todos os países atlânticos que partilharam o Império Euromundista, precisa de ter, alegar, e defender janelas de liberdade.»

98 A conjugação deste desenvolvimento com as fronteiras que Portugal partilha e articula pode conferir ao País uma crescente projeção internacional e um papel de maior intervenção e relevo na cena internacional (Narciso, 2010).

ainda, o turismo⁹⁹ (INE, 2013).

Desde 1998, verifica-se que o poder político português procura aproximar a sociedade civil ao *Mar Português*. Esta procura de pontos de contacto tem contado com a condução de iniciativas sensibilizadoras para o potencial económico do *Mar Português*¹⁰⁰ e concretizado a expressão *janela de liberdade* da economia portuguesa e de Portugal.

A título de exemplo, parece-nos importante destacar o relatório *Blue Growth for Portugal: Uma visão empresarial do mar*, produzido pela COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação (2012). É interessante perceber que, com este relatório, se identificam os principais setores da atividade económica marítima portuguesa, nomeadamente o setor marítimo-portuário, o setor da alimentação de origem marinha e o setor do equipamento, construção e reparação naval. Estes setores são considerados cruciais, uma vez que envolvem a maior parte do volume de negócios e dos postos de trabalho da economia do mar em Portugal (COTEC, 2012).

Perante o descrito, há que considerar a economia do mar como um importante setor da economia portuguesa, não só pelo peso que detém, mas também por todas as oportunidades que pode significar. Na linha de Félix Ribeiro (Martins & Graça, 2014), consideramos que o *Mar Português* é, hodiernamente, a ponte para um posicionamento português mais equilibrado no campo da geoconomia e do acelerado processo de globalização, permitindo a adoção de um modelo de inserção mais oceânico, menos continental, com uma maior liberdade de ação possibilitadora da ultrapassagem de dificuldades e maximização das oportunidades geradas pelos recursos disponíveis em maiores quantidades.

Assim, torna-se necessário o estudo do peso e da influência do setor marítimo-portuário, do setor da alimentação de origem marinha e do setor do equipamento, construção e reparação naval.

99 O turismo é o mais claro exemplo das atividades beneficiadas pela contiguidade à costa.

100 Estas iniciativas compreendem associações empresariais, apoio à investigação científica ligada às atividades no mar, criação de cursos no domínio das ciências do mar, seminários, conferências, protocolos de colaboração entre entidades públicas, bancos e empresas do setor.

Tabela 12: Valor económico das principais atividades ligadas ao mar no ano de 2006 (SaeR/ACL, 2009, p. 102).

Efeitos nos gregados económicos	Náutica de Recreio e Turismo Náutico		Construção e Reparação Naval		Pesca, Aquicultura e Indústria de Pescado		Transportes Marítimos, Portos e Logística		Total das atividades ligadas ao mar consideradas	
	Efeito Direto	Efeito Total	Efeito Direto	Efeito Total	Efeito Direto	Efeito Total	Efeito Direto	Efeito Total	Efeito Direto	Efeito Total
Produção (milhões de €)	145	332	269	834	1 759	4 792	2 102	5 943	4 275	11 901
VAB (milhões de €)	78	159	91	333	735	2 049	1 075	2 778	1 979	5 319
Emprego (milhares de indivíduos)	2,4	5,2	4,1	12,7	32,0	90,9	20,2	75,8	58,7	184,6
Remunerações (milhões de €)	38	78	83	210	322	961	554	1 406	997	2 655
Impostos sobre produtos (milhões de €)	32	53	12	66	270	596	62	491	376	1 206
PIB (milhões de €)	110	212	103	400	1 005	2 645	1 137	3 269	2 355	6 526

Tabela 13: Peso das atividades ligadas ao mar em percentagem dos agregados no ano de 2006 (SaeR/ACL, 2009, p. 103).

Efeitos nos agregados económicos	Náutica de Recreio e Turismo Náutico		Construção e Reparação Naval		Pesca, Aquicultura e Indústria de Pescado		Transportes Marítimos, Portos e Logística		Total das atividades ligadas ao mar consideradas	
	Efeito Direto	Efeito Total	Efeito Direto	Efeito Total	Efeito Direto	Efeito Total	Efeito Direto	Efeito Total	Efeito Direto	Efeito Total
VAB (%)	0,06	0,12	0,07	0,25	0,55	1,54	0,81	2,09	1,49	4,00
Emprego (%)	0,05	0,1	0,08	0,25	0,63	1,77	0,40	1,48	1,16	3,60
Impostos sobre produtos (%)	0,14	0,24	0,05	0,30	1,22	2,69	0,28	2,21	1,69	5,44
PIB (%)	0,07	0,14	0,07	0,26	0,65	1,70	0,73	2,10	1,52	4,20

Tabela 14: A frota operacional de bandeira portuguesa por registoe tipo de navio reportada a 1 de agosto de 2014 (IMT, 2014, p. 4).

TIPOS DE NAVIOS	REGISTO CONVENCIONAL		RINM-MAR		TOTAL	
	Quantidade	Tonelagem de porte bruto	Quantidade	Tonelagem de porte bruto	Quantidade	Tonelagem de porte bruto
PASSAGEIROS	1	165	13	17 177	14	17 342
CARGA GERAL	0	0	25	183 144	25	183 144
GRANELEIROS	0	0	18	751 306	18	751 306
PORTA-CONTENTORES	9	56 993	73	1 493 491	82	1 540 484
PETROLEIROS	0	0	7	489 937	7	489 937
OUTROS	0	0	28	366 358	28	366 358
TRANSPORTES DE QUÍMICOS	0	0	12	41 464	12	41 464
TRANSPORTE DE GÁS	1	4 270	13	83 573	14	87 843
TOTAL	11	61 428	189	3 416 450	200	3 477 878

3.2.1.O SETOR MARÍTIMO-PORTUÁRIO

O setor marítimo-portuário está intrinsecamente ligado ao transporte marítimo. Além disso, o setor compreende as infraestruturas logísticas que, em terra, garantem o *interface* e a capacidade de assistência ao transporte marítimo.

Atualmente, este setor tem uma relevância considerável no panorama nacional e internacional. À medida que a globalização avança e a eliminação dos obstáculos à circulação de pessoas, bens e capitais se intensifica, o transporte marítimo assume-se como um meio de transporte muito fiável e de com custos reduzidos. Assim, o transporte marítimo é, hoje, responsável pelo deslocamento da maioria das mercadorias no Mundo (Cajarabille, Ribeiro, Marques, & Monteiro, 2012).

No caso de Portugal, o setor tem sofrido consideráveis variações. Até à Revolução de 1974, o País apresentava uma necessidade constante de recurso à marinha mercante. O fim do Império Africano e a retração estratégica ao território europeu e atlântico teve um forte impacto nas atividades económicas portuguesas ligadas ao mar. O volume do recurso ao transporte marítimo por parte de um país pluricontinental é, sem dúvida, superior ao manifestado por um país que, apesar da sua configuração arquipelágica, vê a sua superfície reduzida a uma pequena parcela de cerca de 1% da superfície do Continente Europeu.

Até à independência dos territórios ultramarinos, o Estado Português chamou a si o monopólio do transporte marítimo entre os diversos territórios sob soberania portuguesa. A isto Portugal associava uma indústria metalo-mecânica importante e uma capacidade de construção naval das mais dinâmicas do mundo¹⁰¹. A rápida mudança associada à dissolução do Império Africano não possibilitou que as empresas do setor se adaptassem à nova

101 De que são os maiores exemplos o Arsenal do Alfeite, os Estaleiros Navais do Mondego, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a Lisnave – que chegou a possuir a maior doca seca do mundo.

realidade, pelo que elas se mostraram incapazes de atingir os níveis de competitividade necessários à concorrência com as empresas congêneres dos países do norte da Europa e, mais tarde, dos países asiáticos.

O processo de desintegração do setor português dos transportes marítimos é tanto mais evidente se dedicarmos alguma atenção à constituição da frota mercante nacional (*vide* Tabela 14).

Os números apresentados na Tabela 14 são inquietantes, especialmente quando considerada a tendência de crescimento das trocas comerciais por mar (Cajarabille, Ribeiro, Marques, & Monteiro, 2012), com o estímulo da própria PMI.

Presentemente, os navios mercantes com bandeira portuguesa são em número muito reduzido, contrariando o que a configuração arquipelágica atlântica do território português faria pressupor.

A título de exemplo, consideramos ser pertinente abordar o transporte de um dos combustíveis mais utilizados por todo o tecido económico português – o petróleo. Uma vez que, até à data, Portugal não se encontra entre os países produtores de petróleo, o País é obrigado a importar a totalidade deste combustível fóssil pela via marítima. Tal necessidade é contrastante com a inexistência de navios petroleiros com registo convencional em Portugal. Estamos perante uma explícita manifestação da exiguidade do Estado Português que, com os recursos endógenos, não consegue suprir as necessidades elementares do País.

O registo convencional de navios em Portugal totaliza 11 registos. O reduzido número de registos em Portugal é minimizado apenas pelo MAR – Registo Internacional de Navios da Madeira (RINM-MAR), que conta com um total de 189 navios registados.

No caso da quantidade de mercadorias carregadas e descarregadas anualmente nos portos portugueses, o panorama é diametralmente oposto. Ainda que o projeto de expansão do terminal de contentores do maior porto artificial de Portugal – o Porto de Sines – não tenha sido concretizado na sua totalidade, ao mesmo tempo que alterações ao Plano Rodoviário Nacional cancelaram a construção de

vários troços da Autoestrada 26 e a ligação ferroviária direta entre Sines e Espanha não tenha início à vista, o volume de mercadorias movimentadas nos portos portugueses é muito considerável.

A quantidade de mercadorias carregadas nos portos portugueses com destino a outros países tem seguido uma tendência crescente, passando de pouco mais de 21,1 milhões de toneladas em 2007 para aproximadamente 26,5 milhões de toneladas em 2012. Por outro lado, as mercadorias que chegam aos portos de Portugal vêm reduzindo em quantidade. Descrevendo uma trajetória decrescente, a quantidade de mercadorias descarregadas sofreu uma redução de cerca de 4,5 milhões de toneladas entre 2007 e 2012 (*vide* Tabela 15).

Tabela 15: Mercadorias carregadas e descarregadas anualmente em Portugal entre 2007 e 2012 (INE, 2014a).

Período de referência de dados	TOTAL DE MERCADORIAS (Ton.)	
	Carregadas	Descarregadas
2007	21 173 862	47 054 751
2008	21 794 545	44 861 806
2009	20 015 577	42 192 030
2010	23 107 122	42 867 748
2011	24 482 025	43 024 713
2012	26 521 094	41 438 080

Apesar dos dados expostos na Tabela 15 serem francamente positivos do ponto de vista do volume de mercadorias movimentadas, permitem-nos também compreender que as infraestruturas portuguesas não estão, ainda, a ser utilizadas na plenitude das suas potencialidades. A utilização dos portos portugueses como *interface* para o abastecimento de todo o *hinterland* da Península Ibérica e da Europa a partir dos movimentos sul-norte e oeste-este não está acontecer, como comprovam os dados tendencialmente descendentes da quantidade de mercadorias que chegam aos portos portugueses através de navios de transporte de mercadorias.

A análise das mercadorias movimentadas nos portos portugueses deve ser realizada, também, sob a perspetiva da origem e do destino,

sob pena de simplificarmos excessivamente o estudo do setor marítimo-portuário.

No caso das mercadorias com origem nos portos lusos, tem-se verificado que, entre 2007 e 2012, o seu destino principal são os portos dos parceiros de Portugal na UE, ao que se seguem os portos dos países africanos e os demais portos portugueses (*vide* Tabela 16).

É importante ressaltar o volume de mercadorias movimentadas em Portugal com recursos aos portos. Se os portos portugueses são vistos, regra geral, como plataforma de exportação e importação de produtos, a verdade é que a PMI vem fomentar a utilização dos portos europeus como *interface* para a redistribuição de mercadorias dentro da Europa e dentro dos próprios países. Tal evolução tem permitido tornar o transporte dessas mercadorias menos dispendioso, com reflexo direto no custo final dos produtos e, consequentemente, na vida dos consumidores.

No caso das mercadorias provenientes de outros pontos do Mundo, como explícito na Tabela 17, verificamos que têm como origem principal os Estados-Membros da UE, aos quais se seguem os países do continente americano e os países africanos.

A configuração arquipelágica do território português, a par da sua posição de charneira dos movimentos na direção Norte-Sul e na direção Este-Oeste, garantem às águas nacionais um movimento de embarcações significativo e constante. De facto, as águas sobre soberania e jurisdição portuguesa são das mais movimentadas de todo o mundo, principalmente quando considerado o movimento de embarcações de transporte de mercadorias.

A notória importância das águas nacionais ou sobre jurisdição portuguesa no que ao movimento de navios mercantes diz respeito é, numa primeira observação, contrastante com o número de embarcações que dão entrada nos portos portugueses. O movimento anual de embarcações de comércio nos portos portugueses sofreu um decréscimo de aproximadamente 12,5% entre 2007 e 2012 (*vide* Tabela 18). Tal decréscimo sugere uma tendência negativa que, verificaremos adiante, poderá não corresponder à realidade.

Tabela 16: Mercadorias carregadas anualmente (ton.) por local de destino (IMT, 2014).

Período de referência de dados	UE27	PALOP	OPEP	EUROPA	PORTUGAL	ÁFRICA	AMÉRICA	ÁSIA
2012	14 454 781	2 607 026	3 488 879	15 450 795	5 782 103	6 223 410	3 729 321	1 102 646
2011	14 269 019	2 394 223	2 416 453	15 234 344	6 175 876	5 133 496	3 095 548	1 007 067
2010	14 337 998	2 011 632	1 822 824	15 310 061	7 109 418	4 786 510	2 370 807	621 090
2009	10 809 497	1 399 789	1 355 495	11 445 972	6 122 467	2 053 919	1 341 016	441 140
2008	15 119 104	2 282 359	1 831 005	15 707 848	7 014 399	3 979 121	1 638 218	391 687
2007	15 741 998	1 753 805	1 176 375	16 371 465	7 461 375	2 828 336	1 731 115	238 895

Tabela 17: Mercadorias descarregadas anualmente (ton.) por local de origem (INE, 2014a).

Período de referência de dados	UE27	PALOP	OPEP	EUROPA	PORTUGAL	ÁFRICA	AMÉRICA	ÁSIA
2012	16 759 218	2 792 059	7 073 469	20 737 275	5 847 697	9 057 325	9 432 785	2 168 824
2011	17 865 944	2 368 615	6 982 918	22 142 126	6 243 891	9 461 800	9 607 760	1 811 459
2010	18 661 190	1 481 582	7 837 778	22 895 341	7 050 849	10 626 923	7 973 341	1 365 036
2009	15 458 229	754 422	6 945 954	19 364 297	6 115 708	10 767 270	6 551 630	1 704 423
2008	17 204 456	1 063 555	10 058 222	20 653 327	6 991 089	12 908 868	8 920 612	2 281 045
2007	19 057 056	1 318 545	8 890 701	22 147 175	7 338 417	13 198 537	9 967 464	1 721 513

Tabela 18: Movimento anual de embarcações de comércio (INE, 2014a).

Período de referência de dados	TOTAL
2007	30 371
2008	29 934
2009	28 090
2010	29 307
2011	28 323
2012	26 568

Não obstante o decréscimo verificado no movimento anual de embarcações de transporte de mercadorias em Portugal, este não se traduz numa diminuição das mercadorias transportadas, evidenciando, isso sim, uma alteração na capacidade dos navios utilizados. Presentemente, verifica-se uma tendência de aumento quer do porte bruto, quer da arqueação bruta dos navios de transporte de mercadorias que passam pelos portos portugueses (*vide* Tabela 19), o que acaba por se traduzir numa diminuição no número de embarcações, ainda que não se verifique uma diminuição da quantidade total de mercadorias transportadas.

Tabela 19: Porte bruto e arqueação bruta das embarcações de comércio anual (tonelagem de porte bruto) (INE, 2014a).

Período de referência de dados	Porte bruto das embarcações de comércio (tonelagem de porte bruto)	Arqueação bruta das embarcações de comércio (tonelagem de arqueação bruta)
2007	303 242 484	298 634 160
2008	313 950 586	319 839 988
2009	297 169 140	314 671 264
2010	319 528 712	347 889 030
2011	334 577 187	370 571 483
2012	330 466 589	372 477 304

A orientação que agora apuramos segue a tendência de todo o setor marítimo-portuário mundial, em que se verifica o aumento da dimensão média dos navios de mercadorias ou de transporte de passageiros. A arqueação bruta média dos navios de transporte de mercadorias e passageiros construídos pelas principais corporações

mundiais do ramo atestam isto mesmo¹⁰². Paralelamente a este aumento de dimensão, não devemos desconsiderar o paulatino crescimento dos portos, cujas necessidades impõem remodelações que permitam a receção de navios cada vez maiores e com cascos progressivamente mais profundos¹⁰³.

3.2.2.O SETOR DA ALIMENTAÇÃO DE ORIGEM MARINHA

O consumo anual de peixe *per capita* de 57kg (DGPM, 2014b) coloca o setor da alimentação de origem marinha em posição de grande evidência, principalmente quando consideramos que o setor se fundamenta num recurso natural em que Portugal é um dos países mais ricos no Mundo – o mar.

Para além do referido, Portugal partilha uma fronteira terrestre com um mercado de 47 milhões de pessoas, para onde pode escoar as mercadorias resultantes da pesca e da aquicultura.

Uma franja considerável da economia portuguesa debruça-se sobre a alimentação de origem marinha, através da pesca e da aquicultura, proporcionando a existência uma área de atividade económica que, pela sua influência direta no bem-estar da população, tem uma dimensão considerável. A alimentação de origem marinha emprega diretamente quase dezassete mil trabalhadores e movimenta cerca de 250 milhões de Euros anuais (INE, 2013).

Se é verdade que no início de século se verifica uma trajetória negativa no número de pescadores matriculados em Portugal (*vide* Gráfico 1), não devemos depreciar que, em 2013, estavam matriculados 16 797 pescadores (INE, 2014b).

102 *Vide* o portal na internet da Samsung Heavy Industries, em http://www.shi.samsung.co.kr/eng/Product/ship_prd01.aspx, ou da Mitsubishi Heavy Industries, em <http://www.mhi-global.com/products/ship.html>. Assumindo-se como construtores navais de referência, verificamos que as embarcações que produzem têm vindo a aumentar a sua dimensão paulatinamente.

103 A título de exemplo, *vide* o *Estudo de Impacte Ambiental da Expansão do Terminal de Contentores (TXXI) do Porto de Sines (3.ª e 4.ª fases)* tornado público pela APS em Outubro de 2014.

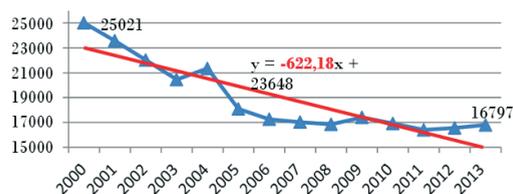


Gráfico 1: Número de pescadores matriculados em Portugal (INE, 2014b).

No que às embarcações de pesca diz respeito, as perspetivas não são as mais tranquilizadoras. Em 2006, havia registo de 5401 embarcações de pesca licenciadas com motor na frota nacional, ao passo que, em 2013, este número cifrava-se em 4469 embarcações. Estamos, assim, perante um decréscimo de cerca de 17% (INE, 2014b) (*vide* Gráfico 2).

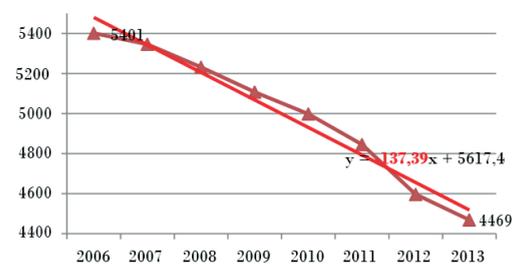


Gráfico 2: Número de embarcações de pesca licenciadas com motor da frota nacional (INE, 2014b).

Considerando a tendência generalizada de aumento da arqueação média bruta das embarcações em uso, torna-se fundamental analisar a capacidade total das embarcações de pesca com motor licenciadas para que se entenda se, de facto, existe um enfraquecimento das capacidades lusas no domínio das pescas.

Os dados publicados em 2014 pelo INE indicam que, no ano 2006, a capacidade total das embarcações portuguesas de pesca com motor licenciadas situava-se nas 91 244 GT. Os mesmos dados informam que tal capacidade tem vindo a ser reduzida de um modo acelerado, atingindo uma quota de 83 295 GT no ano de 2013 (*vide* Gráfico 3).

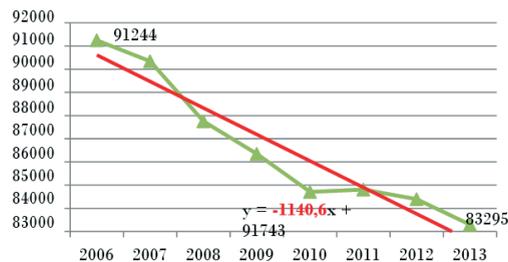


Gráfico 3: Capacidade das embarcações de pesca licenciadas com motor da frota nacional (gt) (INE, 2014b).

A contrariar o panorama negativo exposto até ao momento estão os dados relativos às capturas anuais de pescado em Portugal. Ao mesmo tempo que se constata uma redução do número de pescadores matriculados, das embarcações de pesca licenciadas e da capacidade destas, os valores das capturas nominais de pescado em Portugal seguem uma tendência positiva. De acordo com o Gráfico 4, descrevendo uma trajetória positiva, as capturas nominais de pescado vêm sofrendo oscilações ao longo do tempo. Este comportamento anacrónico poderá dever-se a inúmeras razões, que vão desde as condições meteorológicas adversas até às limitações às capturas por razões legais ou ambientais.

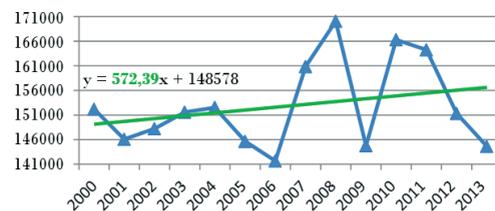


Gráfico 4: Capturas totais anuais de pescado em Portugal (ton.) (INE, 2014b).

A análise da Tabela 20 fornece-nos os dados fundamentais para que possamos compreender a irregularidade observada nos 13 anos passados. As grandes disparidades nas capturas nominais de pescado ocorrem principalmente no caso dos peixes marinhos e dos crustáceos, sendo que a redução na captura de moluscos ocorreu com menor significado.

Os resultados favoráveis nas capturas nomi-

nais anuais de pescado em Portugal traduziram-se num retorno financeiro positivo. Feita uma análise sobre os rendimentos obtidos com a captura deste produto, torna-se claro que a tendência, ainda que muito instável, tem sido positiva. O crescente retorno financeiro evolui positivamente, mas a um ritmo superior ao crescimento das capturas nominais anuais.

O Gráfico 5 expõe os rendimentos obtidos com as capturas nominais anuais de pescado em Portugal e permite que tenhamos a perceção sobre a evolução sofrida em função do tempo.

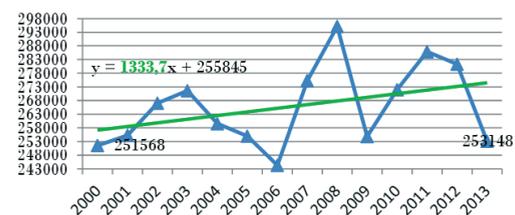


Gráfico 5: Valor das capturas totais anuais de pescado em Portugal (milhares de Euros) (INE, 2014b).

Apesar de se verificar um aumento nos valores das capturas nominais anuais de pescado em Portugal, as quais passaram de um valor de cerca de 251 milhões de Euros, em 2000, para um valor na ordem dos 253 milhões de Euros, em 2013, verifica-se que neste intervalo a evolução é muito inconsistente. Tal constatação está perfeitamente em linha com a própria inconsistência no volume de capturas nominais anuais anteriormente verificada.

A análise da Tabela 21 fornece-nos os dados para que possamos compreender a irregularidade observada nos passados 13 anos no que ao valor das capturas nominais anuais de pescado respeita.

Tabela 20: Capturas nominais anuais de pescado em Portugal (ton.) (INE, 2014b).

PERÍODO	CAPTURAS NOMINAIS DE PESCADO EM PORTUGAL (TON.)					TOTAL
	ESPÉCIES					
	Peoxes marinhos	Crustáceos	Moluscos	Animais aquáticos diversos	Outros produtos	
2000	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	152 188
2001	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	146 094
2002	129 193	1 451	17 523	1	0	148 246
2003	129 700	1 815	19 837	26	122	151 576
2004	133 632	1 042	17 769	15	5	152 532
2005	125 113	828	19 653	0	1	145 656
2006	124 110	869	16 632	0	13	141 683
2007	145 427	981	14 341	0	13	160 834
2008	148 308	1 320	20 341	0	2	170 050
2009	126 348	2 167	16 147	>0,5	>0,5	144 792
2010	145 693	1 649	18 885	3	>0,5	166 304
2011	147 971	1 950	14 223	2	>0,5	164 236
2012	133 582	1 446	16 224	1	0	151 343
2013	123 777	1 097	19 646	3	0	144 654

Tabela 21: Capturas nominais anuais de pescado em Portugal (milhares de Euros) (INE, 2014b).

PERÍODO	CAPTURAS NOMINAIS DE PESCADO EM PORTUGAL (milhares de Euros)					TOTAL
	ESPÉCIES					
	Peoxes marinhos	Crustáceos	Moluscos	Animais aquáticos diversos	Outros produtos	
2000	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	251 568
2001	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	255 291
2002	191 291	18 730	56 373	<0,5	0	267 042
2003	184 616	19 316	66 979	4	70	271 592
2004	186 080	13 675	59 069	2	8	259 522
2005	183 693	10 317	60 320	0	8	255 000
2006	181 214	12 827	49 567	0	7	244 300
2007	206 153	14 817	53 510	0	14	275 295
2008	203 056	17 090	74 215	0	5	295 129
2009	190 191	18 141	45 540	<0,5	<0,5	254 831
2010	196 350	16 867	57 858	2	<0,5	271 972
2011	212 467	15 942	56 274	2	1	285 880
2012	208 619	14 189	57 109	4	0	281 307
2013	184 159	11 923	55 689	3	0	253 148

Apesar do elevado consumo de pescado que se verifica em Portugal e da extensa costa portuguesa, a aquicultura encontra-se num estado embrionário de desenvolvimento. O número de entidades dedicadas à aquicultura tem aumentado a um ritmo lento. Uma breve leitura dos dados registados pelo INE (*vide* Tabela 22) permite-nos depreender que, entre 2004 e 2013, o número de estabelecimentos dedicados à aquicultura aumentou em 66 unidades, o que se traduziu num aumento da produção anual de 3153 toneladas. Este aumento de produção levou a um aumento das receitas de cerca de 35,7%, isto é, aproximadamente 14 milhões de Euros.

No que se refere ao comércio internacional de pescado, a balança comercial de Portugal é cronicamente deficitária, como tornam claro todos os relatórios *Estatísticas da Pesca* publicados pelo INE desde o ano de 2002. Ao verificarmos que, em 2014, a importação de pescado se situou nos 1 579,4 milhões de Euros, enquanto as exportações se ficaram 916,8 milhões de euros, constatamos que a taxa de cobertura se fica pelos 60%. Esta reduzida taxa de cobertura é uma clara oportunidade não só para o setor das pescas, mas principalmente para o setor da aquicultura, cujo potencial de crescimento é claramente elevado (INE, 2015a).

3.2.3.0 SETOR DO EQUIPAMENTO, CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL

As áreas de soberania, jurisdição e responsabilidade portuguesa sobre espaços marítimos (a respeito destas áreas *vide* Tabela 23) criariam, em condições normais, um contexto propício à formação de um *cluster* especializado na produção de equipamento, construção e reparação naval.

Tabela 22: Dados estatísticos da aquicultura em Portugal (INE, 2015b).

PERÍODO	Número de estabelecimentos de aquicultura ativos	Produção dos estabelecimentos de aquicultura (Ton.)	Produção dos estabelecimentos de aquicultura (milhares de €)
2004	1 393	6 802	39 652
2005	1 398	6 699	34 490
2006	1 454	7 874	43 203
2007	1 470	7 443	40 557
2008	1 473	7 987	43 207
2009	1 453	7 979	44 127
2010	1 476	8 225	47 265
2011	1 476	9 194	58 432
2012	1 486	10 939	52 181
2013	1 459	9 955	53 796

Tabela 23: Descrição da superfície territorial e dos espaços marítimos portugueses (Correia A., 2010, p. 287).

	Território	Águas interiores	Mar territorial	ZEE	Áreas SAR
Continente	88 600	6 510	16 476	287 715	572 438
Madeira	833	825	10 823	442 316	
Açores	2 331	6 083	23 660	926 149	5 220 302
Total	91 763	13 419	50 960	1 656 181	5 792 740

A ZEE e a Área de Responsabilidade de Busca e Salvamento (SAR) de Portugal são dezoito e sessenta e três vezes maiores que o seu território emerso (*vide* Tabela 23), respetivamente.

Quando confrontados com os números, percebemos as extensas necessidades que Portugal tem em matéria de navios. Seja no domínio da busca e salvamento, do transporte de mercadorias e de passageiros, da investigação científica ou da segurança e defesa, é indispensável que o País possua embarcações que possibilitem o usufruto das potencialidades do *Mar Português* e, simultaneamente, garantam as condições de segurança naqueles mesmos espaços marítimos.

A segunda metade do século passado proporcionou às empresas do setor do equipamento, reparação e construção naval oportu-

nidades que as colocaram na vanguarda mundial. Apesar da envergadura denotada pelo setor, o fim do monopólio do comércio com as ex-colónias, as convulsões políticas internas, as sucessivas crises económicas, a inadaptação das empresas do setor às exigentes condições de competitividade dos mercados internacionais, a dificuldade que a engenharia naval portuguesa encontrou no financiamento e no desenvolvimento de tecnologia e a ineficaz gestão levaram a que, paulatinamente, este tecido industrial atrofiasse, conduzindo à atual insuficiência portuguesa (Correia A., 2010).

Apesar das diversas solicitações e necessidades da marinha mercante, da frota pesqueira e da Armada, o setor do equipamento, construção e reparação naval tem vindo a sofrer uma drástica redução nas suas capacidades. Progressivamente as entidades públicas e privadas vêm-se obrigadas a adquirir navios produzidos em estaleiros de outros países. O mais simbólico exemplo disto é a aquisição de quatro patrulhas Stanflex 300 ao Estado Dinamarquês, dada a incapacidade para a execução do Programa de Navios Patrulhas Oceânicos 2000 (NPO2000).

Portugal conta com poucas empresas no setor do equipamento, reparação e construção naval, sendo referenciáveis o Arsenal do Alfeite, a Lisnave e o Grupo Martifer.

3.2.4. O SETOR DO TURISMO DEPENDENTE DA COSTA MARÍTIMA

O setor do turismo dependente da costa marítima tem adquirido um destaque cada vez maior, principalmente desde que os Arquipélagos dos Açores e da Madeira, o Algarve e as grandes cidades de Lisboa e do Porto assumem maior notoriedade internacional. A dinâmica que o setor tem manifestado, levou a que, à semelhança dos setores anteriormente estudados, o setor do turismo dependente da costa marítima seja alvo de estudo em importantes documentos sobre o mar e a economia do mar, de que são exemplo o *Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos* (Comissão Estratégica dos Oceanos, 2004), o relatório *O Hypercluster da Economia do Mar* (SaeR/ACL, 2009) ou o relatório *Blue Growth for Portugal: uma visão empresarial da economia do mar* (COTEC, 2012).

Em 2012, por ocasião do lançamento do relatório anteriormente identificado, a COTEC referiu-se a este setor como «setor como de lazer e turismo marítimo»¹⁰⁴ (p. 254), nele incluindo diversos subsectores, nomeadamente:

- as infraestruturas náuticas;
- o equipamento utilizado na náutica de recreio e nas atividades marítimo-turísticas;
- as atividades marítimo-turísticas;
- os eventos náuticos; e
- o turismo de cruzeiros.

O relatório *Blue Growth for Portugal: uma visão empresarial da economia do mar* (COTEC, 2012) produz um diagnóstico negativo acerca do aproveitamento das vantagens competitivas e do potencial de Portugal neste setor. Segundo o documento em causa, as vantagens competitivas e o potencial existentes podem gerar desenvolvimento e mais-valias para a economia e para a sociedade portuguesa. Não obstante, o relatório (COTEC, 2012) clarifica que,

104 «Significa o conjunto de atividades, serviços e produtos que proporcionam o lazer e a recreação no mar a turistas, residentes e, principalmente, não residentes.» (COTEC, 2012, p. 255).

considerando o reduzido nível de aproveitamento, existe ainda uma ampla margem de crescimento e desenvolvimento do setor do lazer e turismo marítimo, possibilitando que se constitua como uma importante fonte de oportunidades de negócio para o setor público e para o setor privado.

No setor do lazer e do turismo, verificamos que, durante décadas, houve desorganização e ausência de uma estratégia que servisse de referência para as entidades do setor. Se a isto acrescentarmos o escasso enquadramento político, legislativo e administrativo, então estaremos na posse das razões que poderão explicar o reduzido aproveitamento das vantagens e do potencial existente, justificando ao mesmo tempo o reduzido interesse dos portugueses pelas atividades turísticas ligadas diretamente ao *Mar Português*.

A suportar o referido anteriormente existem diversos dados estatísticos tornados públicos pelo agora extinto Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM)¹⁰⁵. Por exemplo, desde 2005 até ao presente, o número de cartas de navegador de recreio emitidas em Portugal tem vindo a reduzir-se (vide Gráfico 6). Simultaneamente, o número de portos e marinas de recreio existente em Portugal cifra-se em 36, incluindo Portugal Continental e Arquipélagos dos Açores e da Madeira (IPTM, 2015b).

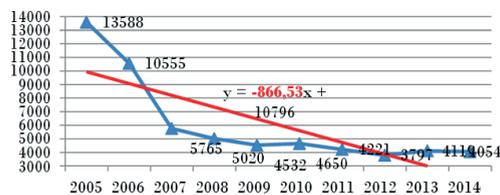


Gráfico 6: Número de cartas de navegador de recreio emitidas em Portugal entre 2005 e 2014 (IPTM, 2015).

Ainda sobre os portugueses e o turismo marítimo, o IPTM publica os dados estatísticos sobre o número de portugueses que utilizam navios de cruzeiro. Este número, ainda que seguindo uma tendência crescente entre 2005 e 2011, é francamente diminuto (vide Gráfico 7).

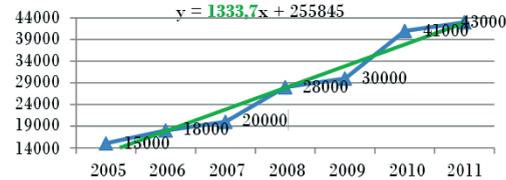


Gráfico 7: Portugueses a embarcados em navios de cruzeiro entre 2005 e 2011 (European Cruise Council, 2012).

Perante o evidente atraso no setor do turismo dependente da costa marítima, a COTEC propõe diversas medidas a fim de ultrapassar as dificuldades e explorar as oportunidades disponíveis. Assim, a COTEC propõe que se desenvolva e implemente um plano de comunicação internacional sobre o potencial do setor do lazer e turismo marítimo, no contexto de uma estratégia integrada com o turismo nacional que estimule o movimento de turistas nacionais e internacionais, tanto na época estival, como fora dela. Além disso, é proposta a criação das condições para a regeneração do tecido empresarial do setor que o capacite para a intensa competição internacional (COTEC, 2012, pp. 285-286).

O relatório produzido pela SaeR/ACL, em 2009, com o título *O Hypercluster da Economia do Mar* aborda o tema do turismo dependente da costa marítima, através de uma parte sobre náutica de recreio e turismo náutico.

A referida publicação sustenta que o investimento neste domínio de atividade tem uma relevância significativa nas opções estratégicas que se colocam a Portugal, tornando o País mais atrativo e permitindo a captação de segmentos cruciais no turismo internacional (SaeR/ACL, 2009). O aproveitamento das atividades associadas à náutica e ao turismo náutico poderá gerar, deste modo, benefícios económicos e sociais, fortalecendo o sistema económico português.

Uma das tendências mais notoriamente abordada relaciona-se com o provável crescimento da náutica de recreio e do turismo náutico em Portugal a uma taxa superior àquela que se espera ao nível mundial, consequência da disparidade entre o potencial de que Portugal é titular e o seu aproveitamento atual (SaeR/ACL, 2009).

A vantagem competitiva que a posição geográfica significa, fornecendo ao setor do turismo *Sol e Praia* e as condições naturais adequadas, tem levado a uma aposta nacional no setor do turismo. Este contexto permite que o setor tenha um peso expressivo na economia portuguesa e traduz-se no crescente reconhecimento dos mercados externos em relação a um *produto* que Portugal valoriza, potencia e explora (SaeR/ACL, 2009).

CONCLUSÃO

«O mar sem fim será grego ou romano O mar sem fim será português»

Fernando Pessoa

«Em perigos e guerras esforçados, Mais do que prometia a força humana, E entre gente remota edificaram Novo reino que tanto sublimara.»

Luís Vaz de Camões

«A essência da Nação – isto é, o conjunto de vivências e tradições culturais correspondentes a uma forma de agir e de reagir num quadro ético-social tacitamente conformado, a segurança coletiva proporcionada pela solidariedade nacional e os traços subconscientes de ligação humana entre nacionais – essa jamais esteve em causa.»

António de Spínola

i. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES ENUNCIADAS

Desde 1974, a rotura com o CEN de séculos, a implementação e manutenção de um regime democrático e a adesão e integração

¹⁰⁵ O IPTM foi extinto pelo *Decreto-Lei n.º 7/2012, de 7 de janeiro*. No momento, cabe à Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos a regulamentação, a supervisão e a fiscalização do sector marítimo- portuário e da náutica de recreio, e ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT) a supervisão e regulação da atividade económica dos portos comerciais e dos transportes marítimos.

na Europa das Comunidades mantiveram Portugal afastado da sua tradicional ligação aos oceanos e da plenitude da condição de país ribeirinho, marítimo e atlântico.

O início do Século XXI trouxe consigo um movimento interno de valorização da dimensão marítima da Identidade Nacional, de valorização das atividades ligadas ao mar e de ligação de Portugal ao *seu mar*. Tendo como prelúdio a Exposição Mundial de 1998, em Lisboa, este movimento interno tem adquirido uma progressiva expressão, com maior relevo para as atividades económicas ligadas aos oceanos e para o Projeto de Extensão da Plataforma Continental, submetido ao CNUDM no ano de 2013.

Apesar disso, constata-se que na Sociedade Civil e na *Academia* são abordados os assuntos do mar, sem que surja uma clarificação do seu impacto na PEP.

Hipótese n.º 1 – Existe uma identificação entre a população portuguesa e o mar, que confere à Nação Portuguesa uma identidade marítima. Tal identidade influencia a PEP na sua génese, pela importância que assume no CEN.

A Parte I conduziu-nos através da História de Portugal, da Identidade Nacional e desta enquanto elemento ontológico e fundacional do CEN.

Ao propor o estudo da Identidade Nacional e dos documentos de referência para o CEN, possibilitando o debate sobre a influência do *Mar Português* na Identidade Nacional, na definição do CEN e sobre as resultantes da relação entre eles, procurávamos verificar se o *Mar Português* pode ser considerado um elemento ontológico do CEN e, assim sendo, fator preponderante para a PEP.

Desde 1143, mas principalmente desde a fundação da Dinastia de Avis, a defesa da independência política de Portugal tem sido frequentemente suportada em poder político, militar e económico proveniente do além-mar. Este equilíbrio político, militar e económico ibérico foi conseguido, ao longo dos séculos, com recurso ao comércio marítimo, ao processo de Expansão Marítima e ao estabelecimento de uma aliança com

a Inglaterra, que, até à II Guerra Mundial, assumiu o papel de potência marítima dominante. Para isto contribuíram as características políticas, geográficas, territoriais, étnicas e demográficas de Portugal.

A vocação oceânica de Portugal é uma das marcas mais diferenciadoras da sua história e da sua cultura. A História de Portugal, desde o processo de Fundação, está repleta de relatos e acontecimentos que revelam a relação simbiótica de Portugal com o mar.

A Identidade Nacional de Portugal, distinta da identidade dos demais povos da Europa e do Mundo, desenvolveu-se tendo por base uma confrontação permanente com Castela e foi continuamente influenciada pelo período áureo de navegações e da Expansão Marítima Portuguesa.

Se há fatores constantes na História de Portugal e, deste modo, determinantes para a Identidade Nacional, o mar e a vocação marítima do Estado e da Nação estão entre eles. Desde o século XV até 1974, Portugal esteve sempre empenhado num processo de Expansão Marítima e naquilo que, na segunda metade do século XX, se generalizou como «presença colonial» nos mais diversos pontos do Mundo. O Estado, como entidade política e administrativa, e a sua expansão pela via marítima revelaram-se fundamentais ao longo da História do País, favorecendo um paulatino reconhecimento da existência de um sentimento de INM.

Na medida em que a Identidade Nacional é um elemento estruturante de todas as Nações, a INM é um dos elementos que mais influencia o pensamento português e, por maioria de razões, o próprio CEN. A íntima associação do mar à construção da Identidade Nacional conduz-nos à evidência de uma forte marca oceânica e atlântica na formulação da Estratégia Nacional.

Apesar disto, nem todos os documentos que, desde 1974, pretendem explicitar o CEN apontam nesse sentido. Os CEDN publicados em 1985, 1994, 2003 e 2013 são fortemente influenciados pelo contexto português pós-Revolução de 25 de abril. Neles, o caminho de adesão à Europa das comunidades e, posteriormente, de integração europeia lançam Portugal num afastamen-

to do seu tradicional modo de inserção internacional.

Não obstante, desde 1998, multiplicam-se as iniciativas que pretendem aproximar o País dos oceanos e fomentam o desenvolvimento e a expressão da Identidade Marítima Nacional. Neste sentido, pretende-se valorizar o *Mar Português* como um ativo nacional que pode ser potenciado sob o ponto de vista político, geoestratégico, militar, económico, científico e ambiental, potenciando a coesão nacional, o desenvolvimento económico-social e a afirmação de Portugal na hierarquia das potências.

O exposto valida a existência de uma identificação entre a população portuguesa e o mar, que confere à Nação Portuguesa uma Identidade Marítima. Tal identidade influencia a PEP na sua génese, pela importância que assume no CEN.

Hipótese n.º 2 – Portugal desenvolveu, desde a sua génese, uma ligação estreita entre as suas relações externas – estabelecidas pela via marítima – e a sua própria sobrevivência na Ordem Internacional.

A Parte II conduziu-nos através da Geopolítica de Portugal, do posicionamento oficial da PEP e das FFAA enquanto instrumento de segurança e defesa, mas também de ação externa do País.

Esta parte constituiu-se como uma oportunidade de exploração da posição, da configuração do TN, bem como da forma estas são potenciadas por Portugal em prol do cumprimento dos seus objetivos.

Os Programas de Governo foram objeto de estudo na sua vertente de PE, procurando identificar quais são os principais vetores e linhas de força da PEP e verificar se existe uma relação entre estes e os grandes espaços a que Portugal pertence.

Para além disso, procuramos perceber quais os meios militares à disposição do Estado Português para assegurar a segurança do *Mar Português* e o cumprimento dos compromissos internacionais decorrentes da pertença a diferentes grandes espaços.

Desde a sua fundação, Portugal sempre possuiu uma posição geográfica importan-

te no quadro das tensões entre as potências continentais e as potências marítimas, em posição de charneira entre o Norte e o Sul e entre o Este e o Oeste. Esta posição central no Atlântico transforma a sua posição periférica e isolada relativamente ao centro da Europa num garante da sua própria liberdade de ação.

Para além do referido, a rotura do conceito tradicional de soberania e de fronteira e a existência de grandes espaços onde o País se insere revelam o *Mar Português* enquanto constante na PEP.

Portugal procura inserir-se internacionalmente através da integração em diferentes grandes espaços, nomeadamente na OTAN – a fronteira de segurança –, na UE – a fronteira económica – e na CPLP – a fronteira cultural.

A fronteira de segurança portuguesa, fruto do vínculo do País à OTAN, baseia-se no art.º 5.º do *Tratado de Washington* (1948), ou seja, no princípio de defesa coletiva dos membros desta OI. A posição de Portugal na OTAN tem sido beneficiada pela possibilidade de projeção de força para a Europa e para o Norte de África a partir do Continente Americano, uma vez que a centralidade norte atlântica do Arquipélago dos Açores o facilita.

No quadro da OTAN, Portugal tem participado em diversas operações militares navais, cujos exemplos mais relevantes são a Operação *Ocean Shield*, da Operação *Active Endeavour* ou da Operação *Allied Protector*. Além disso, o País tem contribuído para a constituição da força naval de reação imediata da OTAN, designada *NATO Standing Maritime Groups*.

A fronteira económica de Portugal é definida pela UE. No quadro da UE, o *Mar Português* assume paulatinamente a dianteira das preocupações portuguesas, essencialmente no que respeita à defesa dos interesses do País no quadro da PMI e da PCP. No entanto, mais recentemente, a UE tem dado corpo a preocupações de natureza securitária, principalmente no plano do combate à pirataria e à criminalidade organizada.

A fronteira cultural de Portugal materializa-se através da CPLP, sendo que esta

constitui-se como fator distintivo de Portugal face aos seus parceiros da OTAN e da CPLP. Não existe nenhuma OI que estabeleça paralelo com a CPLP e falta outra organização que, com expressão, ligue pontos do globo tão diversos em prol de objetivos comuns de um conjunto de Estado com um património histórico e uma língua comuns. A CPLP é uma oportunidade e uma *janela de liberdade* para a afirmação internacional de Portugal. Para além disso, surgem sinais de que a CPLP procura assumir a liderança da segurança no Atlântico Sul, proporcionando a Portugal uma oportunidade para liderar ou coliderar a conceção de uma arquitetura de segurança para todo o Atlântico.

Portugal potencia a sua integração nestes *grandes espaços* articulando-os em triângulos estratégicos, a fim de maximizar a sua influência e o seu poder na Ordem Internacional. Estes triângulos estratégicos assumem quatro configurações, designadamente:

- triângulo nacional, através do eixo Portugal Continental–Açores–Madeira;
- o triângulo lusófono, ligando Angola, o Brasil e Portugal;
- o triângulo mundial, como charneira da ligação entre a OTAN, a UE e a CPLP; e
- o triângulo marítimo, como ponte entre Portugal, os EUA e o Reino Unido.

Relativamente às linhas orientadoras que nos são dadas a conhecer pelos Programas de Governo, concluímos que a PEP do último quartel do século XX e do alvor do século XXI assenta em três vetores fundamentais, merecedores de consenso pelas principais forças políticas portuguesas, nomeadamente pelos partidos políticos que fazem parte do arco da governação. Esses vetores são:

- o vetor atlântico, centrado no Atlântico Norte e vertido na pertença à OTAN e no estabelecimento de relações privilegiadas com as potências marítimas EUA e Reino Unido;
- o vetor europeu, materializado na condição de Estado-Membro da UE e na pro-

gressiva integração europeia; e

- o vetor lusófono, direcionado principalmente para o Atlântico Sul e plasmado na constituição da CPLP, nas relações bilaterais com os países de língua oficial portuguesa e nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Recentemente, surge uma intensa referência à importância da diplomacia económica, concretizada através de relações comerciais mais diversificadas. Apesar de tal ser explícito em alguns dos Programas de Governo, constata-se que esta tendência é transversal a todas as atividades do Estado e, historicamente, associada às relações externas dos Estados.

Uma análise mais atenta destes vetores possibilita que percebamos a influência direta e indireta que a condição marítima tem na condução da PEP. Sendo um país europeu, Portugal é marítimo e atlântico.

Assim, nota-se a existência de um consenso implícito que, de um modo ou de outro, converge para o *Mar Português* e para os oceanos. O vetor atlântico prende-se com a tendência de Portugal para se aproximar da potência marítima dominante – função de compensação estratégica. O vetor lusófono relaciona-se diretamente com a história da Expansão Marítima, com a longa história de edificação e queda do Império da Índia, do Império do Brasil e do Império Africano e com a existência de numerosas e significativas comunidades de portuguesas espalhadas pelo mundo.

Se o vetor atlântico se debruça sobre o Atlântico Norte, o vetor lusófono situa-se principalmente no Atlântico Sul e a diplomacia económica depende fortemente do comércio marítimo e, portanto, dos mares. Estes dois vetores e a diplomacia económica relacionam-se para produzir, com base no mar e na relação de Portugal com o mar, um estado de equilíbrio – compensação estratégica – face ao vetor europeu.

A dimensão do mar territorial de Portugal torna muito difícil que o País, por si só, obtenha os recursos essenciais à sua segurança e defesa. Neste sentido, como em muitas outras áreas, torna-se claro que a cooperação com outros Estados permite a conjugação de meios e de esforços, ampliando os resul-

tados obtidos através de uma ação concertada. Este facto não invalida que Portugal deve garantir a edificação de uma força militar naval forte, credível e capaz de defender os interesses nacionais.

Desde 1982 até ao presente, Portugal tem levado a efeito relações privilegiadas com países que partilham de interesses comuns nos oceanos, principalmente através de OI. Por um lado, Portugal mantém um forte empenho na sua ligação à Aliança Atlântica. Esta OI facilita a Portugal relações privilegiadas com a potência marítima dominante, aumentando a capacidade de dissuasão de intervenções externas nos espaços marítimos nacionais ou sob jurisdição portuguesa.

Apesar dos claros benefícios do ponto de vista da economia de esforços e de recursos, a pertença à OTAN tem custos. Se a segurança do mar territorial de Portugal é importante, ela só será possível se a vizinhança próxima se encontrar estabilizada e em segurança. É, essencialmente, na prossecução da segurança da vizinhança próxima que Portugal empenha mais recursos no quadro da Aliança Atlântica, designadamente através da cedência de unidades navais operacionais para constituição de forças navais que patrulham e combatem a pirataria e o terrorismo em regiões tão distintas como o Corno de África, o Golfo de Áden ou o Mar Mediterrâneo.

Ainda no plano do Hemisfério Norte, Portugal desenvolve um envolvimento profícuo no plano da UE. Para além de ser parte de praticamente todas as forças navais constituídas com a chancela da UE, Portugal assumiu por diversas vezes a liderança dessas forças. Consideradas como um esforço da Europa para assumir as *despesas* da sua própria segurança, essas forças navais têm permitido conter algumas das ameaças à Europa, principalmente as que têm origem no Continente Africano. Em adição, elas constituem uma reserva com elevadíssimo estado de prontidão, o que por si só é entendido como fator de dissuasão.

Apesar da articulação dos *grandes espaços* a que pertence, Portugal promove internamente a conceção, estruturação e utilização de meios militares que permitem fazer

face às ameaças ao *Mar Português*. Estas ameaças relacionam-se essencialmente com o terrorismo, a pirataria, a proliferação de armamento, o narcotráfico, o tráfico de seres humanos, a imigração ilegal ou a depreciação de recursos e a poluição. Os meios militares utilizados em prol da segurança e defesa do *Mar Português* concentram-se essencialmente na Marinha Portuguesa e na FAP.

Aplicando o conceito de MDU, a Marinha utiliza os seus navios, submarinos e helicópteros em missões de natureza militar e não militar, privilegiando a eficiência, a escala e o desenvolvimento de sinergias. Para tal, a Marinha Portuguesa dispõe de cinco fragatas, um navio reabastecedor, seis corvetas, dois patrulhas oceânicos, quatro patrulhas, doze lanchas de fiscalização, dois submarinos e cinco helicópteros.

À medida que a tecnologia aeronáutica se vai desenvolvendo, os meios militares aéreos vão ganhando cada vez mais preponderância na segurança e defesa do *Mar Português*. A capacidade de percorrer grandes espaços em curtos períodos de tempo, a grande superioridade relativamente às embarcações em navegação e a possibilidade de recolher informação a muito maiores distâncias do que aquela se obteria pelo uso restrito de meios navais são fatores que levam ao desenvolvimento e aplicação de poder militar aéreo por Portugal.

A polyvalência das aeronaves ao dispor da FAP torna possível a sua utilização na monitorização e no patrulhamento do *Mar Português*, contribuindo decisivamente para a afirmação da soberania nacional sobre esses espaços marítimos e, deste modo, para a segurança e defesa deles. Além disso, os mesmos meios aéreos permitem a projeção e a aplicação de força militar quer em terra e no mar para defesa dos interesses de Portugal.

Hipótese n.º 3 – O Mar Português representa uma janela de liberdade perante a crescente percepção de que o País progride para a condição de Estado Exíguo ou de Protetorado.

Na Parte III, conduzimos um estudo das atividades económicas de Portugal ligadas

ao mar, procurando expor a sua dimensão e o respetivo potencial de expansão.

Com a EXPO98, iniciou-se um processo de aproximação entre a população, as empresas e o mar, com o objetivo último de sensibilizar as partes para possíveis oportunidades de negócio no *Mar Português*.

A prolongada crise económico-financeira que, desde o alvor do presente século, assola Portugal, obrigou a que as instituições políticas e governativas do País procurassem potenciais fontes de recursos que permitam um novo equilíbrio da economia portuguesa. Desta procura surgiu uma clara identificação das vantagens competitivas associadas ao desenvolvimento de um *cluster* do mar em Portugal.

Não obstante terem propiciado uma evolução negativa nos diversos subsectores da economia do mar, os desequilíbrios económicos experimentados por Portugal têm sido vistos como uma oportunidade para reforçar o peso e a importância que o *Mar Português* tem e, potencialmente, poderá vir a ter se implementada uma estratégia adequada. A materialização de uma ENM é um pleno exemplo da criação de um referencial estratégico para todo o setor, demonstrando que o Estado Português manifesta indícios da argúcia necessária à reafirmação efetiva da sua opção marítima. Tal reafirmação não poderia ser imposta se não fosse adotada uma visão holística da economia do mar, procurando interligar as diversas atividades marítimas e gerando sinergias entre os múltiplos setores e atores do País.

O transporte internacional e intranacional de mercadorias constitui-se como um setor de atividade económica cada vez mais importante à escala global. Apesar do número de embarcações de transporte de mercadorias com registo convencional apresentar uma tendência de decréscimo progressivo, o RINM-MAR vem dinamizando esse setor da economia portuguesa, estando contabilizadas duas centenas de embarcações com registo em Portugal.

No domínio da economia do mar, são os portos que mais têm beneficiado da inflação portuguesa em direção ao mar. Os portos portugueses têm visto o volume de bens em trânsito aumentar paulatinamente, a

que se somam importantes investimentos públicos no desenvolvimento daquelas infraestruturas. Caso paradigmático é o Porto de Sines, cujo projeto entrará na sua fase final de implementação quando for concluída a extensão do seu terminal de contentores (APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., 2014).

No que se refere ao setor da alimentação de origem marinha, verificamos que existem dados contraditórios entre si. Ainda que o número de pescadores matriculados e o número de embarcações estejam a diminuir a um ritmo indesejável, a dimensão e a automatização das embarcações que vão sendo lançadas ao mar compensam aquele decréscimo. O volume de pescado capturado e o respetivo valor tem aumentado ao longo do tempo, com reflexo direto na economia portuguesa visível na evolução positiva na taxa de cobertura das importações de pescado.

Ainda sobre o setor de alimentação de origem marinha, têm sido divulgados e implementados projetos na área da aquicultura que visam aumentar o volume de peixe «produzido» em Portugal. Estes investimentos significam uma redução das importações de pescado de outros países, mas também criam condições favoráveis à produção de pescado e respetivos derivados, tão importantes para as exportações portuguesas.

O setor do equipamento, reparação e construção naval apresenta dados aparentemente contrárias. Por um lado, Portugal é responsável pela busca e salvamento de extensas áreas marítimas e dispõe de uma ZEE entre as maiores do Mundo. Em condições normais, tal realidade permitiria dispor de um setor de equipamento, reparação e construção naval robusto. A necessidade de meios civis e militares para assegurar os compromissos internacionalmente assumidos, para garantir a segurança da navegação ao largo de Portugal e para fazer observar a leis nacionais e internacionais, justifica, *per se*, a existência de um forte tecido industrial nesta área. Para além disso, acresce a necessidade de manutenção e renovação dos navios de transporte de mercadorias, de transporte de passageiros, de

pesca e de recreio. Na realidade, o setor encontra-se numa profunda crise, reduzindo a sua capacidade armadora e dando mostras sucessivas de incapacidade para enfrentar a competição com os grandes armadores internacionais civis e militares.

O setor do turismo dependente da costa marítima é dos mais importantes setores económicos em Portugal. A vantagem portuguesa materializada na sua posição de charneira nos movimentos norte-sul e este-oeste e as extensas regiões costeiras e com elevado valor turístico justificam o grande relevo que as políticas públicas e o investimento estrangeiros lhe atribuem. A plêiade de possibilidades à disposição do lazer, do descanso e das atividades desportivas lúdicas ou de competição garantem uma larga margem de progressão ao setor. O setor é um catalisador da marca «Portugal» pelo mundo, reforçando a ideia internacionalmente aceite de que Portugal é uma Nação Marítima.

O *Mar Português* apresenta perspetivas muito favoráveis no que se refere à economia do mar. A extensão do *Mar Português*, as necessidades a que obriga e as atividades económicas que dependem dele e que nele podem ser implementadas e desenvolvidas são fatores que nos levam a afirmar que ele se constitui como fonte de liberdade de ação para Portugal, constituindo-se como uma *janela de liberdade* do País no Mundo.

O aumento do peso do mar na economia nacional tem implicações diretas no Poder Nacional, elevando a voz de Portugal mais alto no Mundo e conferindo-lhe maior «Poder» nas relações com os seus principais parceiros internacionais.

Assim, o *Mar Português* representa uma *janela de liberdade* perante a crescente percepção de que o País progride para a condição de *Estado Exíguo* ou de *Protetorado*. Por um lado, devido à sua História, à sua posição geográfica e à sua cultura, Portugal associa-se a grandes espaços, articulando-os para se elevar na hierarquia das potências. Por outro lado, o País explora os recursos marinhos e, desde o início deste século, procura aumentar o aproveitamento económico do *Mar Português*, fortalecer e modernizar o tecido económico e progredir para

se aproximar dos países mais ricos e desenvolvidos.

ii. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DERIVADAS

Questão n.º 1 – A natureza da Identidade Nacional tem influência na Política Externa Portuguesa?

A História de Portugal está intimamente ligada à relação do País com o mar. Após a estabilização das fronteiras portuguesas na Península Ibérica, Portugal lançou-se na Expansão Marítima, procurando os recursos necessários à satisfação das necessidades internas e à manutenção do equilíbrio de poderes com Castela.

Entre 1415 e 1974, Portugal fundou o Império de Goa, o Império do Brasil e o Império Africano. Isto significa que, nos 872 anos de existência, Portugal foi Império durante 559 anos. Naturalmente que a conceção imperial marítima de Portugal, construída ao longo de mais 559 anos, não desvanece em curtos 41 anos.

Não obstante, este equilíbrio não foi garantido exclusivamente através da Expansão. O estabelecimento de uma relação próxima com a potência marítima dominante é um fenómeno constante na História de Portugal.

Desde 1373, Portugal mantém uma aliança com a Inglaterra, que apoiou o País em momentos cruciais da sua História, designadamente:

- consolidação da Dinastia de Avis e da independência de Portugal relativamente a Castela, após a vitória na Batalha de Aljubarrota;
- consolidação da Dinastia de Bragança, independência de Portugal relativamente a Castela e manutenção dos territórios do Brasil;
- organização de Portugal para fazer face às Invasões Francesas;
- participação portuguesa na IGG, principalmente na defesa dos territórios portugueses no Continente Africano.

A partir de 1945, a decadência do poder marítimo britânico permitiu que os EUA

emergissem como potência marítima dominante. Neste contexto, Portugal mantém laços muito próximos com os EUA, fruto da sua centralidade atlântica e da sua importância para a segurança do Atlântico Norte e do Mundo.

Assim, verificamos que o mar é uma constante da História de Portugal nas suas múltiplas vertentes. Esta presença permanente influenciou o *modo português de estar no Mundo*, a forma como o País se posicionou através da Expansão e as relações diplomáticas que sempre privilegiou.

Atualmente, ainda existe no seio da população portuguesa uma forte identidade marítima, o que se traduz nas OI de que Portugal faz parte, nas alianças que mantém e das relações bilaterais que mais valoriza. Uma conceção marítima com mais de cinco séculos não desaparece em 41 anos e, portanto, aquela ainda é determinante nas relações externas e no posicionamento de Portugal no Mundo.

Questão n.º 2 – O CEN de Portugal é influenciado pela relação de Portugal com o mar?

A posição geográfica, a configuração física e extensão do território, o efetivo populacional, a psicologia ou o caráter nacional e as características do governo ou das instituições são os elementos básicos do Poder de um Estado. Daqui depreendemos que o mar é um elemento crucial na ação estratégica de Portugal.

Desde 1415, Portugal mantém uma estreita relação com territórios transoceânicos, o que conduziu a uma grande influência das atividades dependentes do mar sobre a PEP. O estudo dos CEDN1985, CEDN1994, CEDN2003, CEDN2013 e da proposta da CRCEDN permite que encontremos uma relação intrínseca entre a relação de Portugal com o mar e o seu CEN.

Um ONP transversal a todos os documentos referidos trata-se da defesa da soberania e integridade territorial do País. A configuração arquipelágica do TN e o seu posicionamento no Atlântico Norte conferem ao País um poder funcional e a capacidade de assumir um destaque internacional que paí-

ses de dimensão semelhante não possuem. Apesar disso, a mesma razão coloca Portugal em posição de sofrer as consequências de decisões que não toma.

Ao nível dos ONC, é notória a referência à valorização da condição atlântica de Portugal. Esta condição encontra-se na base do pensamento estratégico português, do modo como Portugal procura inserir-se na Comunidade Internacional e das relações político-diplomáticas que o País privilegia. Também a ENM2006–2016 e a ENM2013–2020 são importantes na resposta à Questão n.º 2. Estes documentos relevam a dimensão coletiva, identitária e nacional da reaproximação de Portugal ao mar desde o início do presente século. O mar é considerado um desígnio nacional de Portugal, é parte essencial da afirmação da Identidade Nacional, da concretização do potencial económico do TN, de reforço da capacidade científica e tecnológica do País. Assim, o mar é uma fonte de recursos, um catalisador do fortalecimento económico e social, um promotor da coesão nacional e um impulsor da afirmação internacional de Portugal.

Questão n.º 3 – A área geográfica onde se insere o Mar Português condiciona a Política Externa Portuguesa?

Portugal é um país com um território descontínuo, de configuração arquipelágica e que se posiciona entre a América do Norte e o Centro da Europa. A centralidade euro-atlântica de Portugal, coloca o Estado Português em posição de charneira nos movimentos entre o Norte e o Sul e entre o Este e o Oeste, permitindo a articulação de diferentes Grandes Espaços.

Como resultado da área geográfica onde se insere e da articulação de potencialidades e vulnerabilidades no quadro do seu espaço geopolítico, Portugal dispõe de quatro TEP, designadamente:

- o TEPN e que corresponde a uma articulação da posição geográfica do território continental e dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira;
- o TEPL, definido pela articulação entre Portugal, Angola e Brasil, permite a li-

gação entre a Europa, África e a América do Sul;

- o TEPM, que articula os grandes espaços a que Portugal pertence, designadamente a OTAN, a UE e a CPLP; e
- o TEPMar, que materializa as históricas e privilegiadas relações de Portugal com as potências marítimas Reino Unido e EUA.

Aos analisarmos os vetores e linhas de força da PEP – o vetor atlântico, o vetor europeu, o vetor lusófono e, mais recentemente, o vetor da diplomacia económica –, verificamos que privilegiam a relação com as OI, alianças e países determinantes na valorização do TEP.

Questão n.º 4 – Existe uma relação entre o Mar Português e os vetores da Política Externa Portuguesa?

O estudo dos *Programas de Governo* desde I Governo Constitucional até à atualidade permitiu que identificássemos quatro vetores e linhas de força da PEP, nomeadamente:

- o vetor atlântico, diretamente relacionado com a pertença à OTAN e com as relações privilegiadas com os EUA e com o Reino Unido. Este vetor é tributário da posição atlântica do TN e consequência da necessidade de garantir o apoio das potências marítimas para sua própria segurança;
- o vetor europeu, fruto da integração na Europa das Comunidades e da dimensão europeia do TN. No plano europeu, o *Mar Português* encontra-se no centro das preocupações de Portugal, principalmente pelo desenvolvimento da PCP e da PMI;
- o vetor lusófono, consequência da Expansão Marítima Portuguesa e da valorização de um património histórico, cultura e linguístico comum. O vetor lusófono materializa-se através da CPLP e coloca Portugal no debate sobre a segurança e sobre a gestão dos recursos no Atlântico Sul; e
- o vetor da diplomacia económica, como materialização de um pendor para as relações comerciais internacionais de Portugal.

Questão n.º 5 – A segurança e defesa do Mar Português tem influência nas alianças que Portugal estabelece?

A segurança e defesa do *Mar Português* deve garantir a integridade territorial e a segurança das atividades marítimas. As ameaças que hoje se colocam no *Mar Português* são:

- o terrorismo;
- a pirataria;
- o tráfico e a proliferação de armamento;
- o narcotráfico e o tráfico de seres humanos;
- a imigração ilegal;
- a depredação de recursos vivos e não vivos e a poluição; e
- eventuais guerras interestaduais.

Nenhum Estado da cena internacional possui os meios militares necessários para fazer face a tal diversidade de ameaças, pelo que a norma internacional é a associação dos Estados em OI que, com força multinacionais, procuram reduzir o impacto das ameaças no mar.

Neste âmbito, Portugal tem feito esforços significativos, investindo no equipamento, modernização e treino de forças militares adequadas para garantir a segurança no mar sobre sua soberania e jurisdição.

Assim, o País dispõe de uma Marinha cuja flotilha se organiza em quatro esquadrilhas, com um total de quatro fragatas, seis corvetas, um navio reabastecedor, dois patrulhas oceânicos, sete patrulhas costeiras¹⁰⁶, onze lanchas de fiscalização, dois submarinos e cinco helicópteros. Simultaneamente, a FAP conta com sete esquadras de voo, com um total de 20 aeronaves de caça F-16, seis aeronaves de transporte tático C-130 Hercules, 12 aeronaves de transporte tático C-295M, cinco aeronaves de patrulhamento marítimo P3C CUP Orion, doze helicópteros médios EH-101 Merlin e sete helicópteros ligeiros Alouette III.

106 Dos quais quatro se encontram em fase de modernização e iniciarão serviço até ao final de 2017.

Além disso, todos os ramos das FFAA tem levado a cabo um programa de reequipamento com veículos não tripulados, como o são o UAV Tekever AR4 Light Ray, os equipamentos desenvolvidos pelo proJeto PITVANT e o SEACON-1.

No plano das alianças, é notória a influência do mar.

Portugal é um Estado-Membro da OTAN e, já no século XXI, participou em diversas operações militares lideradas por esta OI, designadamente; a Operação *Sharp Guard*; a Operação *Active Endeavour*; a Operação *Ocean Shield* ou a Operação *Allied Protector*. Estas operações têm em comum o facto de se desenrolarem para cumprir um mesmo objetivo – garantir a segurança das atividades marítimas numa dada região geográfica.

Também no seio da UE, Portugal desenvolve um extenso esforço em prol da segurança dos mares, designadamente através da participação das forças navais multinacionais EUNAVFOR e EUROMARFOR. No quadro da EUNAVFOR, Portugal participou na Operação *Atalanta*. No âmbito da EUROMARFOR, Portugal contribuiu com meios para várias operações, como a Operação *Coherent Behaviour*, a Operação *Active Endeavour*, a Operação *Enduring Freedom*, a Operação *Resolute Behaviour*, a Operação *Impartial Behaviour* ou a Operação *Atalanta*.

Fruto da condição de Estado-Membro da CPLP, Portugal tem sido parte importante na construção de uma arquitetura de paz e segurança no Atlântico Sul. O esforço de colaboração e concertação político-diplomática, a cooperação técnico-militar e a construção de uma estratégia da Comunidade para a segurança do Atlântico Sul vem colhendo o comprometimento e participação empenhada de Portugal.

Questão n.º 6 – O potencial económico do Mar Português é uma janela de liberdade do País?

Principalmente desde a Exposição Internacional de Lisboa de 1998, Portugal tem vindo a desenvolver um esforço para aumentar o peso das atividades económicas

ligadas ao mar na Economia Portuguesa.

O *Mar Português* contribuiu para o fortalecimento da Economia Portuguesa sobretudo através do setor da alimentação de origem marinha, do setor marítimo-portuário, do setor do transporte marítimo, do setor do equipamento, construção e reparação naval e do turismo dependente da costa.

As atividades económicas ligadas ao *Mar Português* têm já um impacto importante em Portugal, criando um efeito total na produção nacional de 11 901 milhões de Euros¹⁰⁷ e contribuindo para o PIB com 6 526 milhões de Euros¹⁰⁸. Apesar disso, constata-se que as atividades económicas ligadas ao *Mar Português* apresentam uma grande margem de progressão e vantagens competitivas para o fazer.

Deste modo, o desenvolvimento de um *cluster* no domínio da economia do mar pode vir a significar o fortalecimento da Economia Portuguesa, do Poder do País para se afirmar internacionalmente e da própria coesão nacional.

Hoje, o *Mar Português* é considerado um desígnio nacional e, por isso, uma oportunidade – *janela de liberdade* – para o reforço da posição portuguesa no quadro da hierarquia das potências.

iii. RESPOSTA À QUESTÃO CENTRAL

No início da presente investigação, impunha-se perceber se o *Mar Português* tem influência nas opções de Política Externa Portuguesa no Século XXI, problema este que se constituiu como referência do processo lógico-dedutivo da dissertação que agora se apresenta.

Assim, levantou-se a questão central: **O *Mar Português* influencia as opções de Política Externa de Portugal no Século XXI?**

Ao procurar dar resposta a esta questão central de investigação realizamos incursões no domínio da antropologia política, da estratégia, da geopolítica e da economia,

107 Números do ano de 2006.

108 Números do ano de 2006.

fundamentalmente porque a Identidade Nacional, o CEN, a inserção internacional, a segurança e defesa e a economia são elementos estruturantes da organização do Estado Português. Se o *Mar Português* for determinante no quadro destes elementos, então influencia necessariamente as opções de PEP.

O estudo que agora concluímos provou a natureza marítima da Identidade Nacional, fruto de um processo histórico que se confunde com a Expansão Marítima, com a fundação do Império de Goa, do Império do Brasil e do Império Africano, bem como com a tradicional relação privilegiada – senão mesmo dependência – da potência marítima dominante. Portugal é, reconhecidamente, um país marítimo e atlântico. Esta Identidade Marítima Nacional tem impacto na doutrina estratégica nacional que serve de referência à ação do Estado em todos os seus setores, uma vez que a defesa da integridade territorial e da soberania nacional e a valorização da condição atlântica são elementos transversais aos CEDN publicados e à proposta da CRCEDN. Também a formulação de uma *EN para o Mar* em 2006 e em 2013 veio reforçar o peso da Identidade Marítima Nacional e do *Mar Português* na ação do Estado Português, uma vez que os dois são considerados basilares na prossecução do interesse do País e na concretização dos principais objetivos políticos, económicos e securitários de Portugal.

No que se refere à inserção internacional, Portugal é um país europeu, atlântico e marítimo, com um território descontínuo e de configuração arquipelágica. O país pertence a diferentes grandes espaços, nomeadamente à OTAN, à UE e à CPLP. Partindo da sua posição geográfica e das relações político-diplomáticas que mantém, o País desenvolve uma articulação de espaços e posicionamentos a que se dá o nome de TEP. Portugal articula elementos em quatro TEP distintos, mas complementares: o TEPN; o TEPM; o TEPL; e o TEPMar. Nos triângulos *estratégicos*, constatámos a existência de um elemento comum – a posição geográfica euro-atlântica.

Esta multiplicidade de articulações é bem patente nos *Programas de Governo* desde

1976. Nestes documentos, identificamos a existência de um conjunto de vetores e linhas de força da PEP, especificadamente o vetor atlântico, o vetor europeu, o vetor lusófono e, mais recentemente, o vetor da diplomacia económica. Em todos os vetores está implícita a relação com o mar.

No que à segurança e defesa diz respeito, verificamos que Portugal, isoladamente, não dispõe dos meios militares necessários à dissuasão de uma ameaça externa ou para destruição de um adversário no mar. Esta realidade tem levado a que Portugal, para além de edificar as capacidades militares essenciais, se associe a outros países em OI e alianças e, no seu âmbito, participe em forças navais multinacionais com efetivo empenhamento em prol da segurança dos mares. Também na economia, o *Mar Português* tem um papel significativo. Apesar de não se encontrar na plenitude do seu potencial, o setor marítimo-portuário, o setor da alimentação de origem marinha, o setor do equipamento, construção e reparação naval e o setor do turismo dependente da costa marítima têm um peso significativo na economia portuguesa. Especialmente no que se refere à vertente económica, o *Mar Português* é considerado um desígnio nacional e como potencial motor do desenvolvimento económico, científico, tecnológico do País. O presente estudo prova que o *Mar Português* é fundamental e estruturante em diversos elementos da organização de Portugal – a Identidade Nacional, o CEN, a inserção internacional, a segurança e defesa e a economia –, razão pela qual é verdadeiro afirmar que influencia a Política Externa Portuguesa do Século XXI.

iv. LIMITAÇÕES À INVESTIGAÇÃO

Quando falamos na influência do *Mar Português* na PEP, não podemos deixar de assumir que se trata de um tema cuja profundidade histórica, cultural e identitária é imensa.

Apesar de, com esta investigação, pretendermos obter uma visão abrangente do tema, não podemos deixar de assinalar que todas as vertentes de estudo exploradas na nossa investigação poderiam consti-

tuir-se, por si só, como temas de estudo em dissertações no âmbito das ciências por nós utilizadas como auxiliares das Relações Internacionais.

Uma questão de assaz importância para a nossa investigação prende-se com a fraca divulgação e difusão de bibliografia e produção científica especializadas versando temas conexos à nossa investigação. Se é verdade que existem variadíssimas obras cujo objeto é o potencial económico do mar, a fundação da identidade nacional ou sobre a postura portuguesa perante as suas relações diplomáticas bilaterais e multilaterais, também não é menos verdade que a originalidade do nosso tema ficou demonstrada pela reduzida exploração científica sobre a relação «Mar Português – PEP».

Apesar das dificuldades na obtenção de literatura especializada no tema, procuramos e conseguimos aceder a alguns dos atores que tomaram parte no processo de tomada de decisão em PEP, os quais, fruto da confidencialidade inerente aos cargos ocupados, nem sempre puderam avançar a informação pretendida ou nos limitaram na informação passível de ser tratada e publicada.

Uma outra limitação à nossa investigação decorre da dimensão da Dissertação que agora apresentamos. De acordo com o *Guia para Elaboração de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento* (2007) da Universidade Lusíada do Porto, todas as dissertações se encontram limitadas a 150 páginas o que, *per se*, se revela excecionalmente limitador do nível de profundidade suscetível ser atingido com a presente dissertação.

Em último lugar, o escasso tempo disponível para a nossa investigação revelou-se uma condicionante difícil de ultrapassar. As funções exercidas no Comando de unidades operacionais da Brigada de Reação Rápida do Exército Português e da Força de Reação Imediata das Forças Armadas Portuguesas, bem como as funções de formador e docente da Academia Militar revelaram-se extenuantes e absorventes, limitando-nos na disponibilidade para investigar.

v. SUGESTÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

A Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais desenvolvida levou a um estudo interdisciplinar. O recurso a conhecimentos específicos de vários domínios científicos – Relações Internacionais, Antropologia Política, Estratégia, Geopolítica e Economia – aproximou-nos de temas proeminentes e suscetíveis de investigação em todos os níveis de estudo.

Ao longo da nossa reflexão, referimos diversas vezes a capacidade de Portugal para articular países de diferentes áreas geográficas. Pouco comum na Comunidade Internacional, esta capacidade lusa aumenta significativamente o seu Poder e a sua influência na Ordem Mundial.

Através do TEPM, Portugal cria sinergias, promove entendimentos e viabiliza a concertação de posições entre Estados-Membros da OTAN, da UE e da CPLP.

Se considerarmos a segurança do Atlântico Norte, percebemos que ela se sustenta na credibilidade da OTAN, na estabilidade e no desenvolvimento económico-social norte-americano¹⁰⁹ e europeu¹¹⁰ e no poder nuclear dos EUA. No centro geográfico desta região, encontra-se o TEPN.

Ao procurarmos organização paralela na Bacia do Atlântico Sul não encontramos senão a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), cuja expressão é ainda incipiente. Para justificar tal condição, podemos apontar diversos fatores, entre eles a inexistência um potência de expressão global nas margem do Atlântico Sul ou o nível de desenvolvimento político, económico e social dos países da região.

Ainda que seja uma organização baseada na cooperação, na concertação político-diplomática e na promoção e valorização da língua portuguesa, a CPLP é a única organização internacional que, a par da ZOPACAS, reúne países das duas margens do Atlântico Sul. Concomitantemente a estes três objetivos fundamentais, desde a assinatura da sua *Declaração Constitutiva* e da assinatura

do *Protocolo de Cooperação CPLP no Domínio da Defesa*, a Comunidade desenvolve atividades de cooperação técnico-militar e que culminaram com a aprovação pelos Ministros da Defesa dos Estados-Membros da CPLP, a 26 de maio de 2015, da *Identidade da CPLP no Domínio da Defesa*.

Se atendermos às dissemelhanças no nível de desenvolvimento, organização e efetivas capacidades da arquitetura de paz e segurança no Norte e no Sul do Atlântico, podemos identificar uma oportunidade para CPLP liderar a redução das discrepâncias, o que a Comunidade já começou a operar. Assim, verifica-se a existência de uma fratura no conhecimento científico do âmbito das Relações Internacionais, dos Estudos de Segurança e dos Estudos Estratégicos. Se deslocarmos o foco da nossa atenção para um nível mais elevado – o Oceano Atlântico – constatamos que, havendo duas arquiteturas de paz e segurança com níveis de desenvolvimento claramente distintos, Portugal poderá promover a sua articulação, com consequências vantajosas para os países banhados pelo Atlântico e para a afirmação internacional do País. Novamente nos deparamos com uma nova fratura no conhecimento científico e, assim sendo, como uma oportunidade de desenvolvimento de estudos.

BIBLIOGRAFIA

Alden, C., & Aran, A. (2012). *Foreign Policy Analysis - New Approaches*. New York: Routledge.

APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. (2014). *Estudo de Impacte Ambiental da Expansão do Terminal de Contentores (TXXI) do Porto de Sines (3.ª e 4.ª fases) - Volume III - Resumo Não Técnico*. Sines.

Baglione, L. A. (2012). *Writing a Research Paper in Political Science: A practical guide to inquiry, structure, and methods* (2ª ed.). Washington D.C.: CQ Press.

Balão, S. M. (2014). *Globalização, Geopolítica do Mar Português e o Ártico*. Perspe-

tivas para o Século XXI. In C. M. Dias, J. S. Paulo, J. M. Sequeira, S. M. Balão, & J. L. Leal, *Geopolítica e o Mar* (pp. 133-228). Lisboa: MGI.

Barrento, A. (2010). *Da Estratégia* (2.ª ed.). Lisboa: Tribuna da História.

Baylis, J., Smith, S., & Owens, P. (2011). *The Globalization of World Politics* (5.ª ed.). Nova Iorque: Oxford University Press. BBC. (2014). *Europe's Changing Borders 1973-1986*. Obtido em 12 de Junho de 2014, de BBC News: http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/europe/02/euro_borders/html/10.stm

Bernardino, L. M. (2011). A Segurança Marítima no Seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia. *Nação e Defesa*, N.º 128 - 5.ª Série, pp. 41-46.

Bernardino, L., & Leal, J. S. (2011). *A Arquitectura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: IDN.

Boxer, C. R. (2012). *O Império Marítimo Português 1415 - 1825* (2.ª ed.). Lisboa: Edições 70.

Caetano, M. (2014). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional* (6.ª ed.). Coimbra: Almedina.

Cajarabille, V. L., Ribeiro, A. S., Marques, A. G., & Monteiro, N. S. (2012). *A Segurança no Mar: Uma visão holística*. Lisboa: Mare Liberum Editora.

Chilão, J. G. (18 de Novembro de 2011). *A construção da maritimidade portuguesa no limiar do século XXI*. Obtido em 22 de Junho de 2014, de OBSERVA-RE - Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa: file:///C:/Users/Prof/Desktop/Mestrado_Rel%C3%A7%C3%B5es%20Internacionais_ULP/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Reda%C3%A7%C3%A3o/Jose_Gois_Chilao.pdf

109 Uma vez que os EUA são a superpotência económica global.

110 Fruto, principalmente, da grande integração política e económica dos países europeus, conseguida através do projeto europeu – a UE.

Cohen, S. B. (2009). *Geopolitics: The Geography of International Relations* (2.^a ed.). New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Comissão Estratégica dos Oceanos. (2004). *Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos - Parte I*. Lisboa.

Comissão Europeia. (10 de Outubro de 2007). *Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité Regional*. Obtido em 09 de Novembro de 2013, de Europa - O Portal Oficial: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52007DC0575&from=PT>

Confederação Empresarial da CPLP. (2014). *Países Membros*. Obtido em 09 de Dezembro de 2014, de Confederação Empresarial da CPLP: <http://www.cecplp.org/paiacuteses-membros.html>

Constituição da República Portuguesa. (2007). Coimbra: Almedina.

Correia, A. (2010). *O Mar no Século XXI - Contributo para uma Análise Estratégica aos Desafios Marítimos Nacionais*. Aveiro: FEDRAVE.

COTEC. (Novembro de 2012). *Blue Growth for Portugal: Uma visão empresarial da economia do mar*. Obtido em 16 de Maio de 2014, de COTEC-Portugal: http://www.cotecportugal.pt/images/stories/iniciativas/Projectos/Blue_Growth/20121115_bluegrowthforportugal.pdf

CPLP. (21 de Março de 2010). *Estratégia da Comunidades dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos*. Obtido em 11 de Dezembro de 2013, de <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAAahUKEwjY7KPDuNvHAAhWBbxQKHVoMDmw&url=http%3A%2F%2Fwww.cplp.org%2FAdmin%2FPublic%2FDownload.aspx%3Ffile%3DFiles%252FFiler%252F>

[cplp%252F20090720Estrat%25C3%25A9giaCPLP](http://www.cplp.org/id-46.aspx)

CPLP. (2010b). *Objetivos*. Obtido em 17 de Outubro de 2014, de CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: <http://www.cplp.org/id-46.aspx>

CPLP. (26 de Maio de 2015). *Identidade da CPLP no Domínio da Defesa*. São Tomé.

Cunha, T. P. (2011). *Portugal e o Mar - À Redescoberta da Geografia*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

DGPM. (21 de Setembro de 2014a). *Estratégia Nacional para o Mar 2013 - 2020*. Obtido de Direção Geral de Política do Mar: http://www.dgpm.mam.gov.pt/Documents/ENM2013_2020.pdf

DGPM. (2014b). *Régua*. Obtido em 11 de Novembro de 2014, de Direção Geral de Política do Mar: <http://www.dgpm.mam.gov.pt/Pages/Regua.aspx>

Dias, A. M., & Branco, C. M. (2011). *O Mar no Espaço da CPLP. Nação e Defesa, N.º 128, 5.ª Série*, pp. 9-18.

Dias, C. M. (2014). *Considerações sobre a Geopolítica e o Mar*. In C. M. Dias, J. M.

Sequeira, S. M. Balão, & J. L. Leal, *Geopolítica e o Mar* (pp. 7-56). Lisboa: MGI.

Dias, C. M., Paulo, J. S., Sequeira, J. M., Balão, S. M., & Leal, J. L. (2014). *Geopolítica e o Mar*. Lisboa: Edições MGI.

EMAM. (16 de Novembro de 2006). *Estratégia Nacional para o Mar 2006 - 2016*. Obtido em 14 de Abril de 2013, de Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental Portuguesa: https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CDIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.emam.com.pt%2Findex.php%3Fopti on%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D54&ei=erFqUcfXPInIhAeuwoHwCg&usq=AFQjCNFPC_kYDcS_2LVho_xOL4Hhyqy0yA&sig2=sW

EMGFA. (2010). *Exercício Felino*. Obtido em 12 de Dezembro de 2014, de Estado-Maior General das Forças Armadas: <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/exerc/felino>

EMGFA. (09 de Julho de 2015). *Mapa de Missões*. Obtido em 12 de Julho de 2015, de Estado-Maior General das Forças Armadas: <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/estran geiro/otan-ue-onu>

Encyclopaedia Britannica. (2014). *Atlantic Ocean*. Obtido em 12 de Junho de 2014, de Britannica: <http://www.britannica.com/place/Atlantic-Ocean>

Eurocean. (2014). *Eurocean*. Obtido em 12 de Junho de 2014, de European and EU EEZs: <http://www.eurocean.org/np4/80.html>

European Cruise Council. (2012). *The Cruise Industry: Contribution of Tourism to the Economies of Europe*. Obtido em 03 de Janeiro de 2015, de Hellenic Chamber of Shipping: <http://www.nee.gr/downloads/175EC%20cruise%20report%202012.pdf>

Exército Português. (agosto de 2013). *Newsletter Ago13*. Obtido em 02 de Junho de 2015, de Exército Português: <http://www.exercito.pt/sites/EPI/Publicacoes/Documents/Newsletter/ago13/index.htm>

Ferreira, J. M. (2006). *Cinco Regimes na Política Internacional*. Lisboa: Editorial Presença.

Fontoura (coord.), L. (2013). *Segurança e Defesa Nacional*. Lisboa: Almedina.

Força Aérea Portuguesa. (10 de Outubro de 2014). *Aeronaves*. Obtido de Força Aérea Portuguesa: <http://www.emfa.pt/www/aeronaves>

Força Aérea Portuguesa. (2015). *Sudaviation - SE 3160 Alouette III*. Obtido em 06 de Agosto de 2015, de Força Aérea Portuguesa: <http://www.emfa.pt/www/aeronave-3-sudaviation-se-3160-alouette-iii>

Governo de Portugal. (04 de Fevereiro de

- 1994). Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/94, de 4 de Fevereiro - Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *Diário da República - I Série B*. Lisboa.
- Governo de Portugal. (10 de Agosto de 2005). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2005, de 10/08/2005*. Obtido em 12 de Julho de 2014, de Agência Portuguesa do Ambiente: <http://siddamb.apambiente.pt/publico/documentoPublico.asp?documento=27970&versao=1>
- Governo de Portugal. (15 de Setembro de 2009). Decreto-Lei n.º 233/2009, de 15 de Setembro. *Diário da República, 1.ª série - N.º 179*, 6435-6443.
- Governo de Portugal. (2013). *Estratégia Nacional para o Mar 2013 - 2020*. Lisboa.
- Governo de Portugal. (2013b). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa.
- Governo de Portugal. (5 de Abril de 2013c). *Diário da República - 2.ª Série - N.º 67*. Lisboa.
- Governo de Portugal. (2013d). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa.
- I Governo Constitucional. (1976). *Programa do I Governo Constitucional*. Obtido em 10 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464012/GC01.pdf>
- II Governo Constitucional. (1978). *Programa do II Governo Constitucional*. Obtido em 10 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464015/GC02.pdf>
- III Governo Constitucional. (1978). *Programa do III Governo Constitucional*. Obtido em 10 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464018/GC03.pdf>
- IMT. (1 de Agosto de 2014). *Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos*. Obtido em 16 de Setembro de 2014, de Armadores Nacionais e Frota Operacional: http://www.imarpor.pt/pdf/informacao_tecnica/publicacoes/Arm_%20Nav_2014_08.pdf
- INE. (21 de Novembro de 2013). *Influência do Mar na Atividade Económica*. Obtido em 02 de Setembro de 2014, de Portal do Instituto Nacional de Estatística: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=206853467&DESTAQUESmodo=2
- INE. (2014a). *Transportes e Comunicações - Transportes por Água*. Obtido em 3 de Setembro de 2014, de Portal do Instituto Nacional de Estatística: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados
- INE. (29 de Maio de 2014b). *Agricultura, Floresta e Pescas - Pesca*. Obtido em 4 de Setembro de 2014, de Portal do Instituto Nacional de Estatística: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados
- INE. (2015a). *Estatísticas da Pesca 2014*. Lisboa.
- INE. (29 de Maio de 2015b). *Portal do Instituto Nacional de Estatística*. Obtido em 06 de Agosto de 2015, de Base de Dados - Aquicultura: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados
- IPTM. (2015). *Náutica de Recreio*. Obtido em 01 de Janeiro de 2015, de Portal do Mar: <http://www.portaldomar.pt/NauticadeRecreio/Estatisticas/NavegadorRecreio/EmissaoCartas/index.htm>
- IPTM. (2015b). *Náutica de Recreio*. Obtido em 01 de Janeiro de 2015, de Portal do Mar: <http://www.portaldomar.pt/NauticadeRecreio/MarinasePortosdeRecreio/index.htm>
- IV Governo Constitucional. (1978). *Programa do IV Governo Constitucional*. Obtido em 10 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464021/GC04.pdf>
- IX Governo Constitucional. (1983). *Programa do IX Governo Constitucional*. Obtido em 10 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464033/GC09.pdf>
- Lara, A. d. (2013). *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão* (7.ª ed.). Lisboa: ISCSP.
- Lourenço, A. J. (2011). *Dimensão Marítima de Segurança do Atlântico: Desafios e Oportunidades para os Países da CPLP. Nação e Defesa, N.º128 - 5.ª Série*, pp. 29-40.
- Maps of World. (2014). *NATO Members Map*. Obtido em 12 de Junho de 2014, de Maps of World: <http://www.mapsofworld.com/nato-members-map.htm>
- Marchueta, M. R. (2002). *O Conceito de Fronteira na Época da Mundialização*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Marchueta, M. R., & Fontes, J. (2001). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Fundamentos político-diplomáticos*. Lisboa: Centro de Estudos Orientais da Fundação Oriente.
- MARCOM. (2014). *NATO Standing Maritime Groups*. Obtido em 02 de Novembro de 2014, de MARCOM: <http://www.mc.nato.int/org/msg/Pages/default.aspx>
- Marinha. (2013b). *Navios*. Obtido em 03 de Outubro de 2014, de Portal da Marinha: <http://www.marinha.pt/pt-pt/meios-operacoes/armada/navios/Paginas/Navios.aspx>
- Marinha. (2013c). *Submarinos*. Obtido em 10 de Outubro de 2014, de Portal da Marinha: <http://www.marinha.pt/pt-pt/meios-operacoes/armada/submarinos/Paginas/Submarinos.aspx>
- Marinha. (2015). *Estrutura*. Obtido em 10 de Abril de 2014, de Portal da Marinha: <http://www.marinha.pt/pt-pt/marinha/>

- organizacao/estrutura/Paginas/Estrutura.aspx
- Marinha. (2015). *Portugal, uma nação marítima*. Obtido em 7 de Maio de 2015, de Portal da Marinha: http://www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/estrategia/folhetospt/Portugal_uma_nacao_maritima.pdf
- Marinha Portuguesa. (17 de Setembro de 2010). *Portugal, uma nação marítima*. Obtido em 19 de Abril de 2013, de Marinha Portuguesa: http://ema.marinha.pt/PT/Documents/Portugal_uma_nacao_maritima.pdf
- Martins, T., & Graça, P. B. (2014). *O Mar no Futuro de Portugal: Ciência e Visão Estratégica*. Lisboa: Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico.
- Mattoso, J. (1998). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares & Gradiva.
- Mattoso, J., Brito, R. S., Fábão, C., Macías, S., & Torres, C. (1993). *História de Portugal: Antes de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mintz, A., & DeRouen Jr., K. (2010). *Understanding Foreign Policy Decision Making*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Moreira, A. (1999). *Estudos da Conjuntura Internacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- Moreira, A. (2011a). *A Circunstância do Estado Exíguo*. Lisboa: Diário de Bordo Editores.
- Moreira, A. (2011b). *Da Utopia à Fronteira da Pobreza*. Lisboa: INCM.
- Moreira, A. (2011c). *Teoria das Relações Internacionais* (7.^a ed.). Coimbra: Almedina.
- Moreira, A. (2012). *Ciência Política* (5.^a ed.). Coimbra: Almedina.
- Moreira, A. (2013). *Memórias do Outono Ocidental - Um Século sem Bússola*. Coimbra: Almedina.
- Narciso, I. d. (25 de Junho de 2010). Obtido em 16 de Agosto de 2013, de I Congresso Nacional de Segurança e Defesa: http://icnsd.afceaportugal.pt/conteudo/congresso/ICNSD_1A_texto_pdf_ines_narci_so.pdf
- NATO. (2009). *Operation Ocean Shield*. Obtido em 09 de Julho de 2015, de NATO: <http://www.mc.nato.int/about/Pages/Operation%20Ocean%20Shield.aspx>
- Observatório da Emigração. (2014). *Emigração Portuguesa - Relatório Estatístico 2014*. Lisboa.
- Observatório da Emigração. (2015). *Países de Destino da Emigração Portuguesa*. Obtido em 12 de Agosto de 2015, de Portal do Observatório da Emigração: <http://www.observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=9>
- Palmeira, J. (2006). *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa: Prefácio.
- Pavia, J., & Monteiro, M. (2013). *A Política Externa nos Programas do Governo do Portugal Democrático (1974 - 2013)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Pearce, F. (21 de novembro de 2009). *How 16 Cargo Ships Create as Much Pollution as All the Cars in the World*. Obtido em 13 de Setembro de 2014, de Daily Mail Online: <http://www.dailymail.co.uk/sciencetech/article-1229857/How-16-ships-create-pollution-cars-world.html>
- Pedreira, I., Roriz, C., & Duarte, J. (2013). *Os estudantes estrangeiros provenientes de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no ensino superior em Portugal: Contributos para uma caracterização*. Obtido em 12 de agosto de 2015, de Portal da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência: [http://www.dgeec.mec.pt/np4/68/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=69&fileNa me=Mobilidade_Social_CPLP_30052013.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/68/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=69&fileNa me=Mobilidade_Social_CPLP_30052013.pdf)
- Pereira, R. (2007). A Vertente Europeia-Continental e a Vertente Atlântico-Global na Política Externa Portuguesa. *Nação e Defesa*, 106 - 3.^a Série, pp. 107-115.
- Pereira, S., & Simões, G. (Junho de 2012). A Capacidade de Resposta da Marinha: Prontidão, flexibilidade, mobilidade. *Revista da Armada*, p. 10.
- Peres, D. (1983). *A História dos Descobrimientos Portugueses*. Porto: Vertente.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5 ed.). (J. M. Marques, M. A. Mendes, & M. Carvalho, Trans.) Lisboa: Gradiva.
- Roselle, L., & Spray, S. (2012). *Research and Writing in International Relations* (2^a ed.). London: Pearson Education, Inc.
- SaeR/ACL. (2009). *O Hyperclustr da Economia do Mar*. Lisboa.
- Santos, J. L. (2011). Uma Visão Portuguesa da Segurança do Atlântico Sul. *Nação e Defesa*, N.º128 - 5.^a Série, pp. 19-27.
- Santos, V. M. (2012). *Elementos de Análise de Política Externa*. Lisboa: ISCSP.
- Saraiva, J. H. (2005). *História Concisa de Portugal* (23.^a ed.). Lisboa: Publicações Europa-América.
- Sarmiento, C. M. (2009). *Política e Segurança: Novas configurações do Poder*. Lisboa: Centro de investigação do ISCPSI & Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* (2 ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sebastião, S. P. (2012). *O Destino Manifesto: História, Mitologia e Espiritualidade do Povo Português*. Lisboa: MGI Edições.
- Smith, A. (1997). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- Universidade Lusíada do Porto. (2007). *Guia para Elaboração de Dissertações de*

Mestrado e Teses de Doutoramento. Obtido de Universidade Lusíada do Porto: http://www.por.ulusiada.pt/downloads/ilpg/REGULAMENTO_ELABORACAO_MESTRADOS_DOUTORAMENTOS.pdf

V Governo Constitucional. (1979). *Programa do V Governo Constitucional.* Obtido em 10 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464024/GC05.pdf>

VI Governo Constitucional. (1980). *Programa do VI Governo Constitucional.* Obtido em 10 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464027/GC06.pdf>

VII Governo Constitucional. (1981). *Programa do VII Governo Constitucional.* Obtido em 10 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464069/GC07.pdf>

VIII Governo Constitucional. (1981). *Programa do VIII Governo Constitucional.* Obtido em 10 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464030/GC08.pdf>

X Governo Constitucional. (1985). *Programa do X Governo Constitucional.* Obtido em 11 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464036/GC10.pdf>

XI Governo Constitucional. (1987). *Programa do XI Governo Constitucional.* Obtido em 11 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464039/GC11.pdf>

XII Governo Constitucional. (1991). *Programa do XII Governo Constitucional.* Obtido em 11 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464042/GC12.pdf>

XIII Governo Constitucional. (1995). *Programa do XIII Governo Constitucional.* Obtido em 11 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov>

[pt/media/464045/GC13.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/464045/GC13.pdf)

XIV Governo Constitucional. (1999). *Programa do XIV Governo Constitucional.* Obtido em 11 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464048/GC14.pdf>

XIX Governo Constitucional. (2011). *Programa do XIX Governo Constitucional.* Obtido em 14 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf

XV Governo Constitucional. (2002). *Programa do XV Governo Constitucional.* Obtido em 14 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464051/GC15.pdf>

XVI Governo Constitucional. (2004). *Programa do XVI Governo Constitucional.* Obtido em 14 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464054/GC16.pdf>

XVII Governo Constitucional. (2005). *Programa do XVII Governo Constitucional.* Obtido em 14 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/464060/GC17.pdf>

XVIII Governo Constitucional. (2009). *Programa do XVIII Governo Constitucional.* Obtido em 14 de Junho de 2014, de Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/media/468569/gc18.pdf>